



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**LUANNA CARDOSO OLIVEIRA**

**LEITURA E FORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA NO RIO ARAPIUNS**

**SANTARÉM-PA**

**2020**

**LUANNA CARDOSO OLIVEIRA**

**LEITURA E FORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA NO RIO ARAPIUNS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias

**Orientador:** Prof. Dr. Zair Henrique Santos

**SANTARÉM-PA**  
**2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca da UFOPA  
Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Oliveira, Luanna Cardoso.

Leitura e formação: contribuições da biblioteca no Rio Arapiuns / Luanna Cardoso Oliveira. - Santarém, 2020.

139f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Zair Henrique Santos.

1. Educação. 2. Leitura - Biblioteca. 3. Indígena. I. Santos, Zair Henrique. II. Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas CDD 23 ed. 027.8

**LUANNA CARDOSO OLIVEIRA**

**LEITURA E FORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA NO RIO ARAPIUNS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa para obtenção do título de Mestre em Educação.

Conceito:

Data de Aprovação: 27 de fevereiro de 2020



Prof. Dr. Zair Henrique Santos (Orientador)  
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa



Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho  
Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa



Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto  
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

**SANTARÉM-PA**  
**2020**

À minha filha, Catarine, que com seus doces abraços e risos sinceros acalenta minha alma, um ser incrível.

Ao meu companheiro, Cássio, que fez dos meus sonhos, os seus.

À minha avó, Dalva Cardoso dos Anjos, minha grande amiga e professora, não estaria em lugar algum sem ela, a pessoa que me ensinou a sonhar.

Para todos os *Suraras*<sup>1</sup> da aldeia Nova Vista, que se disponibilizaram na construção deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Além de significar guerreiro, a palavra Surara é entoada nos momentos em que os Borari e Arapium [sic] precisam de força para enfrentar alguma situação conflituosa. (Rodrigues, 2016).

## AGRADECIMENTOS

Estou aqui porque houve toda uma rede de apoio, especialmente, de mulheres, grandes companheiras, cruzaram esse percurso acadêmico e minha vida dando forças para caminhar. Sou grata a todas.

A minha mãe, grande mulher, enfrentou o mundo e as piores dores para que eu seguisse meu caminho.

A minha sogra, a segunda mãe da minha filha, aquela que cuidou de tudo nos bastidores, inclusive, da minha pequena família, para que eu tivesse êxito.

Meus irmãos e irmãs Eloane, Cibele, Vitória, Luan e Rafael que me fazem sorrir, apoiam com o que podem, tornaram essa fase menos exaustiva.

A meu tio/avô/pai André, que embora sendo tão jovem não mediu esforços para cuidar de mim e meus irmãos na infância.

Ao professor Dr. Zair Henrique Santos, meu orientador, amigo, *parente*<sup>2</sup> e conterrâneo nossa inspiração da região do rio Arapiuns, exemplo fantástico de alguém que consegue equilibrar conhecimento, superação e humildade.

Ao professor Dr. Luiz Percival Leme Britto, pelos conselhos, orientações e sábias sugestões, pelo “espanto” para vida, especialmente, para literatura, por me inquietar e desafiar sempre, sem dúvida, um homem de admirável inteligência e acima de tudo, um ser humano com coração gigante.

As minhas amigas pesquisadoras Jamile e Michele, pelo conhecimento compartilhado e as provocações que me permitiram refletir cada vez mais sobre minha pesquisa, especialmente, pela parceria e amizade de vocês.

Ao Lelit, minha família acadêmica, um grupo de muitas cores, etnias e vozes, unidos pelo conhecimento e pela literatura, um lugar pequeno, mas sempre com espaço para todos. No Lelit reina conhecimento, respeito e companheirismo.

A todos parentes, que dedicaram suas vidas lutando para que hoje eu pudesse exercer o direito de estudar e falar abertamente **SOU INDÍGENA! SOU ARAPIUN!**

---

<sup>2</sup> A palavra parente, para nós, indígenas, é para nos referirmos uns aos outros, para além de laços sanguíneos.

Aos professores da escola Nossa Senhora de Fátima, obrigada pela contribuição e disposição de todos.

As crianças da aldeia Nova Vista, que foram cruciais para realização deste trabalho, que seus direitos, entre eles, o direito de ler e especialmente, o direito à infância sejam respeitados.

*In Memoriam* de Edielson, participante ativo de nossas atividades de leitura, um leitor voraz, na fase de descoberta da literatura. Criança, menino que teve sua vida interrompida de forma trágica (e que me fez refletir sobre como a falta de coisas básicas fazem toda a diferença na vida de uma criança).

Aos professores Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues e Dra. Luciana Barroso Costa França, membros da banca de qualificação, pelas contribuições e reflexões acerca deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado).

***Kuekatureté penhé arã!***

### **Os Ombros Suportam o Mundo**

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.  
Tempo de absoluta depuração.  
Tempo em que não se diz mais: meu amor.  
Porque o amor resultou inútil.  
E os olhos não choram.  
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.  
E o coração está seco.

Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.  
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,  
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.  
És todo certeza, já não sabes sofrer.  
E nada esperas de teus amigos.

Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?  
Teus ombros suportam o mundo  
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.  
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios  
provam apenas que a vida prossegue  
e nem todos se libertaram ainda.  
Alguns, achando bárbaro o espetáculo  
prefeririam (os delicados) morrer.  
Chegou um tempo em que não adianta morrer.  
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.  
A vida apenas, sem mistificação.

(Carlos Drummond de Andrade)



## RESUMO

Este trabalho está vinculado ao Grupo de Estudos Leitura e Intervenção em Literatura Infantil e juvenil na Escola – Lelit, da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, e tem o objetivo de investigar como a circulação de leitura se manifesta, e se ocorre de modo participativo ou não, entre os cidadãos de uma comunidade indígena. A pesquisa é continuação de um trabalho iniciado em 2016, que objetivava investigar os desafios e as possibilidades de instituir uma biblioteca na aldeia Nova Vista. Com a implantação e funcionamento da biblioteca, tornou-se necessário compreender os efeitos e transformações sociais produzidos por meio das novas dimensões culturais inseridas através deste espaço na aldeia. Para que fosse efetivada a circulação e movimentação do material que a biblioteca dispõe, foi proposto um plano de intervenção elaborado pela pesquisadora, professores e algumas lideranças, com a duração de um ano. A proposta consistiu nas seguintes atividades de leitura: rodas de leitura, leitura pública, mostra literária, exposição de vídeos de literatura, palestras e oficinas para professores, intercâmbio entre aldeias, entre outras. Para compreender toda essa relação da leitura com as pessoas da aldeia, utiliza-se como método investigativo a pesquisa-ação com base em Franco (2005;2010;2016), a qual, através da coletividade, busca transformar determinada realidade escolar e social utilizando as espirais cíclicas: planejamento; ação; reflexão, que possibilitam uma reformulação das ações sempre que necessário, analisando o objeto e o processo da pesquisa continuamente. Como base teórica, são utilizados: Adorno (2005); Britto (2003, 2015a, 2015b); Candido (2011); Mészáros (2008); Saviani e Duarte (2010). Os resultados demonstram que há significativa circulação de leitura e livros na aldeia desde a organização da biblioteca; as ações de leitura contribuem para o aperfeiçoamento da leitura dos estudantes. Entretanto, a adesão dos professores é parcial quanto ações para além das previstas; a participação da comunidade é tímida e indireta, em suma, as pessoas da comunidade ainda não assumem a biblioteca na sua totalidade.

**Palavras-chave:** Educação; Leitura; Literatura; Biblioteca; Indígena.

## ABSTRACT

This work is attached to the “Reading and Intervention in Children and Youth Literature at the School” - Lelit, a Study Group from the Federal University of Western Pará - Ufopa, and aims to investigate how the circulation of reading takes place, and if happens in a participatory way or not, among the citizens of an indigenous community. The present research is sequence of a work started in 2016 that aimed to investigate the challenges and possibilities of establishing a library in Nova Vista village. With the foundation and operation of the library, it became necessary to understand the possible effects and social changes produced through the new cultural influence introduced by this establishment in the village. In order to foment the circulation and movement of the library material, researchers, teachers and some leaders prepared an intervention plan with the proposal of one year duration. The proposal consisted of the following reading activities: reading circles, public readings, literary exhibitions, literature videos display, lectures and workshops for teachers, exchanges between villages, among others. To understand all this relation between reading and people in the village, an action research based on Franco (2005; 2010; 2016) was used as an investigative method, which through the community intends to transform a certain school and social reality using cyclical spirals: planning; action; reflection, which enable to reformulate the actions whenever necessary, analyzing the object and the research process continuously. Theoretical basis are being used: Adorno (2005); Britto (2003, 2015a, 2015b); Candido (2011); Mészáros (2008); Saviani and Duarte (2010). The results pointed out in this research demonstrate that there is a significant circulation of books and reading in the village since the library adjustment; reading actions contribute to improve students' reading. However, teachers' adherence is still partial in terms of actions beyond those expected; community participation is also timid and indirect, in short, people in the community still do not take over the library in its entirety.

**Keywords:** Education; Reading; Literature; Library; Indigenous.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>FOTO 1-</b> Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.....	65
<b>FOTOS 2 e 3-</b> Livros desorganizados retratam como era a biblioteca.....	73
<b>FOTOS 4-</b> Dia da inauguração da biblioteca.....	75
<b>FOTO 5-</b> A biblioteca atualmente.....	75
<b>FOTO 6-</b> Varais de livros.....	83
<b>FOTO 7-</b> Alunos participando da Mostra Literária.....	83
<b>FOTO 8-</b> Roda de leitura com presença das escolas anexas.....	85
<b>FOTO 9-</b> Roda de leitura.....	85
<b>FOTO 10-</b> Professora lendo para as crianças.....	85
<b>FOTO 11-</b> Pannel literário exposto na entrada principal da escola .....	86
<b>FOTOS 12 e 13</b> Crianças assistindo os vídeos de literatura .....	87
<b>FOTOS 14-</b> Oficina para professores.....	88
<b>FOTO 15-</b> Oficina Produzindo Fichas de leitura.....	88
<b>FOTO 16-</b> Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Percival Britto.....	88
<b>FOTO 17-</b> Crianças retornando para aldeia após o encontro na comunidade Murucy.....	89
<b>FOTO 18-</b> Organização do Sarau Literário .....	94
<b>FOTOS 19 e 20-</b> Apresentação dos alunos no Sarau .....	95
<b>FOTO 21-</b> Leiturametro .....	106

## **MAPA**

<b>MAPA 1-</b> Localização da aldeia Nova Vista na região do rio Arapiuns.....	63
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1-</b> Cronograma de organização das atividades do projeto de intervenção.....	80
<b>QUADRO 2-</b> Número de usuários da biblioteca após a inauguração e no período de intervenção (2018/2019) .....	91
<b>QUADRO 3-</b> Demonstrativo dos livros encontrados nas residências dos moradores da aldeia.....	97

## **FIGURA**

<b>Figura 1-</b> Modelo da ficha do Censo de leitura – aldeia Nova vista.....	96
---	----

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**CANP** – Colônia Agrícola Nacional do Pará

**Capes**- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CITA**- Conselho Indígena Tapajós Arapiuns

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**Flona**- Floresta Nacional do Tapajós

**FNDE**- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**Funai**- Fundação Nacional do Índio

**GCI**- Grupo Consciência Indígena

**Icmbio**- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Lelit**- Grupo de Estudos Leitura e Intervenção em Literatura Infantil e Juvenil na Escola

**MEC**-Ministério da Educação

**ONG**- Organização não governamental

**Parfor** – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

**Pibex**- Programa Institucional de Bolsas de Extensão

**Pibic**- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**Pnaic** – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

**PNBE**- Programa Nacional Biblioteca da Escola

**PPGE**- Programa de Pós-graduação em Educação

**PPP**- Projeto Político Pedagógico

**Profletras**- Programa de Mestrado Profissional em Letras

**Resex**- Reserva Extrativista

**Semed-** Secretaria Municipal de Educação

**TCC-** Trabalho de conclusão de curso

**Ufopa-** Universidade Federal do Oeste do Pará

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. POR FALAR EM LEITURA.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 Leitura: entre o poder e o direito de ler.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 De que leitura falamos?.....</b>	<b>29</b>
1.1.2 Leitura: conhecimento e formação.....	29
<b>1.3 Leitura e Literatura: arte de viver, de nos transformar, de nos humanizar.....</b>	<b>33</b>
<b>1.4 A formação pela Literatura.....</b>	<b>36</b>
<b>2.BIBLIOTECAS EM “LUGARES DISTANTES”: OS DESAFIOS DE INSTITUIR OS LUGARES DE LER NA “AMAZÔNIA PARAENSE” .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Biblioteca: Espaços de formação.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 Os lugares de ler na Amazônia.....</b>	<b>42</b>
<b>2.3 Eu conto, tu contas, nós contamos uma história de luta: o passado e o presente do povo do baixo Tapajós.....</b>	<b>51</b>
<b>2.4 <i>Anama Arapium</i>: “de índio a tapuio, de tapuio a caboclo, de caboclo a indígena afirmado” .....</b>	<b>57</b>
<b>3.A ALDEIA NOVA VISTA .....</b>	<b>62</b>
<b>4. ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 Os desafios e as perspectivas da Pesquisa-Ação na aldeia Nova Vista.....</b>	<b>68</b>
<b>4.2 Os caminhos que levam a uma biblioteca.....</b>	<b>72</b>
4.2.1 Episódio I Então, foi assim... traçando a linha do tempo.....	72
4.2.2 Episódio II Inauguramos, e agora?.....	77
4.2.3 Episódio III Projeto de Intervenção.....	80
4.2.4 Episódio IV Sarau Literário da aldeia Nova Vista.....	92
4.2.5 Episódio V Censo do Livro da aldeia Nova Vista.....	95
<b>5. “OS EFEITOS DE LEVAR A LER” .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>114</b>
Apêndice A- Projeto de intervenção.....	115
Apêndice B- Termo de anuência Conselho Indígena Nova Vista.....	122

Apêndice C- Termo de anuência Conselho Indígena Nova Vista.....	123
Apêndice D- Termo de anuência Secretaria Municipal de Educação.....	124
Apêndice E- Termo de anuência Escola Nossa Senhora de Fátima.....	125
Apêndice F- Declaração de anuência Fundação Nacional do Índio (Funai) .....	126
Apêndice G- Termo de anuência Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) .....	127
<b>ANEXOS.....</b>	<b>128</b>
Anexo A- Parecer consubstanciado Conep.....	129



## INTRODUÇÃO

O interesse pelo campo da leitura surgiu na graduação, tempo produtivo, de acesso a obras, autores e discussões acerca da linguagem. Porém, é no trabalho de conclusão de curso que passo a ter contato com um grupo de pesquisa e a compreender que a universidade não se limita à sala de aula, mas promovendo experiências e discussões geradas a partir de pesquisadores, que têm dedicado longos anos na tentativa de compreender a educação e alguns dos seus aspectos neste cenário amazônico esplêndido e, ao mesmo tempo, tão esquecido e complexo.

Ambas as pesquisas, da graduação e pós-graduação estão vinculadas ao Grupo de Estudos Leitura e Intervenção em Literatura Infantil e Juvenil na Escola – Lelit, que se divide em outras vertentes, entre estas, *Entre o compromisso e a realidade: Levar a ler a lugares distantes*. Essa ação do grupo busca constituir ou revitalizar bibliotecas escolares ou comunitárias, sendo que já foram desenvolvidos doze trabalhos na região Oeste do Pará, sem contabilizar os em andamento. As duas pesquisas (graduação e pós-graduação) tiveram como *lócus* a aldeia Nova Vista, localizada à margem esquerda do rio Arapiuns. No referido local situa-se a escola Nossa Senhora de Fátima, que é polo de nove escolas anexas; embora haja articulação com as anexas, esse estudo concentra-se na escola polo e na aldeia.

A aldeia Nova Vista, território do povo *Arapiun*<sup>3</sup>, encontra-se em processo de reconhecimento de sua área, conjuntamente com a aldeia Braço Grande e Murucy. Somos falantes de Língua Portuguesa, mas não por opção – “nossa língua foi apagada” através de um processo de colonização que provocou profundas transformações em nossa cultura. Entretanto, no processo de assumir-se indígenas e como forma de fortalecer sua identidade, decorrente de cobrança social, segundo Vaz Filho (2010a, p.269) “para superar essa lacuna da língua, os indígenas recorreram ao resgate do *Nheengatu*, língua da qual alguns idosos ainda dominavam palavras e até frases.” Mantemos proximidade constante com centros urbanos, embora, essa relação seja tensa e conflituosa, considerando que o lugar tem especificidades culturais, ainda assim, os indígenas dessa região transitam entre cidade e aldeia constantemente.

No final de 2016, iniciei a pesquisa *Espaço de leitura aldeia Nova Vista: formando leitores no rio Arapiuns*, investigando os desafios e as possibilidades de instituir uma biblioteca na aldeia

---

<sup>3</sup> Neste trabalho será utilizada a grafia *Arapiun*, por orientação da professora de *Nheengatu* da escola Nossa Senhora de Fátima. Entretanto, alguns autores citados no decorrer do texto utilizam outras grafias, por exemplo, *Arapium*.

Nova Vista. Os dados resultaram no artigo de conclusão do curso de Letras *Espaço de leitura aldeia Nova Vista: leitura, educação escolar indígena e identidade*. A biblioteca foi inaugurada no dia 20 de abril de 2018, contando com aproximadamente 700 exemplares no seu acervo, incluindo clássicos da literatura nacional e internacional, poemas, peças teatrais, infanto-juvenis, biografias etc.

A construção de um lugar para ler e “levar a ler” em “lugares distantes” representam muito mais que um espaço de entretenimento e *slogans* clichês como: “ler para viajar”, “leitura por prazer”, “hábito da leitura”, “gosto pela leitura”, os quais, inúmeras campanhas e projetos têm difundido nos últimos anos, atribuindo suas ações a um caráter assistencialista, reforçando concepção ingênua de leitura (BRITTO, 2003). As inquietações contra esse tipo de ações se fazem em torno de não haver reflexão e de não existir sequer a tentativa de construção coletiva. Ao invés de possibilitar as pessoas terem conhecimento, justiça, direitos, emancipação, formação intelectual e política, há a cristalização de uma sociedade excludente, que mantém à margem as classes baixas, oferecendo-lhes o mínimo para se manter em uma “cultura de silêncio” (FREIRE, 1976).

*Levar a ler em lugares distantes* é expressão utilizada por Santos (2016). O primeiro termo consiste em identificar ações de intervenção de caráter político, pedagógico e cultural, extrapolando atividades genéricas de incentivo e promoção de leitura. A distância que se menciona, não é apenas geográfica, mas sobretudo, a que se constitui na relação social, embora haja especificidades culturais da aldeia, nos aproximamos da periferia de grandes centros urbanos, por estarmos à margem, apartados não apenas economicamente, mas das oportunidades, da produção humana, material ou intelectual, da saúde e educação de qualidade. Especificamente para região e comunidade pesquisada, essa relação tende a ser tensa e conflituosa do ponto de vista das identidades e toda a negação histórica à qual são postos, o que permite afirmar que estamos triplamente distantes.

Por que propor livros e leitura a comunidade indígena?

Primeiramente, leitura, livros e biblioteca, são produções humanas; o fato de a classe dominante se apropriar de boa parte dos conhecimentos artísticos e científicos transformando-os em propriedade privada e mercadoria não significa que sejam intrínsecos a ela. Apropriar-se dessas objetivações implica interação cultural, e isso vale para leitura, entendida como possibilidade de cidadania. É necessário abandonar visões ingênuas, para que se efetive o direito de ler (BRITTO, 2003). Além do mais, a apropriação de conhecimento elevado pode impulsionar o desenvolvimento de ser humano, melhorando a sua capacidade de compreender e confrontar a realidade. Para os

moradores da aldeia Nova Vista, livros e leitura podem contribuir para formação intelectual, para maior comprometimento social e para uma visão aberta de mundo.

No que tange levar leitura à comunidade indígena, importante lembrar que as ações desenvolvidas não foram impositivas ou do desconhecimento do povo – no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola há histórico de projetos de leitura. O que vem ocorrendo com a intervenção da universidade, é a construção e organização da biblioteca (que não existia, pois, amontoados de livros não são biblioteca) e a sistematização de atividades de leitura com a finalidade de tornar a biblioteca um espaço de circulação de conhecimento e formação.

Com a implantação e funcionamento da biblioteca, tornou-se necessário compreender os efeitos e transformações produzidos por meio das novas dimensões culturais induzidas pela biblioteca na aldeia. Para entender esse processo, pus como questionamento central: “Quais as possibilidades de formação em “lugares distantes” e como tornar a biblioteca um espaço de formação e circulação de conhecimento?” Dele derivam outros questionamentos: a) Quais os efeitos no comportamento, na forma de ser que a ação permitiu? b) Que tipo de diálogo a aldeia está disposta ou estabelece à medida que ela encontra novas dimensões de culturas mediadas por alguém de dentro? c) O que há de cultura literária em circulação nesse ambiente? Os possíveis efeitos desta ação, poderei ver em outra aldeia?

Visando, na coletividade, possível transformação da realidade, tanto para a compreensão da biblioteca como espaço de conhecimento, formação e estudo quanto a participação e adesão efetiva de comunitários para sua manutenção e existência, utilizei neste estudo a Pesquisa-ação (FRANCO, 2005;2010;2016). Como a pesquisadora estabelece vínculos com a aldeia e com as pessoas que nela residem há entrelaçamento de papéis, assim como os moradores/professores, que passam a participar de maneira direta como coautores. Dessa forma, os rumos dessa pesquisa formam considerados de maneira coletiva, ainda que seja este um dos maiores desafios.

Como estratégia de promover ações de levar a ler estruturou-se com professores e lideranças locais um plano de intervenção (apêndice A) de duração de mais de um ano. Neste tecer de ideias, professores e lideranças se propuseram a relatar suas dificuldades, relacionando a educação ao contexto no qual se desenvolve, permeado de conflitos e burocracias que afetam a escola. À medida que relatavam angústias e dificuldades, especificamente as relacionadas com a leitura e o uso da

biblioteca como lugar de disseminação de cultura e conhecimento, os professores sugeriam práticas de leitura buscando a constituição de repertório cultural e a interação e circulação do acervo.

Este estudo teve como **objetivo geral**: investigar como a circulação de leitura se manifesta e se ocorre de modo participativo entre os cidadãos de uma comunidade indígena. Os **objetivos específicos** foram: a) propor e discutir, a partir de estratégia de intervenção, possibilidades de determinados tipos de realização pedagógica; b) desenvolver coletivamente estratégias de leitura; c) verificar como docentes e alunos passaram a conviver com a biblioteca; d) analisar contribuições da biblioteca para a comunidade escolar e moradores.

O trabalho está organizado em cinco seções. A primeira traz discussão acerca do direito à leitura em uma sociedade dividida em classes e como esse modelo de sociedade afeta a democratização do conhecimento e dos elementos culturais. Destaco neste capítulo, a literatura, e sua possibilidade formadora e a constituição do leitor como sujeito que utiliza a leitura para participar e intervir socialmente.

A segunda constitui-se de reflexão em torno da biblioteca e espaços de formação e conhecimento. Em seguida, apresento os sucessos e insucessos de criação, intervenção e manutenção de bibliotecas desenvolvidas pelo Lelit na região do Oeste do Pará. Ainda nesta seção apresento aspectos históricos e culturais que constituem a região Arapiuns,

A terceira seção contextualiza o local pesquisado.

Na quarta seção, traço o percurso da pesquisa desde sua gênese, descrevendo as relações em torno da constituição da biblioteca e seu funcionamento; em seguida, demonstro o processo de elaboração, concretização e descrição do projeto de intervenção.

Na quinta e última seção, apresento a discussão e reflexões dos dados. As análises são baseadas nas observações, diário de campo, registros fotográficos, conversas informais e atividades realizadas no período de intervenção. A análise é significativamente sobre os efeitos em torno dos livros, a circulação da leitura e a participação da aldeia, isto é, “os modos de ser”.

A apresentação sequenciada e linear deste estudo é uma forma de organização que segue a determinações. Entretanto, uma pesquisa não se faz assim. Apresentarei neste texto parte das vivências durante esses quase três anos de pesquisa. Porém, é necessário filtrar o que é “mais relevante”. Há um limite para um texto, assim, este não abarcará todas as respostas e não dará conta

de apresentar todas as perguntas que surgiram; por isso, este estudo não é um ponto final, não traz todas as respostas, ao contrário, provoca infinitas indagações.

### **Reminiscências de uma pesquisadora indígena: ler, aprender e viver**

Minha infância foi recheada de histórias orais e escrita. A primeira, compartilhada pelos mais velhos, foram histórias de encantados, visagens, misuras<sup>4</sup> – responsáveis para estimular minha imaginação, fantasia e curiosidade. A segunda fez parte da minha infância, embora não soubesse disso, pois o hábito da leitura não foi diretamente incentivado; o interesse veio de eu observar minha avó e a forma como gostava de guardar, usar e cuidar daqueles livros que me cativaram.

Não me recordo quando os livros já não eram apenas fonte de alegria, mas também de inquietação. Não que estivesse despertado um senso crítico sobre o mundo, talvez fosse um incômodo de ver outros mundos e não estar lá, de descobrir para além daquele espaço. Comecei a perceber que não era apenas felicidade o que os livros traziam; traziam também solidão, angústia. Notei que o que aparecia na escrita daquelas obras poderiam estar na minha realidade.

Aprendi a ler aos seis anos de idade e vivia em meio aos livros; gostava de imaginar que a sala da casa da minha avó com sua estante carregava o maior número de livros do mundo, que era um espaço privilegiado – e, de fato, “era um privilégio” que outros moradores da comunidade não tinham. Neta de professora, a meta de minha infância era ocupar a cadeira em que via minha avó dia após dia organizando suas aulas. Aquela imagem permanece cristalizada em minha memória, sendo a maior lembrança da infância.

Em um lugar pacato como a aldeia, a minha mente era barulhenta. Fui criança curiosa, inquieta, lia tudo que aparecia e foi dessa forma que, entre as tarefas domiciliares que nos eram encarregadas, eu sempre era a primeira a iniciar e a última a concluir. Entre o vai e vem da vassoura e a certeza de que estava “segura para ler”, conheci: Fantine, Jean Valjean e Cosette, personagens de *Os miseráveis*; *Peter Pan* foi primeiro grande livro do qual me orgulhava pela quantidade de páginas e me debruçava em imaginar a corajosa Wendy e seus irmãos voando e enfrentando o

---

<sup>4</sup> Por *misuras, visagens ou marmotas*, os nativos entendem aparições fantasmagóricas indefinidas, podendo ser uma planta que chora, um vulto ou a voz de alguém que faleceu, um cavalo ou uma porca *ingerados* e etc. São as manifestações ou aparições que recebem essas denominações. *Encantados* são, principalmente, os bichos do fundo das águas e lugares próximos, mas bichos que moram em uma serra, igarapé ou ponta de pedras no meio da floresta também podem ser considerados encantados. Aparentemente, encantados são aqueles seres que vivem em dimensões inferiores à superfície da terra e das águas, e que se manifestam através dos curadores. (VAZ FILHO, 2010a, p.183)

sombrio Capitão Gancho; Depois vieram *Pinóquio* e seu desejo de virar menino de verdade, *Dom Casmurro* e a confusão que os olhos oblíquos e dissimulados de Capitu e a incerteza de sua traição me causaram; *O anjo rouco*, de Paulo Venturelli, e a angústia e emoção que me causa mesmo depois de muitos anos. A maioria dos livros de literatura que tive acesso chegavam através de coleções como *Literatura em minha casa*<sup>5</sup>.

Li o que pude na infância, principalmente adaptações de clássicos e disparadamente livros didáticos, os que mais predominava no acervo de casa. Em meados dos anos 2001/2002, havia uma televisão na casa de um morador, um videocassete e um filme que rodava todos os finais de semana, o que para época e local era tudo de tecnologia que existia. Porém, a maior diversão de minha infância (e acredito de todos da aldeia), eram as águas do rio Arapiuns e o igarapé em pleno verão. Ser criança nesse espaço permitiu-me o contato com a natureza, uma cultura diferenciada; desfrutei de uma liberdade que muitas crianças são impedidas de vivenciar. Havia, é certo, acidentes, violência e confusões, porém eram acontecimentos isolados, as vivências felizes superavam.

Na casa de minha avó havia livros, mas em outras não. Minha avó tinha um salário, outras famílias contavam somente com a aposentadoria dos mais velhos ou da produção agrícola; tínhamos alimentação todos os dias, embora fôssemos família numerosa. Assim que concluir o ensino fundamental, fui estudar na cidade – mesmo longe de uma vida de privilégios, sonhávamos e tínhamos perspectivas.

Meu processo de amadurecimento intelectual tem sido difícil, lento e talvez nunca pare de se constituir. As reflexões sobre a vida, sobre o humano, a educação, a própria leitura e a literatura não eram tão intensas na graduação. À medida que adentro o grupo de pesquisa, as discussões, autores, obras e orientações que nos levam a questionar o porquê de as coisas serem como são, tudo se torna mais difícil e angustiante.

O grupo de pesquisa me “espantou” para a vida. O difícil de tudo isso é que, quanto mais estudamos, indagamos, mais sofremos, mais angustiados nos tornamos, sobretudo, por que existir é difícil. Saber que morremos um pouquinho todos os dias já é por si só assustador, porém, compreender que pessoas são cruéis, que o mundo é injusto, que crianças são vítimas de atrocidades, que a fome e a miséria não foram superadas e que 1% da população brasileira concentra grande parte

---

<sup>5</sup> A coleção “Literatura em minha Casa” foi parte de política de distribuição de livros de literatura do governo brasileiro no período de 1999 a 2003

da riqueza produzida, enquanto muitos sequer têm pão para saciar a fome, entender como e por que indígenas, negros e a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) continuam excluídos, perseguidos e assassinados por uma sociedade perversa e fanática que quer justificar preconceitos baseados em ideologias antiquadas, tudo isso é devastador.

Sei o quanto o Estado foi e é falho em educação na aldeia por dezenas de anos, nos levando a remar contra banzeiros, no nosso (refiro-me aqui as crianças e adolescentes que, assim como eu, tiveram que estudar em outras comunidades) caminhar havia muitas “pedras”, como no poema de Drummond. “Chuva, sol, escuridão, animais e horas remando” ou caminhando entre “pedras e espinhos”, protegíamos nossos livros em sacolas para não molharem, quando poderíamos estar brincando, “nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas”. O interessante é que romantizávamos isso na infância/adolescência, era uma aventura da qual não se mediam perigos, não dimensionávamos quantas pedras tirávamos do caminho dia após dia.

Interessante notar que não é um caso isolado. Existem locais na Amazônia em que crianças têm que remar, andar a cavalo, aceitar caminhões improvisados como transporte escolar, caminhar por um longo período para estudar. O que devia ser garantia, é um desafio, é incerto e, por vezes, perigoso. Enquanto alguns conseguem driblar as barreiras do sistema e se tornar um número para se difundir mais a ideia de meritocracia, o questionamento que fica é, onde estão as outras crianças?

Na crítica a sociedade que naturaliza a exclusão e as diferenças sociais, as palavras de Zair Henrique Santos (2016, p. 34) são esclarecedoras:

Na sociedade capitalista, a exclusão quase não é questionada, porque é como se todos tivessem as mesmas oportunidades e os que não conseguem uma vida digna não o fazem por culpa exclusivamente sua. Se alguns foram capazes de ascensão social estudando em escolas improvisadas, a maioria que não conseguiu nada foi por falta de vontade própria. Os meios de comunicação a serviço do poder estabelecido não cansam de divulgar as exceções dos que lograram chegar aos grandes postos e quase nada falam da situação de abandono que a maioria dos alunos e professores enfrenta no seu dia a dia.

Desde minha entrada no grupo de pesquisa Lelit, argumentei que tinha compromisso com a aldeia e que precisava dar retorno do que vinha adquirindo na universidade. Com minha experiência na universidade, seria possível desenvolver um trabalho de contribuição e de realização pessoal, buscando possibilidades de transformar e melhorar a realidade de meu lugar de origem. Diante do exposto, abri um parêntese para compartilhar minha experiência com os livros, não por acaso, mas para demonstrar que todo percurso da pesquisa e todas as vivências que proporciona estão entrelaçadas com vínculos de pertencimento com aquele local e a minha história. Tais reflexões

são necessárias para o que Franco (2005, p.486) denomina de “mergulho na práxis do grupo social em estudo”.

Minayo (2013) sublinha que, nesse tipo de trabalho, tanto investigador quanto participantes são sujeitos e objeto de investigação, e enfatiza sobre a elaboração do ‘relatório’ de pesquisa:

O texto não pode ser separado do autor, do seu processo de elaboração nem do método de produzir conhecimento. Identificar e explicitar ao leitor a partir de que lugar o autor escreve é reconhecer que não existe uma pessoa que tudo enxerga, nem uma verdade única e essencial. (p.1107)

Dessa forma, busco refletir a complexidade trilhada nesta pesquisa, a flexibilidade para desempenhar o duplo papel, de pesquisadora e ‘moradora-participante’, as ferramentas para uma análise ética e precisa dos dados e dos entraves da pesquisa e, sobretudo, compreender as transformações que esta poderá trazer.



## 1. POR FALAR EM LEITURA.!

### 1.1 Leitura: entre o poder e o direito de ler

No atual contexto de luta de classes, é trivial a propagação do discurso de que todos podem almejar e ascender socialmente através do esforço, superação, dedicação individual, driblando as diferenças sociais. Aparentemente, há um consenso de tal concepção de sociedade. Com a universalização da educação, alardeava-se oportunidade igual para todos. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no artigo 26º,

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (UNESCO, 1948, s/p).

Já o artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 promulga que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, o que houve foi o contrário: não se questionaram as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos para que, de fato, ela se efetivasse de maneira justa. Dessa maneira, sobressaem-se os que dispõem de melhores condições e, para os que estão às margens do sistema, o objetivo é mantê-los no seu lugar, conforme a lógica autocentrada do capital que impõem educação para o trabalho alienante e não para a transformação da sociedade. Tal concepção naturaliza a estratificação social, a exclusão, romantizando o sofrimento para alcançar oportunidades.

Não é surpreendente, pois, que o desenvolvimento tenha caminhado de mãos dadas com a doutrinação da esmagadora maioria das pessoas com valores da ordem social do capital como a *ordem natural* inalterável, racionalizada e justificada pelos ideólogos mais sofisticados do sistema em nome da “objetividade científica” e da “neutralidade de valor”. As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos –como uma questão de determinação estruturalmente –ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspere situação de escravidão assalariada. (MÉSZÁROS, 2008, p.80)

Para Adorno (2005), o capitalismo não apenas contentou-se em acumular bens materiais e a exploração da força de trabalho do homem, como se apropriou de toda a cultura disponível, criando uma pseudodemocratização para a grande massa, que recebe fragmentos de uma cultura banalizada, não permitindo a formação cultural e a compreensão de sua condição de explorado.

A desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio. As tentativas pedagógicas de remediar a situação se transformaram em caricaturas. Toda a chamada "educação popular" — a escolha dessa expressão demandou muito cuidado — nutriu-se da ilusão de que a formação, por si mesma e isolada, poderia revogar a exclusão do proletariado, que sabemos ser uma realidade socialmente constituída. (ADORNO, 2005, p.05)

O sistema capitalista reificou o homem, transformando-o em produto e, pelo mesmo processo, a arte e outros elementos culturais sucumbiram à sua lógica. Como não há democratização, se restringem a uma minoria ou limita-se a fragmentos para grande massa. Assim como a distribuição dos bens materiais, a leitura-escrita, destaque para a arte, foi negada à grande massa.

Nesse modelo de sociedade, a minoria dispõe de condições materiais para desfrutar do que há de mais elaborado na cultura, ficando a grande massa sujeita ao entretenimento fácil da indústria cultural, que mascara a percepção da realidade.

A indústria cultural determina toda a estrutura de sentido da vida cultural pela racionalidade estratégica da produção econômica, que se inocula nos bens culturais enquanto se convertem estritamente em mercadorias; a própria organização da cultura, portanto, é manipulatória dos sentidos dos objetos culturais, subordinando-os aos sentidos econômicos e políticos e, logo, à situação vigente. Os bens da indústria cultural efetivamente produzem satisfação de interesses objetivos, assim como as mercadorias da sociedade consumista do capitalismo tardio têm valor de uso. (ADORNO, 1995, p.20)

Isso implica redução do indivíduo, tornando-o mero reproduzidor, conformado e passivo, de um modelo econômico que explora, aliena e o faz acreditar, tanto pelas condições materiais e capacidades de compreensão, que a arte, literatura, a filosofia entre outros, restringe-se a um grupo seleto de intelectuais. A indústria cultural oferta entretenimento fugaz, que não exige esforço intelectual, seduzindo pela ilusão de facilidade (pseudofelicidade). Neste sentido, é um mecanismo de manipulação e propagação de ideologia.

Por inúmeros canais, se fornecem as massas bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro. Isso se consegue ao ajustar o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura — e que tinham mesmo que ser os primeiros a serem modificados. (ADORNO, 2005, p.06)

Desde o nascimento, o homem é posto em contato com as relações sociais que impulsionam seu desenvolvimento, portanto, está constantemente passando por mudanças, para Leontiev (1978, p. 264) “cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana”. Desse modo, o homem é um ser inacabado, que no processo dialético entre indivíduo e cultura apropria-se de suas qualidades humanas. Neste processo, a escola tem grande relevância enquanto espaço de expansão e sistematização do conhecimento formal, capaz de proporcionar práticas educativas que o relacione com a ciência, a arte, a filosofia e a política, conteúdos fundamentais para formação de indivíduos esclarecidos.

Para Duarte (1993, p. 189), é indispensável que, no processo educativo de formação do indivíduo, sejam propostas necessidades cada vez mais elevadas de conhecimento.

Quando o processo educativo escolar, na sociedade alienada, se limita ao âmbito da genericidade em-si, ele se reduz a satisfazer apenas os carecimentos dos quais o indivíduo se apropriou de forma determinada pela existência alienada. Quando o processo educativo escolar se eleva ao nível da relação consciente com a genericidade, ele cria no indivíduo carecimentos cuja satisfação gera novos carecimentos de nível superior.

A razão pela qual tem se questionado a relevância do conhecimento, dos elementos culturais desde cedo é porque se considera que, em contato com esses elementos, é possível a ampliação de conhecimentos que extrapolam o senso comum. Essas experiências com a cultura proporcionam o desenvolvimento das máximas qualidades humanas, visto que:

A língua que falamos, os valores, os sentimentos, os hábitos, o gosto, a religião ou as crenças e os conhecimentos que incorporamos não são realidades naturais, mas uma produção histórica. São os seres humanos em sociedade que produzem as condições que se expressam no seu modo de pensar, sentir e de ser. (FRIGOTTO, 2012, p.267-268)

Dessa forma, o homem desenvolve cada vez mais aptidões para imaginar, criar, interagir e desenvolver-se, vivendo a possibilidade da formação *Omnilateral*.

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. (FRIGOTTO, 2012, p. 267)

A apropriação dos elementos culturais são subsídios à continuação das novas gerações e, principalmente, à formação do gênero humano. Tais características não são transmitidas pela herança genética, como acontece com outras espécies; faz-se necessário a apropriação dos elementos

culturais, dos valores, da linguagem e do conhecimento acumulado historicamente para que o processo de humanização se efetue. Quanto a isso Duarte (2016, p. 37), enfatiza que:

As características do gênero humano não são, porém, transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características do gênero humano foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico de apropriação da natureza pela atividade social e de objetivação dos seres humanos na natureza transformada.

A cultura “é a síntese do acúmulo histórico que nos precede”. O indivíduo tem a necessidade de se apropriar dos instrumentos que cristalizam o conhecimento humano como forma de ampliação das suas capacidades/potencialidades humanas. O processo de formação do indivíduo, é em essência um processo educativo, que instiga novos aprendizados, Duarte (2016). Todo o processo de transmissão de cultura, e dos elementos culturais de que o indivíduo se apropria ao longo da vida possibilita a ampliação de suas funções mentais, incluindo atenção, memória, abstração, generalização, tomada de consciência.

Para contemplar, apreciar, sensibilizar e admirar a arte e demais conhecimentos, é necessária uma educação que permita o contato com as mais variadas manifestações humanas, uma educação estética que produza a compreensão e as inter-relações com o mundo circundante. Candido (2004) diz que para contemplar a arte, que no sistema vigente também é um objeto de consumo, são necessárias as condições materiais para experienciá-la, dando conta dos significados que têm enquanto cultura, conhecimento.

A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos. Se bem que as suas criações pareçam existir para todos, só uma ínfima minoria, tem o vagar e as possibilidades materiais de receber a formação requerida, de enriquecer sistematicamente os seus conhecimentos e de se entregar à arte; durante este tempo, os homens que constituem a massa da população, em particular da população rural, têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à produção de riquezas materiais nos limites das funções que lhes são destinadas. Como a minoria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar ao serviço dos seus interesses, produz-se uma estratificação desta mesma cultura. Enquanto no domínio das ciências que asseguram o progresso técnico se verifica uma acumulação rápida de conhecimentos positivos, no domínio que toca ao homem e à sociedade, à sua natureza e essência, às forças que os fazem avançar e ao seu futuro, nos domínios dos ideais morais e estéticos, o desenvolvimento segue duas vias radicalmente diferentes. (LEONTIEV, 1978, p.269)

Com o capitalismo se alastrando pelo mundo, houve a necessidade de uma mão de obra que se modernizasse e “se qualificasse”. Houve a necessidade de ‘democratizar’ o saber, em certa medida, dando a universalidade da alfabetização, como forma de incorporar as classes operárias à dinâmica produtiva, embora os tais planos que os moldassem fossem completamente diferentes.

Nesta circunstância, a alfabetização significa superar um estágio de ignorância e atraso, não para negar os padrões dentro dos quais o analfabeto convive e se desenvolve, mas para ter ingresso na cultura dominante, já que esta, se é do colonizador, deseja erradicar a cultura rival. Assim, a posse de um código escrito determina a ruptura com uma situação de inferioridade, por não ter o indivíduo, antes de ser alfabetizado, instrumentos intelectuais para questionar os valores que, na expectativa do grupo no poder, teria de incorporar passivamente. (ZILBERMAN, 1983, p.38)

Cria-se em torno dessa concepção o chamado “mito da alfabetização”, uma falsa democratização, já que, na realidade, não propõe levar a leitura e a escrita com o intuito de tornar o sujeito mais culto, curioso de cultura e emancipado, mas sim, para o tecnicismo profissional que alfabetiza para trabalhar e não para pensar.

Para o indivíduo contemporâneo, portanto, para sua inserção no mundo do trabalho reorganizado nas novas bases produtivas, bem como no correspondente universo do consumo, tem de possuir dois atributos fundamentais: competitividade e empregabilidade – o que implica um nível básico de alfabetismo (BRITTO, 2015a, p.63).

A democratização do saber, dos bens culturais, da arte e tudo aquilo de mais nobre do conhecimento, nunca se totalizou. A leitura em sentido emancipatório, crítico e político não se difundiu de maneira justa. A leitura como prática social é mais que decodificação de textos, mais que interpretação dos signos. A leitura é também para conhecer, participar, refletir, criar, imaginar, indagar e criticar as coisas.

O ato de ler não salva o homem das mazelas do mundo, o leitor não é alguém isento a erros, curioso ao extremo, que tem resposta para tudo. Entretanto, a leitura possibilita refletir, entender a sociedade, podendo a pessoa intervir e participar socialmente. Embora a oralidade seja uma marca da nossa cultura, nossa comunicação não está restrita a ela, é na escrita que se cristaliza e se permite que outras gerações acessem a cultura, a história, a política, de determinada época e sociedade.

Todo o percurso histórico do indivíduo, as experiências coletivas e individuais com que entra em contato, pode expandir seu desenvolvimento. Desta forma, estas experiências devem ser enriquecedoras, extrapolando o trivial, possibilitando a ampliação a percepção da realidade. Diante disso, defende-se a escola como um dos meios de realizar essa transmissão, uma vez que ela é a principal forma, principalmente para grande massa, de acesso ao conhecimento construído historicamente. No entanto, para que se efetive o desenvolvimento completo – formação omnilateral –, é imprescindível uma ordem justa, que garanta a equidade de direitos, o acesso à cultura, ao conhecimento, com uma educação que não seja privilégio de alguns, mas direito de todos.

## 1.2 De que leitura falamos?

### 1.1.2 Leitura: conhecimento e formação

Que a leitura é necessária para a sociedade e que muito tem se falado sobre o assunto nas últimas décadas, não parece novidade. Há infinitas propagandas, receitas e ideias que pregam formas de amenizar ou solucionar esse dilema; mais ainda, estabeleceu-se um estereótipo em torno do leitor que, na maioria das vezes, não corresponde à realidade.

Muito tem se falado da leitura: “leitura de mundo”, “leitura de imagem”, “leitura e direito”. Britto (2015b, p. 25), adverte que há um equívoco nesse uso infracional do conceito de leitura. Para esse autor:

O vocábulo leitura no seu sentido básico corresponde à decifração e à intelecção de signos gráficos que representam a linguagem oral, estando as duas ações básicas de ler enunciadas nessa definição – decifrar e entender – de tal modo interligadas que uma implica a outra.

A leitura, portanto, não se restringe à decodificação, implicando a compreensão, a busca de significações. Desse modo, ensinar a leitura perpassa por contextualizar os signos, atribuindo significados sociais para o que se lê. A leitura, no seu aspecto formativo, possibilita a intervenção no/sobre o mundo e a compreensão das contradições nele presentes. Quando se realiza a leitura nessa perspectiva, o ato de ler assume função política, crítica e emancipadora, a qual instiga o leitor a transformar a realidade.

A leitura crítica possibilitaria à pessoa um projeto de transformação social que combate a naturalização da barbárie, uma vez que lhe daria condições de entender as contradições da sociedade conservadora, em que poucos detêm o poder e usufruem dos privilégios, enquanto a maioria é sistematicamente ferida em seus direitos fundamentais. Além disso, a leitura crítica armaria a sociedade para abalar o mundo das certezas através de questionamentos, desmascarando o funcionamento das ideologias alienantes. As pessoas passariam a entender o porquê de as propagandas do Estado incentivarem o consumismo, assim como exaltarem a docilidade, a ingenuidade e a cordialidade do homem. (SANTOS, 2016, p.31)

Sendo a leitura-escrita um elemento cultural através do qual se cristaliza a história das gerações precedentes, ao lermos, nos apropriamos e interagimos com a ideia alheia e, a partir disso, formamos conceitos, participamos socialmente e, quanto mais participarmos, maiores as necessidades de criar, imaginar e produzir sentidos.

Sobre a importância da apropriação dos objetos sociais na formação humana Saviani e Duarte (2010), analisando os *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844*, de Karl Marx, observam que:

Ocorre que não há outra maneira de o indivíduo humano se formar e se desenvolver como ser genérico senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho. (p.426)

Assumir a leitura como prática social é desvinculá-la de uma ideologia que sustenta ler é um dom, que nascemos predisposto a isto e que qualquer um, em quaisquer circunstâncias, pode ser leitor. “Na verdade, o problema, para a maioria, é não poder ler – seja porque não dispõe de condições objetivas (tempo, lugar, material apropriado) seja porque não dispõe de condições subjetivas (conhecimento, competência, formação)”. (BRITTO, 2015b, p.36)

Em consonância com esse argumento, Silva (2005, p. 21), afirma que “o ato de ler para se efetivar, necessita do preenchimento de determinadas condições do contexto social”. Lê quem tem tempo: em uma sociedade baseada em um sistema que explora os homens com longas jornadas de trabalho e salário indigno, só lhes resta o cansaço ao fim do dia e o dinheiro para sobreviver; Lê quem possui condições materiais: livros são caros, em muitos lugares não há biblioteca, alguns não têm recursos para deslocar-se semanalmente para emprestar livros; Lê quem tem condições subjetivas: conhecimento prévio, referências, experiências culturais.

Sendo assim, ler e escrever são condições necessárias ao ser humano, que impulsionam seu desenvolvimento e sua participação social. Mas como predomina em nossa sociedade um modelo de produção que restringe não apenas a posse bens materiais, mas também o direito das pessoas de ler e escrever, compreende-se a ler e escrever apenas como forma de manter o equilíbrio do sistema, de modo que se condena o trabalhador ao pragmatismo da vida cotidiana, desempenhando ações mecânicas, captando e respondendo instruções e tornando-se escravo de suas necessidades materiais, sobretudo, restringem-se a sobreviver.

O trabalhador com salário mínimo, jornada de trabalho longa, está ao final do dia exausto para desfrutar de um bom livro, mesmo que este livro possibilite conscientização e ele se esforce para compreendê-lo. As funções mecânicas que o trabalhador desenvolve não exigem esforço intelectual que venha a criar necessidades elevadas de conhecimento; o trabalho alienado que consome seu tempo e liberdade não permite a apropriação plena da essência humana, negando-lhe formação íntegra.

O trabalhador aliena-se de seu trabalho porque é obrigado a vender sua atividade em troca de um salário que lhe assegure a sobrevivência. Isso quer dizer que, para poder continuar a viver, o trabalhador deve vender uma parte de sua vida e, mais do que isso, vender a

parte mais importante de sua vida, que é a atividade por meio da qual ele poderia formar-se, fazendo da essência humana, isto é, das potências essenciais humanas formadas historicamente, a essência de sua individualidade. (SAVIANI E DUARTE, 2010, p. 429)

Recorro mais uma vez as ideias de Saviani e Duarte (2010):

O que faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie. No caso dos seres humanos, sua atividade vital, que é o trabalho, distingue-se daquelas de outras espécies vivas por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social. Por meio do trabalho o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizadora, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Nesse processo, as necessidades humanas ampliam-se, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais. (SAVIANI E DUARTE, 2010, p. 429 e p.426)

Compreender a leitura como ato político vai na contramão de concepções ingênuas, as quais atribuem à leitura soluções superficiais para preencher o tempo dos alunos ou para cumprir tarefas simplórias e com fins escolares (responder questões que exigem o mínimo de esforço intelectual). A leitura na escola é dada como atividade reprodutora e repetitiva (LAJOLO, 2002). É necessário o mergulho aprofundado nos textos, com estratégias que instiguem o pensamento, a busca de significados e inter-relações com o mundo; são imprescindíveis experiências leitoras densas, de variedades de gêneros, consideravelmente gêneros literários, para que o leitor tenha aprofundamento sobre o mundo e sobre si. “Ler, não é chato nem fácil, é difícil” como ensina Britto (2015b).

Ler, para além do que já somos, ler como experiência e possibilidade de por ela se modificar, supõe a posse de conhecimentos que muitas vezes não são de domínio imediato, exigindo desprendimento, abertura, determinação, disciplina. Sem disposição para ler e sem a compreensão do que seja literatura, a pessoa rapidamente passa a acreditar que tal livro é chato e que a história não prende a atenção e que o autor está enrolando. Se o que se busca é promover a leitura como valor, é imperativo encontrar estratégias mais densas e mais fundamentadas de estimular a leitura, reconhecendo que ler, em muitas situações, é difícil e que a satisfação que daí se pode retirar é de natureza muito distinta da que oferece o entretenimento cotidiano. (BRITTO, 2015b, p.31).

Castrillón (2011b) faz um alerta sobre a concepção equivocada em torno do ato de ler, destacando que a leitura pautada na busca de significações exige tempo, condições subjetivas e objetivas. É uma tarefa difícil, porém, recompensadora.

Não se pode negar o prazer que a leitura produz em uma pessoa que superou a dificuldade de tornar-se leitor, ou melhor, que supera diariamente o enfrentamento com um texto considerado complexo. Porém, o prazer como prerrogativa para atrair a leitura é um dos lugares-comuns mais cristalizados nas instituições em que a leitura e a escrita deveriam ser preocupação central: a escola e a biblioteca. E esta, ou é uma ordem demagógica que pretende destituir a leitura de toda dificuldade e oferecer a possibilidade de acessá-la sem esforço; ou, de fato, destitui-se, com isso, a leitura de sentido que se pode ter na busca pelo significado e se apresenta como uma mercadoria, um bem de consumo, um meio para a evasão, em que a intermediação da escola não faria falta. (CASTRILLON, 2011b, p.02)



Para Benedito Nunes (1996, p. 193), “a prática da leitura seria um adestramento reflexivo, um exercício de conhecimento do mundo, de nós mesmo e dos outros”. Embora, aparentemente haja interesse de difundir a leitura em nosso país, o intuito da maioria das promoções de leitura, mesmo quando não se tem consciência disso, não é instigar as pessoas a pensar criticamente, a buscar formação intelectual, social e política, tampouco, como disse Benedito Nunes, “um adestramento reflexivo”. Ao contrário, há uma manipulação em torno da leitura, e sua difusão busca padronizar e homogeneizar o pensamento, as atitudes e a própria compreensão distorcida pela ideia de buscar prazer ou vagar por mundos inimagináveis, quando tais experiências deveriam proporcionar percepção crítica, fruição, a compreensão do porquê que as coisas são como são.

Aprender a ler e a escrever só faz sentido se for para ampliar a intervenção do sujeito no mundo, principalmente pela autoconsciência, que não é só subjetiva e individual. Não é eu e eu, mas eu sou eu, neste lugar, com estas pessoas e reconheço as relações históricas, culturais, políticas envolvidas na sua condição de ser e nas condições de realização do contexto histórico. É isto que ele chama de conscientização. (SANTOS, 2016, p.29)

Para Zilberman (1983, p. 43) “a leitura, quando inserida no processo social, renuncia a qualquer tipo de neutralidade”. Portanto, ao entender leitura como ato político e formativo, há que romper com a ideia de leitura mecânica, assistencialista (sobre campanhas e promoções de leitura que distribuem livros e ações de leitura como caridade, discutiremos mais adiante). “O ensino da leitura e da escrita já não é a repetição mecânica de *ba-be-bi-bo-bu* nem a memorização de uma palavra alienada, mas a difícil aprendizagem de “nomear” o mundo” (FREIRE, 1976, p.48).

É evidente que o prazer de ler existe, que livros possibilitam viagens por lugares inimagináveis, transportar-se na beleza dos romances, dos contos maravilhosos, da fantasia. Entretanto, Britto (2015a, p. 27) ensina que, “o prazer de ler deve vir do desenvolvimento da consciência e da capacidade de estudar, de pensar o mundo sistematicamente, de fantasiar e fabular sem simplesmente consumir a fantasia industrial”.

Observa-se uma avalanche de projetos e campanhas de promoção de leitura que supostamente disseminariam a “democratização da leitura”; empresas, grupos religiosos e projetos sociais promovem o ato de ler, tendo como focos principais hospitais, prisões, periferias e regiões interiores. Ao propagarem a leitura acessível, fácil, que cabe a pessoa a opção de ser leitor, legitimam a ideia de uma falsa liberdade de conhecimento, esvaziando o sentido formativo e emancipador do conhecimento e da experiência estética.

A consequência imediata por um e outro destes modelos de promoção de leitura é a submissão das práticas leitoras aos interesses das empresas de produção de textos e informação e às conformações ideológicas liberal-burguesas. Produzem-se e vendem-se objetos de leitura como se produzem e se vendem outros objetos de cultura de massa (BRITTO, 2015a, p.78).

Para que uma política de promoção de leitura se concretize nesses termos, é essencial organização que inclua estrutura física, acervo e desenvolvimento de práticas de leitura com objetivos criteriosamente traçados; não faz sentido criar uma biblioteca sem mostrar o acervo, a variedade de textos e autores, e o compromisso para que haja progresso do projeto. Isso implica reconhecer que, a formação pela leitura se efetiva por uma construção coletiva, na qual haja compromisso do Estado, da escola, dos pais e da comunidade, além dos professores e alunos.

### **1.3 Leitura e Literatura: arte de viver, de nos transformar, de nos humanizar**

Segundo Candido (2004, p. 175) “a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo”. Para esse autor, a literatura é capaz de contestação das coisas predominantes e é uma possibilidade formadora. Através da arte, o indivíduo apropria-se da história das civilizações precedentes, do comportamento, valores e do conhecimento de que ela dispõe, possibilitando a humanização e a constituição da personalidade. Destaca-se a literatura como exemplo de elemento cultural importante na formação do homem, o qual tem o direito de fruí-la.

Umberto Eco (2001) já questionava, para que serve esse bem imaterial, a literatura. Em seu questionamento, sugere que uma das funções da literatura é: “manter a língua em exercício e, sobretudo, a mantém como patrimônio coletivo”; o autor não descarta as outras funções da literatura, mas ressalta: “essa educação para o fado e para a morte é uma das principais funções da literatura” (ECO, p.07, 2001). Dito isso, a literatura extrapola o pragmatismo, o entretenimento, alcança a liberdade de pensar para além do automatismo da vida cotidiana e, acima de tudo, permite imaginar, viver, sofrer, amar, criar, fantasiar, suportar as angústias da vida e ao fato de que estamos condenados a um fim inevitável, a morte.

Para tanto, é necessário que a sociedade volte a apostar na capacidade de fantasiar das pessoas, uma vez que, dedicando tempo a leitura de textos literários, o ser humano aprimora a sensibilidade, fantasia outras realidades, abre as portas da alma para expor os mundos imaginários, sem contar que a leitura ajuda as pessoas a suportar as agruras do dia a dia e combate o autoritarismo mesquinho dos homens. (SANTOS, 2016, p.39)

Candido (2004, p. 186) fundamenta por que a literatura precisa ser vista como direito:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da Literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos.

Para o modelo de sociedade do capital, a literatura enquanto valor formativo, de contemplação, de reconhecer-se no mundo, não é vista com interesse; esse sistema sobrevive do lucro e da exploração da força de trabalho, de modo que imaginar, fantasiar, fruir são funções desinteressantes e não rentáveis para o sistema.

Compreendendo os valores desse bem imaterial como alternativa para pensar o cotidiano, de transcender o espaço imediato, conhecer e despertar sentimentos. Eco (2001, p. 1) denomina a literatura “um poder imaterial, que a humanidade produziu e produz, não com fins práticos, mas "gratia sui", por amor a si mesma, e que são lidos por prazer, elevação espiritual ou para ampliar os conhecimentos”. A literatura,

É o simples pôr-se em movimento, para sentir-se e existir num tempo suspenso na história, um tempo em que pessoa se faz somente para si, para ser, um tempo de indagação e contemplação, de êxtase e sofrimento, de amor e angústia, de alívio e esperança, disso tudo de uma só vez e para sempre. Nela a gente se forma e se conforma, perde-se e salva-se, se consola e se estimula, aprende e ensina a viver em realidades incomensuráveis, ainda que realmente intangíveis. (BRITTO, 2015a, p.53-54)

Questões como essas dão abertura para refletir que a ameaça de uma sociedade alienada se consolida não apenas pelos cortes na área da educação pública, mas principalmente, por um projeto muito bem articulado que quer dificultar as classes baixas de terem formação completa, íntegra, humana. Candido (2004, p.187) alerta sobre as consequências de uma sociedade estratificada como atualmente usando como exemplo a literatura: “a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante”. Ressalta-se que não apenas a literatura, mas também outros elementos culturais são estratificados neste modelo de sociedade.

Recentemente o atual ministro da educação fez um discurso sobre a descentralização dos investimentos para alguns cursos das ciências humana com o seguinte argumento: “O que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens? São, primeiras habilidades de poder ler, escrever

e fazer contas, ensinar um ofício”.<sup>6</sup> Sabendo que para muitos brasileiros a educação escolar, o ensino público é a porta de entrada do conhecimento, ao limitá-lo, aligeirando o processo educativo, ocupando-o com atividades mecânicas e tecnicista com o único objetivo de entrar no mercado de trabalho é acabar com essa possibilidade. Uma educação que objetive a emancipação, e a transformação social deve proporcionar experiências que criem necessidades elevadas de conhecimento, que privilegie a filosofia, arte, sociologia, ciência.

Quando se menciona questões como conhecimentos filosóficos, científicos e artísticos menciona-se a essência e os valores oriundos dessa parte da cultura e suas contribuições para formação humana. Candido (2004, p. 180) destaca o papel humanizador da literatura: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (p.180). Nessa linha de pensamento, atribui à literatura papel humanizador, distinguindo em aspectos:

(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (p.176)

A tão falada crise na leitura é um projeto para manter a população na ignorância e no conformismo. Disseminam-se rótulos que estigmatizam a população como não leitora, levando em consideração a quantidade de livros que se venderam. Como mostra a pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2016, 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro, como se as pessoas não lessem apenas por falta de interesse e em hipótese nenhuma questionam-se as condições subjetivas e objetivas para compreender por que a leitura não se concretiza. Oportunidades culturais, contemplação e fruição pela arte, pela literatura só serão possíveis em uma sociedade mais justa, mais humana, conforme Candido (2004)

Para que a Literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante. (p.186-187)

---

<sup>6</sup><https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>

Dessa maneira, privar as pessoas de acesso aos objetos culturais é “negar a fruição da literatura, é mutilar a nossa humanidade” (CANDIDO, 2004, p.186). Portanto, a literatura seria a possibilidade de conhecimento, de organização de emoções e visão de mundo, de liberdade e fruição que o homem possa desfrutar e elevar-se em conhecimento, socialmente e espiritualmente.

#### 1.4 A formação pela literatura

Como e por que a leitura, principalmente a do texto literário, pode se constituir fator de liberdade e transformação dos leitores? Primeiramente, é importante questionar o que seria leitor. Para Britto (2015a), circula no debate e no senso comum uma vaga ideia de leitor como alguém que está sempre com livro à mão pensando na vida e desbravando mares nunca dantes navegados.

Esta vaga ideia de leitor – característica da perspectiva mítico-salvacionista tão presente no discurso pedagógico – liberal não incorpora as indagações mais fortes de cultura, de conhecimento e de política, não avança para além da afirmação de que ler é cultura, instrução, descoberta, viagem, etc. E é preciso que assim seja, para que haja coincidência entre a concepção de leitor e a também vaga noção de participação social: o leitor “crítico” assim porque, informado pelos meios de comunicação de massa- formadores de opinião – mantém-se na lógica liberal de democracia formal. (BRITTO, 2015a, p.65)

Compreende-se que a ideia de leitor está inter-relacionado com a concepção de leitura que prevalece no senso comum, pautada no o prazer e no gostoso, descolando-se da leitura como prática social que exige condições concretas para se realizar, que sob uma ótica formativa e política possibilita ao leitor a indagação, um posicionamento no mundo, sendo, portanto, tarefa difícil e exigente. O leitor é considerado aquele sujeito motivado pela infinita curiosidade, com óculos sob o nariz que hipótese nenhuma se descola do livro (um modelo abstrato), mítico e não o sujeito que usa a leitura, a escrita para intervir na sociedade, na política etc.

Sobre os objetivos da formação do leitor literário Colomer (2007), afirma:

O objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para a *formação da pessoa*, uma formação ligada indissolivelmente à construção da sociabilidade e realizada através da confrontação com textos que explicitam a forma em que as gerações anteriores e as contemporâneas abordam a avaliação da atividade humana através da linguagem. Em segundo lugar o confronto entre textos literários distintos oferece ao aluno a ocasião de enfrentar a diversidade *cultural e social* (...). Em terceiro lugar, o ensino da literatura pode reformular a antiga justificativa sobre idoneidade na formação linguística. (p.31-32)

Silva (1991, p. 23) afirma que o texto literário “é mais do que produzir ou representar as relações sociais, interessa à literatura produzir efeitos que levem o público leitor a participar, a atuar na transformação da realidade”.

Zilberman (2008, p. 17), por sua vez, enfatiza sobre os efeitos da literatura no leitor:

A literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê.

Atividades como rodas de leitura, leitura pública, mostra literária, feiras de livros indicações literárias, formações e palestras para professores, exibição de vídeos de literatura são exemplos de atividades com as quais busca-se promover a leitura de literatura, a curiosidade, o contato e a apropriação da cultura literária nacional, internacional, regional e local, tornando compreensível que leitura, literatura e conhecimento é um direito.

Promover a leitura só tem sentido enquanto movimento político de contrapoder, enquanto parte de um programa de democratização. A questão que se coloca é a do *direito de ler* e não da promoção deste ou daquele comportamento ou a valorização de tal ou qual gosto. O que interessa não é o que um sujeito lê, se gosta mais disso ou daquilo, se encontra ou não prazer na leitura, mas sim se poder ler e lê o quê, quando e quanto quiser. (BRITTO, 2015a, p.141)

Quando se refere ao direito à leitura, à democratização de livros e a literatura está se questionando o acesso aos clássicos, a arte, a variedade literária, enfim ao conhecimento humano acumulado durante séculos, pois, só tendo conhecimento de modo amplo é que um leitor conseguirá fazer relações, entender e sentir o prazer e a liberdade que a literatura e a arte proporcionam.

A literatura é um elemento essencial da cultura e, tendo caráter extremamente civilizatório, humanizador, possibilita às pessoas maiores e fundamentais condições de participação na ordem da vida, da dimensão fundamental da existência de forma ampla. (SANTOS, 2016, p.23)

As experiências com os textos literários proporcionam apreciação estética, alargamento de conhecimentos e repertório cultural, desperta em nós as características importantes à formação. Quando se proporcionam experiências com textos literários, possibilitam-se formas de expansão da realidade, da imaginação, da linguagem e a criação, características essenciais ao desenvolvimento humano. Machado (2012, p.53) esclarece sobre a experiência desde cedo com os textos literários: “a leitura literária, quando bem trabalhada desde a infância, desencadeia processos criativos que passam a oferecer compreensões simbólicas e ajudam a dar sentido à existência”.

Em algumas regiões da Amazônia este processo de formação leitora, também pode contribuir para autoafirmação<sup>7</sup> de identidade de muitas comunidades, possibilitando maior reflexão sobre suas histórias, o percurso de violência sofrido, exploração e “tentativa” de apagamento da cultura que esses povos sofreram. Há inúmeros trabalhos e registros históricos que podem servir como instrumento de embasamento para esses povos e, para tanto, é indispensável para acessá-los, ler.

Para que a ideia se efetive, é essencial a biblioteca ser compreendida como espaço de irradiação de cultura, de conhecimento, de possibilidade de diálogos entre o singular-particular-universal. Desta maneira, desvincula-se da ideia da estrita dependência da professora de Língua Portuguesa, como única responsável pela leitura: há que se terem políticas públicas, orientação familiar e consideravelmente, melhoras na qualidade de vida dos indivíduos, na educação, saúde etc.

Santos (2016), em sua tese de doutorado, desenvolveu pesquisa sobre leitura em “lugares distantes” e as possibilidades e desafios do incentivo à leitura no cenário amazônico. Para ele,

Trabalhar a leitura tendo como fim a construção de sentidos perpassa, portanto, a conscientização do homem da sua situação de existir em um espaço onde reina a desigualdade social. Assim, formar leitores com o domínio da contrapalavra é subversão ao sistema, já que passarão a indagar constantemente sobre as condições e possibilidades sociais de ser leitor dentro de um sistema excludente. (SANTOS, 2016, p.33)

Desta maneira, a criação de uma biblioteca é o ponto de partida para consolidar o contato com a leitura, literatura e principalmente a ampliação da cultura local, além de esclarecimento sobre direitos básicos, entretanto, a realidade concreta do lugar e a nítida ausência do Estado é uma barreira monumental desafiadora.

---

<sup>7</sup> Atualmente, muitas aldeias na região Arapiuns e Tapajós estão em fase de reconhecimento de seus territórios. Muitas aldeias encontram-se em fase de estudos antropológicos ou homologação e outras já estão com seus territórios demarcados. A aldeia Nova Vista encontra-se em fase de reconhecimento do território pela Funai.

## **2. BIBLIOTECAS EM “LUGARES DISTANTES”: OS DESAFIOS DE INSTITUIR LUGARES DE LER NA “AMAZÔNIA PARAENSE”**

### **2. 1 Bibliotecas: Espaços de formação**

A palavra biblioteca tem origem nos termos gregos *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), significando o móvel ou lugar onde se guardam livros. A biblioteca de Alexandria, a mais famosa da antiguidade, foi construída no coração da antiga cidade de Alexandria, no Egito, no século III a.C., por Ptolomeu II, um dos sucessores de Alexandre, o Grande. Historicamente as bibliotecas tinham a função de organizar e preservar o conhecimento humano, porém, com o advento da tecnologia, novos formatos de bibliotecas foram surgindo, entre estes, as bibliotecas *on-line*, como a *Biblioteca Digital do Museu Nacional*.

Dos elementos que caracterizam uma biblioteca física: livros, cadeiras, mesas, estantes, prateleiras, a organização e caracterização da biblioteca são condições fundamentais para a efetivação e difusão de leitura, conhecimento e informação. Para Silva e Silva (2010, p. 205), biblioteca é “um espaço de cunho físico ou virtual que promove as noções de organização, disseminação e acesso à informação através de instrumentos tecnológicos diversos, seja manual, seja eletrônico”. Esse espaço deve ser compreendido conforme apontamentos de Britto (2015b, p. 17), “como possibilidade objetiva de produção e disseminação da cultura e do conhecimento, de formação intelectual e política, de experimentação estética e afirmação subjetiva”.

Entender o papel das bibliotecas vai além da concepção de montes de livros, estantes, prateleiras ou de empréstimos e devoluções: “não é qualquer espaço com livros e estantes que deve-se ser considerado biblioteca” (SILVA; SILVA, 2010). Esses espaços devem-se ser compreendidos como fundamentais para disseminação de cultura e conhecimento, na biblioteca circulam mais que literatura, na biblioteca circulam um conjunto de obras que contribuem para o conhecimento da produção intelectual humana em diferentes níveis de complexidades, isso inclui: a filosofia, a sociologia, a religião, a história, a psicologia, e a arte como elementos fundamentais. Portanto, a ideia da biblioteca não deve estar vinculada especificamente a literatura para maravilhamento.

Sabendo da relevância desse espaço com possibilidade de impactar pessoas e lugares, principalmente os mais afastados, cabe uma reflexão em torno do seguinte questionamento: se a biblioteca tem múltiplas funções, infinitas formas de gerar conhecimento, o que leva cada vez mais



espaços como esses permanecerem fechados ou vão a ruína em tão pouco tempo ou, mais comum, não existem?

Primeiramente para que se compreenda o papel da biblioteca para escola, comunidade ou na vida das pessoas é necessário que este espaço faça sentido: “A grande maioria da população, por não ver traduzidos seus anseios cotidianos na biblioteca, não a visualiza como uma instituição socialmente útil” (SILVA; SILVA, 2010, p.210). As bibliotecas, especialmente as públicas, tenderam por muito tempo a se estruturar em função das demandas e dos interesses da classe dominante como se verifica em sua na própria forma de organização, limitada ao público que domina a escrita,

E, ainda que aberta a todos, suas decisões e formas de organização se fizeram, por um longo período, somente para as pessoas inseridas na cultura escrita. A maioria das pessoas – por falta de instrução, de identidade ou até pela dificuldade objetiva de acesso – não se incluía (e ainda não se inclui) no público usuário. (BRITTO, 2015b, p.41)

Quando se indaga os motivos pelos quais esses espaços se fecham, vão a ruína ou quando todos os livros destinados a biblioteca desaparecem, a primeira impressão que temos é que o governo não dá o menor suporte para efetivação da leitura nas escolas; só enviar livros para as escolas não é suficiente para formar leitores, assim como não muda a concepção da população sobre esses espaços. Por muito tempo, a biblioteca esteve a serviço da classe dominante e, embora haja inúmeras conquistas de direitos, ainda é objeto de dominação de uma classe, ainda é privilégio.

A parte mais apartada desse direito de ler são os trabalhadores com jornada exaustiva e salários baixíssimos. Para uma grande parte da população livros e leitura são sacralizados, e isso ocorre devido à distância que o trabalhador coloca entre si e o conhecimento; o ócio, o pequeno intervalo entre uma jornada e outra ao fim do dia, é o único alívio de um corpo explorado, para quem comprar um livro pode comprometer o orçamento. Para o corpo cansado, preocupado e, quiçá, faminto de alimento, de esperança, ler não é uma prioridade.

Cardoso (2018) produziu uma cartografia das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Santarém, analisando as possibilidades e dificuldades da sua contribuição na formação intelectual dos alunos. Concluiu que as bibliotecas das escolas, alternam entre os funcionamentos parciais, restringem-se a empréstimos e devoluções de livros. Há ausência de espaços, profissionais e na maioria, os acervos encontram-se danificados. O retrato da pesquisa de Cardoso (2018) demonstra a falta de valorização por parte da sociedade e governo de um espaço que oportuniza o acesso ao conhecimento e formação.

A ausência de bibliotecas é fator predominante, especificamente na região do rio Arapiuns (o sentido de biblioteca aqui engloba: estrutura, organização e disseminação, e não apenas um cantinho de leitura com revistas rasgadas para entretenimento de crianças). São poucas as comunidades que têm acesso a esse espaço de conhecimento, e quando o tem, foi implantado de maneira indireta, não por demanda local, mas por projetos de caridade, o que acaba desvinculando do sentido de direito, formação e emancipação e legitimam um sistema opressor e excludente. Em sua grande maioria, esses “projetos sociais” são feitos por um agente externo, grupos religiosos que adentram a Amazônia e acreditam estarem fazendo um “favor”. Assim que o espaço de ler se constitui só existirá com o agente externo, o povo retorna ao seu cotidiano sem almejar buscar o conhecimento que a biblioteca oferece e, dessa maneira, sumirá em pouco tempo.

A leitura não pode ser confundida com propaganda – quando se pretende, por interesse comercial, incutir no outro o desejo a sensação de consumir algo- nem como benevolência ou a solidariedade- quando almeja minimizar sofrimentos e carências-nem com proselitismo religioso ou político- quando se busca a adesão da pessoa a uma crença (e seus hábitos de valores) ou a um partido [...] a leitura demanda engajamento em práticas de leitura de textos literários e de expressão cultural que instigam a indagação (BRITTO, 2015b, p.33).

Importante mencionar que o que está se criticando não é promoção da leitura ou a realização de tal ato, mas a concepção com que determinada ação se consolida e todo o pano de fundo que dificilmente é compreendido pela comunidade local, que hipnotizada pela novidade acata. O que se sublinha é que essas campanhas e projetos não impulsionam a população a refletir, inclusive, de saber o que lhes é de direito. Ações de leitura, implantação de bibliotecas exigem construção coletiva, compreensão da função da biblioteca e dos serviços que ela dispõe, entendendo-a como lugar de formação, de discussão e produção de conhecimento.

Além disso, é preciso redefinir os vínculos com a sociedade, entendendo a biblioteca como um espaço privilegiado da prática político-pedagógica, articulada aos movimentos populares, oferecendo-lhes serviços e produtos que potencializem sua luta contra desigualdade. (BRITTO, 2003, p.141)

Silva e Silva (2010, p. 207) menciona sobre a necessidade do diálogo e criação de vínculos com a comunidade a qual a biblioteca será instalada:

Para uma efetiva atuação da biblioteca é preciso que esteja em sintonia com as comunidades que estão inseridas em suas ações. Mas antes de inserir uma biblioteca num determinado local é preciso estudar aquela comunidade, perceber suas carências e qualidades, de modo a buscar suprir e aprimorar informacionalmente a realidade da comunidade escolhida.

## 2.2 Os lugares de ler na Amazônia

O grupo de pesquisa ao qual esta pesquisa está vinculada vem realizando diversos estudos sobre biblioteca, de forma a investigar os efeitos, a constituição e as transformações da educação pública, com destaque da leitura, escrita e alfabetização no cenário amazônico. Esses estudos captam especialmente lugares que Santos (2016) aponta como longínquos, tanto em distância quanto em conhecimento e participação cultural e sociopolítica. Além, disso fazem um retrato da dimensão dos problemas sociais, culturais e políticos que fazem da Amazônia um “lugar distante”.

Assim, o lugar da pesquisa se caracteriza como uma região distante dos grandes centros de cultura e apartado das decisões políticas e econômicas do país, lugar onde as distâncias são grandes e a mobilidade difícil – qualquer deslocamento é sempre um processo complexo, sair de uma comunidade para ir à sede da cidade (que tampouco é de fácil acesso em âmbito estadual ou nacional) é algo que leva dia. São povoados, há pouca disponibilidade de recursos de cultura e informação, com telefonia delicada, internet fragilíssima, praticamente nenhuma circulação de jornal, baixíssima circulação de revistas (as que há são de assuntos práticos e midiáticos), pouca circulação de livros (e os que há são concentrados naqueles que vêm pela escola ou paradidáticos, de autoajuda ou divulgação geral, tipo biblioteca blue). (SANTOS, 2016, p.50)

Os problemas educacionais relacionados com a leitura abrangem não apenas a região Norte mas a educação em âmbito nacional. A educação pública precisa urgentemente ser priorizada, mantida pública, gratuita e, principalmente, como direito, conforme o artigo 205 da Constituição brasileira: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, Art. 205)

Mészáros (2008, p. 28) enfatiza a necessidade de *romper com a lógica do capital*, se quisermos contemplar alternativa educacional significativamente diferente. Ainda segundo o autor,

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância- de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa *de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser *formais*; elas devem ser *essenciais*”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

A educação libertadora, “para pensar, agir e transformar sua realidade” (MÉSZÁROS, 2008), pode fazer diferença na vida das pessoas, contribuindo com uma sociedade justa, esclarecida e emancipada. Observa-se a insegurança que a boa educação traz à classe dominante, que se vê

ameaçada com a possibilidade de indivíduos críticos, esclarecidos da luta, com a superação do sistema capitalista de produção.

O trabalho educativo é essencialmente emancipatório, ainda que se apresente, nesta sociedade, contraditoriamente marcado por formas e conteúdos muitas vezes alienantes. Que o trabalho educativo esteja sob ataque não significa que ele tenha perdido sua força na sociedade contemporânea. Ao contrário, a força desse ataque é proporcional aos perigos que a educação escolar oferece à classe dominante. (DUARTE, 2011, p.135)

Diante do complexo quadro educacional no país e especificamente na região amazônica é necessário se compreender os fatores pelos quais a educação não se concretiza e as tentativas de efetivá-la nos seus mais variados campos. Diante do exposto, faz-se necessário a demonstração dos sucessos e (*in*) sucesso de criação, intervenção e manutenção de bibliotecas e formação de leitores, esses trabalhos vêm sendo desenvolvidos na região do Oeste do Pará desde 2013, pelo grupo de pesquisa Lelit pelos professores Luiz Percival Leme Britto e Zair Henrique Santos.

Muitas são as receitas para solucionar os problemas da leitura, muitas são as queixas de professores de que os alunos não frequentam a biblioteca ou simplesmente não leem. Observa-se a criação de projetos de leitura, práticas de leitura, promoção de leitura, mas nota-se também que esses projetos desaparecerem com a mesma frequência com que são propostos, sem permanência. Uma das questões que as pesquisas de instalação ou revitalização de bibliotecas desenvolvidas no âmbito do Lelit tem reconhecido é a ausência, total ou parcial, de adesão do lugar onde as bibliotecas são criadas. Mas se a leitura é reconhecida como um valor, sendo insistentemente mencionada como um problema que precisa ser superado, por que é tão difícil a permanência dessas ações?

Examinemos estes trabalhos que seguem perspectiva similar à que adotamos no nosso.

Um dos primeiros trabalhos de revitalização de biblioteca foi o desenvolvido por Jonadabe de Araújo Garcia e Alzenora Ferreira Carvalho das Neves (acadêmicos da Licenciatura Integrada em Letras: Português e Inglês, pelo Programa de Formação de Professores – Parfor – Campus de Monte Alegre, Universidade Federal do Oeste do Pará), comunidade de Ipanema, município de Prainha. Esta ação originou a monografia *Relato de experiência Espaço Isanildes Silva das Neves: Formando leitores na várzea* (GARCIA; NEVES, 2015).

O espaço de leitura foi inaugurado com cerca de 998 livros catalogados obtidos por meio de doações, além dos exemplares que se encontravam espalhados na escola. O lugar tornou-se referência para escola e comunidade, tanto que um dos pontos marcantes foi a união entre pais,

comunitários e o corpo docente da escola, que incentivaram quinze alunos do 8º ano a participar do “IV Seminário de Ler Literatura: aprender e viver”, realizado em Santarém, com apresentação de trabalhos que resultavam de suas experiências com leituras desenvolvidas durante a aplicação da ação de levar a ler. As atividades foram realizadas no período de março a novembro de 2014, e gerou o trabalho de conclusão de curso defendido em janeiro de 2015.

Um ano após sua inauguração, a realidade do espaço de leitura era outra: o acervo foi ampliado e já contava com uma funcionária; e, como um dos pesquisadores era funcionário da escola, as atividades do espaço de leitura permaneciam ativas, os empréstimos e devoluções de livros continuavam firmes no turno matutino. Porém, houve uma guinada quanto à disponibilidade do espaço: no turno da tarde, a sala de leitura, tornara-se uma sala de aula do projeto Educação de Jovens e Adultos da zona rural, o que acabou afetando o “colorido” inicial do espaço. Atualmente, o espaço de leitura ainda conta com a mesma funcionária, a sala tornou-se novamente exclusiva para as atividades de leitura e há equilíbrio de horário para visitas das turmas.

O segundo trabalho foi produzido por Andria Arcanjo da Silva Araújo e Sandra Elena Couto Meireles (acadêmicas de Licenciatura Integrada em Letras: Português e Inglês, pelo Programa de Formação de Professores – Parfor – campus de Monte Alegre, Universidade Federal do Oeste do Pará). O trabalho foi desenvolvido na comunidade rural da PA 254 KM 11, município de Monte Alegre, resultando no trabalho de TCC *Criando um espaço para promover a formação de leitores na Escola Municipal de Ensino Fundamental PA 254 km 11* (ARAÚJO; MEIRELES, 2015).

O estudo tinha o objetivo de criar um espaço para ler. Porém, as pesquisadoras fugiram do padrão e implantaram um “armário de leitura”, em função de a escola não dispor na sua estrutura de um espaço para biblioteca. Com recursos próprios, as acadêmicas mandaram construir o armário, em estrutura de madeira, com duas portas de vidros transparentes para que os alunos pudessem visualizar, instigar, pegar e ler os livros.

O projeto foi desenvolvido no período de março a outubro de 2014 com uma turma do 6º ano, com inúmeras atividades realizadas: campanha para arrecadação de livros, catalogação de 986 exemplares, leitura de livros de literatura e escrita sobre o que mais gostaram da leitura do livro, depoimento de um adulto leitor para incentivar a leitura e empréstimos de livros durante toda semana. As atividades de leitura desenvolvida pelas professoras criaram uma movimentação positiva na rotina da escola. A princípio, a ideia causou um certo receio e desconfiança de não haver adesão

do público escolar, porém, um ano depois, o armário de leitura ainda funcionava e não apenas para uma turma; o acervo aumentou e a escola assumiu a movimentação e manutenção dos livros. Até hoje, o armário se mantém em movimento e há previsão de construção de uma biblioteca.

O terceiro trabalho foi desenvolvido por Eliana Nascimento de Moraes e Maria Rita Alexandre de Lima Teles (acadêmicas de Licenciatura Integrada em Letras: Português e Inglês, pelo Programa de Formação de Professores – Parfor – Campus de Monte Alegre, Universidade Federal do Oeste do Pará). Comunidade e escola uniram-se para construir um espaço de ler, com a instalação de uma mesa com 1,80 de comprimento por 50 cm de largura, com bancos fixados, e um varal para expor os livros. O espaço ficou conhecido como *Cantão da leitura*. A escola disponibilizou um funcionário de apoio para cada turno. Foram seis meses de atividades que consistiam em: leitura silenciosa, leitura pública e empréstimos de livros. O produto desse trabalho resultou no *Relato de experiência: promovendo a formação de leitores na Escola Dr. Dátis Lima de Oliva* (MORAES; TELES, 2015).

Um ano após o espaço de leitura ter sido inaugurado, restavam apenas ruínas do que um dia teria sido um lugar harmonioso; havia vestígios de um lugar de ler, como, por exemplo, uma prateleira na qual se expunham os livros, mas a estrutura havia desaparecido e ninguém sabia informar onde estava. A única certeza os livros, todos desorganizados, misturados, sem controle de empréstimos, estavam empilhados em prateleiras em uma sala na qual guardava-se de tudo – uma dispensa. Com o fim da pesquisa, não houve adesão nem da escola nem comunidade para efetivação de formação de leitores e manutenção do espaço de ler, o que o levou a ruína em um curto período.

A pesquisa de doutorado de Zair Henrique Santos (2016) – *Entre o compromisso e a realidade: Relato e análise de uma ação de levar a ler no Oeste do Pará* – analisa os três trabalhos supramencionados, resenhando o processo de concepção, execução e o sucesso dos espaços de leitura. Para realizar o estudo, alguns movimentos analíticos foram feitos, como: usar as narrativas (TCCs) produzidas pelos alunos, entrevista semiestruturada, visita aos lugares de ler, anotações de pesquisa de campo. O autor conclui que a formação aligeirada sem perspectiva de continuação dos professores, a falta de condições materiais tanto dos professores quanto dos alunos e não adesão da comunidade foram fatores que implicaram o insucesso dos dois espaços de leitura que, em menos de um ano, foram ao declínio.

Exemplo de criação de biblioteca e ações de leitura desenvolvido na região foi o trabalho de Alessandra Maria de Mesquita, com o objetivo de investigar as condições e possibilidades de instituir lugar de levar a ler na Escola Professora Rosália Simões Barbosa, em Monte Alegre-PA, resultando na dissertação *Leitura e biblioteca escolar: uma proposta de levar a ler em “lugares distantes”* (MESQUITA, 2018). As atividades, realizadas entre março de 2017 a outubro de 2018, consistiam em: encontro com os professores, baú literário, hora da leitura, oficinas de leitura, conhecendo o autor, bolsão de indicação literária, mural propaganda da leitura, vídeo de autores, carta de recomendação literária, visita a bibliotecas de outras escolas, sarau literário, perfil da biblioteca em rede social. Todas as atividades foram realizadas com o propósito de apresentar a leitura na escola enquanto direito do cidadão.

Após o término das intervenções, a professora analisa que a comunidade escolar precisa compreender o papel social, cultural e político da biblioteca como fonte de conhecimento e informação, sem essa compreensão dificilmente teremos trabalhos sólidos e ações de leitura efetivas. A pesquisadora avalia as ações de leitura como positivas, principalmente para os alunos, aos quais foram apresentadas variedades de gêneros, além do despertar para leitura de literatura, e para os professores que aderiram ao projeto, que puderam repensar suas práticas pedagógicas.

Mesquita (2018) verificou um entusiasmo da escola em utilizar a biblioteca e realizar atividades de leitura com os alunos; algumas ações desenvolvidas foram contínuas, mas não coletivas. Por fim, reforça a necessidade do apoio do poder público à implementação, permanência e funcionamento das bibliotecas, além do engajamento da comunidade escolar e sociedade como forma de se firmarem essas ações como propostas sólidas. Um ano após a inauguração da biblioteca, algumas mudanças positivas aconteceram: depois de um curto período fechada e após muita insistência de professores e alunos, a biblioteca encontra-se funcionando com dois funcionários contratados pela secretaria de educação do município. Algumas atividades, destacadas pela pesquisadora como as mais produtivas, são *O baú literário* e *A hora da leitura*, às quais dar-se-á sequência.

A pesquisa de Edivandro Vasconcelos – *Para além do espaço de leitura: criação e reflexão das possibilidades de ler literatura em uma escola rural do município de Monte Alegre* – implicou a retomada do trabalho desenvolvido em 2014, na Escola Dr. Dátis Lima de Oliva na Comunidade da Colônia Agrícola Nacional do Pará – CANP, em Monte Alegre, PA. A proposta foi investigar as possibilidades (condições e limites) de formação de leitor em escola rural, por meio da criação

de espaços e ações de levar a ler literatura, numa atitude coletiva, participativa; inquiria-se também por que uma escola com quase mil alunos e corpo docente com boa formação não dispõe de biblioteca nem de programa sistemático de leitura literária.

O pesquisador utilizou a metodologia investigativa da pesquisa-ação, fazendo com que os participantes se tornassem coautores e sujeitos na produção do conhecimento. Alguns instrumentos utilizados para constituição do trabalho foram: observação, entrevista, palestras, memórias, relatos orais. (VASCONCELOS, 2018). O pesquisador, considerando um desafio a permanência e compreensão da biblioteca como espaço de formação e disseminação de cultura e não apenas entretenimento, buscou examinar a desvalorização da leitura nestes lugares distantes; dessa forma, aproximou-se do tema das demais pesquisas relatadas. Um ano após a criação do “Espaço de leitura Professora Maricota”, Vasconcelos (2018, p. 114) descreve:

Nas conversas com os professores e alunos o que mais ouvia quando se tratava de leitura era que ler é importante, que ler faz mudar de vida, que ler torna aluno bom escritor. A leitura era vista como prazer, viagem, gosto. Posso, sem constrangimento, dizer que esses eram também minha visão sobre a leitura antes de entrar no mestrado do Profletras. Não tenho como medir a transformação ocorrida nos demais professores, nos alunos, nos comunitários, mas posso assegurar, enquanto agente político-cultural-pedagógico que entender a leitura defendida por Antônio Candido (2011) como um direito inalienável e buscar investigar teoricamente, ao mesmo tempo, em que coletivamente planejava as ações alinhadas ao arcabouço teórico, tornou-se um desafio recompensável.

Por fim, enfatiza os desafios da permanência do lugar, a importância e as dificuldades de abranger o coletivo, esclarecendo que, para compreender as transformações, é necessário um tempo maior de observação. A maior transformação, sustenta ele, aconteceu com o próprio pesquisador, suas reflexões sobre a leitura se fazendo por outro ângulo, que não o pragmático. Atualmente, a sala de leitura está em funcionamento, porém não foi lotada uma pessoa para coordenar o espaço. Toda semana são realizadas atividades de leitura como, por exemplo, o clube de leitura “Literarte”.

O trabalho de conclusão de curso *A leitura em seu lugar: A revitalização da biblioteca da EEEFM Madre Imaculada*, desenvolvido por Geane Rocha Nogueira e Rosania da Cruz Pessoa, em 2014, na biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Madre Imaculada, situada na zona urbana do município de Santarém, teve o intuito de revitalizar a biblioteca, tornando-a dinâmica e em condições de contribuir para a formação do leitor na escola. As pesquisadoras relatam as condições que esse espaço se encontrava, “apesar de a escola dispor de um bom espaço para a biblioteca, amplo e bem localizado, e um acervo suficiente, a biblioteca estava abandonada, e nada havia sido feito para mudar a realidade” (NOGUEIRA; PESSOA, 2014, p.09).



Mesmo dispondo de estrutura razoável e após a revitalização, as investigadoras notaram que atividades de leitura eram escassas, embora houvesse duas funcionárias para trabalhar na biblioteca. A ideia era trabalhar conjuntamente não teve interesse das professoras, demonstrando falta de conscientização do papel na biblioteca. Em contrapartida, por parte dos alunos houve grande interesse, desde ajudar na realização de organização do lugar e do acervo e na valorização do espaço a que antes não tinham acesso. (NOGUEIRA; PESSOA, 2014)

O trabalho de conclusão de curso *A biblioteca na formação escolar*, desenvolvido por Juçara dos Santos Cardoso, em 2013, teve o objetivo de examinar o papel da biblioteca nas atividades educativas em ambiente escolar e na formação de um aluno leitor crítico e autônomo (CARDOSO, 2013). A pesquisa teve como foco a biblioteca “Castro Alves” da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Álvares Cabral, localizada no município de Santarém. A pesquisadora conclui que o bom funcionamento da biblioteca e a formação de leitores não são processos isolados, devendo ser ação conjunta e ativa dos gestores, bibliotecários, professores e alunos.

A pesquisa de Valdiani Costa Andrade – *Biblioteca escolar na formação de leitores: Um triste caso* – apresenta resultados de uma investigação de organização de uma biblioteca escolar no município de Santarém, no interior do Pará (ANDRADE, 2013). A autora examinou o espaço físico, o acervo, dinâmica de funcionamento, as ações e os projetos e atividades; concluiu que aquela biblioteca tem funcionamento limitado, não cumprindo o papel formativo e social que lhe caberia. Aponta que tais enfrentamentos passam por decisões fundamentais, “de um lado, de âmbito do Estado, políticas públicas mais consistentes, mais definitivas, mais incisivas no que se refere ao desenvolvimento da biblioteca na escola e que atue sobre a formação do professor e inclua a figura do bibliotecário nas escolas” (ANDRADE, 2014, p.23).

Os três trabalhos apresentados a seguir, realizados em 2014 como trabalhos de conclusão de curso, estão inter-relacionados, traçando a constituição, decadência e tentativa de revitalização das duas bibliotecas no município de Belterra, que, num curto período, foram a ruínas. Descrevem o processo histórico desde a primeira biblioteca municipal *Henry Ford* à comunitária *Ler é Preciso* e a reconstituição deste espaço.

O estudo *Resgate histórico da biblioteca pública “Henry Ford” de Belterra*, de Simone Inêz Corrêa Carmo (2014), teve por objetivo recuperar o histórico da criação, funcionamento e decadência da biblioteca pública de Belterra “Henry Ford”, verificando sua contribuição para o

contexto histórico do município. A autora aponta várias possíveis causas da decadência da biblioteca, entre estas, o descaso, e conclui que: “os resultados apresentam uma história curta e complexa de uma instituição que precisaria de tempo e de compromisso para existir e cumprir seu papel.” (CARMO, 2014, p. 18).

*Biblioteca e formação: uma análise de caso*, de Lourivânia da Silva Evaristo (2014), teve como objetivo resgatar a história de concepção e instalação da biblioteca comunitária de Belterra “Ler é Preciso” Chardival Moura Pantoja e analisar as particularidades de seu funcionamento. A autora relata que a biblioteca, idealizada e patrocinada pelo Instituto Ecofuturo, foi montada para ser comunitária:

A biblioteca apresentava excelente estrutura física, ambiente ventilado e aconchegante, janelas grandes, salas específicas e organizadas para público infantil, juvenil e adultos, varanda enorme, pátio com banquinhos para leitura. Acervo diversificado, de qualidade e ideal para a comunidade. A primeira equipe de funcionários tinha formação de auxiliar de biblioteca e promoção de leitura. (EVARISTO, 2014, p.27)

Entretanto, uma série de fatores foram se sucedendo a ponto de levar o projeto à decadência em menos de quatro anos.

Inicialmente, a junção de um acervo estranho ao acervo comunitário; depois mudanças na equipe de funcionários; falta de objetivos nas ações da biblioteca; perda de contato com os parceiros; problemas na manutenção da biblioteca. Mudança sem planejamento, livros de qualquer jeito. Não se sabia ao certo se a biblioteca objetivava a formação de leitores ou se tornar um centro de pesquisa e referência de livros para empréstimo. A biblioteca não estabeleceu vínculo com o usuário. Nenhum leitor reclamou a falta de serviço na biblioteca. Com a transposição da biblioteca da casinha para o centro de memória, os usuários desapareceram; a biblioteca não foi importante para a comunidade. (EVARISTO, 2014, p.27)

Ao final da pesquisa, após apontar possíveis causas do declínio da biblioteca, a autora destaca que adesão da comunidade seria indispensável para permanência do projeto. Sem apoio, sem ações de leitura que despertassem a comunidade local e escolar, não se legitimou o lugar como espaço de circulação de conhecimento e cultura, tornando-se um pequeno depósito de livros.

*Refazendo os sonhos: a revitalização do projeto de biblioteca comunitária em Belterra*, de Raiana Tavares Ribeiro (2014), narra o processo de revitalização da Biblioteca comunitária: “Ler é Preciso” – Chardival Moura Pantoja, realizada pelo Lelit. Durante 2014, a pesquisadora acompanhou as ações de intervenção que buscavam tornar a biblioteca útil e confortável. As atividades desenvolvidas foram: seleção do acervo da biblioteca, listagem de livro, catalogação e classificação do acervo, conversações sobre leitura dos livros, oficinas para comunidade escolar entre

outras. Com a revitalização e retorno com os parceiros como Instituto Ecofuturo, a biblioteca voltou a ter vida e movimento por um certo período, mas voltou ao silêncio quando da conclusão do projeto e a entrega do lugar ao município.

Além da análise dos trabalhos produzidos pelo Lelit, realizei busca no catálogo de teses e dissertações da Capes<sup>8</sup> por trabalhos que dialogassem com minha pesquisa, utilizando as palavras-chave *indígena e leitura*. Refinei a busca nas áreas de Letras e Educação e identifiquei seis títulos com pontos comuns à minha pesquisa, dos quais selecionei os três que mais se aproximaram dela.

Na dissertação *Leituras e leitores: as práticas de leitura dos professores indígenas Kiriri Cantagalo*, Jucimar Pereira dos Santos (2012), investigou as práticas de leitura dos professores indígenas *Kiriri Cantagalo* do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série). A pesquisa percorre questões de encantamento sobre que vem a ser a leitura em uma escola indígena em contexto de suas lutas históricas e conquistas, como o processo de retomada do território indígena *Kiriri*, que vem ocorrendo a partir da década de 1970, seus projetos societários, o acesso a bens culturais, a preservação e fortalecimento da cultura indígena *Kiriri*.

Com a dissertação *Leitura em comunidades indígenas: a identidade e a leitura na Comunidade Boca da Mata*, Jairzinho Rabelo (2012) investigou a construção de sentidos dos mediadores de leitura da Expedição Vagalume na comunidade indígena Boca da Mata, a partir de suas práticas discursivas. O pesquisador buscou compreender como os mediadores de leitura produzem sentido a partir de suas posições enunciativas e, conseqüentemente, a construção de identidades. A análise realizada constatou a cosmovisão indígena envolta por uma pluralidade de vozes não indígenas e apontou que a leitura é um dos laços que une a escola e a comunidade no fomento à visualização dos aspectos culturais dos povos indígenas.

Ilma Regina Castro Saramago de Souza (2014), na sua dissertação *Ainda não sei ler e escrever: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas em Dourados*, objetivou compreender as práticas sociais e culturais no campo da leitura e da escrita de alunos indígenas considerados com fracasso escolar. A pesquisadora verificou que os professores indígenas concebem a leitura e a escrita como forma de progresso, de benefícios para si e para a comunidade.

---

<sup>8</sup> <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> acessado em 02 /12/2019 às 09h:00

Por fim, Eliana da Silva Felipe (2009), com a tese *Entre campo e cidade: infâncias e leituras entrecruzadas - um estudo no assentamento Palmares II, Estado do Pará*, desenvolvida no assentamento Palmares II, segundo maior assentamento do Estado do Pará, investigou três questões: 1 em que medida o modo de viver a infância no campo influencia/afeta as formas de ler? 2 como acontece a leitura entre as crianças de assentamento, ou seja, quais são os objetos, os motivos, as funções, as relações e os usos implicados no ato de ler? e 3 que usos contrastantes essas práticas revelam em relação a outros lugares sociais? A pesquisadora apontou que o modo de viver a infância neste assentamento se faz no cruzamento de tempos plurais, combinação do contemporâneo com reminiscências da tradição, e é sob essa combinação que se organizam as práticas de leitura.

Em relação às pesquisas referidas, destaco algumas especificidades da minha. Primeiramente, é um estudo realizado por alguém interno ao local, o que o torna ímpar, uma vez que, a maioria dos trabalhos em áreas indígenas é realizada por agentes externos. Em relação aos trabalhos do grupo de pesquisa Lelit, tanto da graduação quanto de mestrado, é primeira pesquisas desenvolvidas em uma aldeia na região Oeste do Pará, especificamente na região do rio Arapiuns.

O maior desafio das pesquisas do projeto *Levar a ler em lugares distantes* não está na constituição do lugar de ler nem de propor práticas de leitura, mas na consolidação, adesão e permanência da biblioteca nesses lugares, enfrentando os problemas que rondam esses locais, sobretudo, a não consolidação e efetivação de direitos básicos, que afetam diretamente a compreensão de que a biblioteca deve ser um espaço coletivo.

### **2.3 Eu conto, tu contas, nós contamos uma história de luta: o passado e o presente do povo do baixo Tapajós**

É após quatro décadas da chegada dos portugueses que se passou a ter conhecimento das populações indígenas do baixo Tapajós. O primeiro contato com os povos da região ocorreu com a expedição de Francisco Orellana, datada de 1541 e 1542. A quantidade de pessoas que habitavam este território e a diversidade étnica impressionou os navegantes e, pela primeira vez, a metrópole passou a ter conhecimento da diversidade étnica e da magnitude da riqueza do interior da Amazônia. O adentramento ao rio Tapajós se daria pelo explorador Pedro Teixeira, no século XVII, período este que as expedições se intensificaram, tendo este explorador contato amistoso com a população local.

Muitas das expedições que adentraram a Amazônia eram marcadas por crimes, saques e estupros, como a de Bento Maciel que aterrorizou as populações nativas, episódio que acarretou reestruturação social no período. “A partir deste período, se iniciam as mudanças no perfil étnico e populacional dos agrupamentos indígenas da região, instaurando uma nova estrutura social marcada pelas imposições do contato e da conquista colonial em um contexto geral.” (RODRIGUES 2016, p.31)

Após esse momento, o processo de colonização foi acelerado sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, cujos missionários adentram a região em 1653.

Em 1661 o padre João Felipe Bettendorf chega à foz do rio Tapajós com a missão atribuída a ele pelo padre superior Antônio Vieira de estruturar o aldeamento dos Tapajó, atual cidade de Santarém. Em 1722 foi fundada a Missão de São José dos Maytapú, atual Pinhé, na margem esquerda do Tapajós, ao sul de Santarém. Em 1723 foi fundada a Missão de Nossa Senhora da Assunção dos Arapiuns, atual Vila Franca (em frente à vila de Alterdo-Chão), à margem esquerda do rio, e a Missão de Iburari, ou Borary, atual Alterdo-Chão, na margem direita do Tapajós. Em 1740, fundaram a Missão de Santo Inácio ou dos Tupinambás, atual Vila de Boim, na margem esquerda do Tapajós. (RODRIGUES, 2016, p.33-34)

As missões jesuítas tinham um plano bem articulado, com objetivos econômicos e políticos camuflados sob fins religiosos; seu intuito era, de fato, facilitar, garantir e expandir a colonização. Deste modo, essas missões foram um dos primeiros empreendimentos de homogeneização, assimilação e aculturação empreendidos contra os indígenas da região que ocultavam os objetivos econômicos (RODRIGUES, 2016). As missões no interior da Amazônia expandiam concomitantemente à exploração das riquezas naturais, as chamadas “drogas do sertão”.

Ao longo de quase um século, até serem expulsas no período pombalino, as missões religiosas cumpriram o papel de assegurar o alargamento das fronteiras coloniais lusitanas e o de promover um movimento para homogeneizar culturalmente e linguisticamente, adestrando a mão de obra indígena oriunda de diversos e distintos grupos étnicos. A metodologia consistia na reunião de diversas etnias sob mesmos regimes linguísticos, organização religiosa e trabalho, tendo como meta a adaptação cultural e a preparação de futuros trabalhadores. (RODRIGUES, 2016, p.33)

Com a expulsão dos jesuítas e a vigência do *Diretório pombalino*, historicamente conhecido como *Diretório dos Índios*. Ele visava uma série de medidas para a integração do indígena na sociedade colonial, com inúmeros mecanismos de homogeneização cultural e extirpação das especificidades dos povos, sendo “instrumento importante no processo de invisibilização dos indígenas

da região amazônica” (Rodrigues, p.35, 2016). Entre outros aspectos, o documento previa a imposição da língua portuguesa, obrigando os indígenas a não falar suas línguas maternas sob ameaças de severas punições para quem ousasse.

É nesse período que ocorre a elevação das antigas aldeias em vila, na região do baixo Tapajós. As missões dos Tapajós, Arapiuns, Tupinambás e Borari passam por este processo: “a mudança de nomenclatura das localidades de aldeia para vila é acompanhada da mudança de categoria de seus moradores” (RODRIGUES 2016, p.34).

Vaz Filho (2010b, p.108) denomina esse processo de dupla face: “desindização” e “caboclicização”; “desindianização” alude às perdas das referências étnicas e culturais indígenas, enquanto “caboclicização” envolve a aquisição de uma cosmovisão e um modo de vida genéricos, com elementos das tradições culturais indígenas, europeias e africanas.

Rodrigues (2016, p. 34) menciona que:

A estratégia era o desligamento de qualquer laço de pertencimento histórico que trouxesse o mínimo de memória indígena. Desde a substituição da língua nativa pelo português, passando pela mudança dos nomes das vilas para nomes em português, culminando com a generalização identitária cabocla.

A criação do *Diretório do índio* contribuiu diretamente para o violento processo de destruição de identidade dos povos do baixo Tapajós, obrigando-os a se transformarem em *tapuios*<sup>9</sup> e depois em caboclos.

Na Amazônia, o termo “caboclo” é usado por estudiosos (a população em geral fala caboco) para classificar a população que habita as comunidades rurais ribeirinhas. Descendentes dos indígenas “tribais” que foram levados para as missões e povoados, catequizados, “amansados” e transformados em tapuios (índios destribilizados) e miscigenados, os “caboclos” já teriam perdido as referências aos povos distintos e a independência que eles tinham em relação à sociedade dominante. São vistos como integrados social e economicamente ao sistema dominante. (VAZ FILHO, 2010b, p.105)

Para Rodrigues (2016, p. 42):

A denominação cabocla para a população indígena amazônica fora uma imposição exógena e conectada à estratégia histórica de incorporação das populações indígenas à sociedade colonizadora, obviamente, enquanto força de trabalho. Contudo ela não cumprira eficientemente sua função identitária, tendo em vista a resistência de indígenas em se adequar a ela. Ademais, veladamente, os indígenas continuaram a praticar seus ritos culturais

---

<sup>9</sup> A categoria sociohistórica do tapuio concerne, na Amazônia, aos indígenas que – no esquema evolucionista – estavam entre os “tribais” e os caboclos, e àqueles que haviam sido catequizados ou “amansados” nas missões, mas conservavam certa independência em relação à sociedade dominante. Por isso, o tapuio constitui a massa predominante entre os rebeldes na Cabanagem, conforme mostra Carlos A. Moreira Neto (1988). O tapuio é bem diferente do atual caboclo, integrado social e economicamente ao sistema dominante.

indicando que o processo de invisibilização engendrou, como adiantamos anteriormente, estratégia ativa de resistência.

Além do Diretório, que vigorou por 42 anos, ao fim dos quais Portugal conseguiu integrar os indígenas à sua economia e aplicou um duro golpe às suas formas de organização social, foram a Cabanagem e as doenças que ocasionaram centenas de mortes de indígenas. No que tange à cabanagem, os indígenas estiveram diretamente envolvidos, o que acarretou o massacre de centenas de pessoas, os que sobreviveram fugiram para as matas.

A Guerra da Cabanagem (1835-1840) veio mostrar que os tapuios ou caboclos ainda não estavam totalmente integrados na sociedade luso-brasileira. Os nativos, juntamente com os negros e os brancos pobres, se revoltaram contra a exploração e as violências cometidas pelos senhores portugueses, e chegaram a tomar o poder na capital e em quase todas as vilas do interior (DI PAOLO, 1985; LIMA, 2008). No rio Tapajós, os cabanos lutaram e resistiram por muito tempo. As trincheiras de Cuipiranga e Pinhél são sinais eloquentes disso. Mas, militarmente, os tapuios foram vencidos, e uma cruel repressão se abateu sobre os revoltosos. (VAZ FILHO, 2010b, p. 119)

As missões jesuítas e o processo de aculturação instituído pela legislação pombalina ignoraram a história, a cultura e modos de ser dos habitantes da terra. Transformaram territórios indígenas em vilas com nomes de cidades portuguesas, estabeleceram o uso de uma única língua (a portuguesa, idioma do dominador-invasor). Às margens dos rios não havia mais povos específicos, mas tapuios, cujas línguas, sistemas de parentesco, meios de subsistência e crenças estavam profundamente alterados. As unidades tribais que persistiam haviam fugido para a cabeceira dos rios ou para o interior da floresta. (VAZ FILHO, 2010b)

Para além disso, houve a redução e extinção de crenças e deuses dos nativos, os quais dobraram-se perante a Igreja Católica sob justificativa de salvar suas almas. A forçada negação de suas identidades étnicas indígenas em prol de encaixar-se em uma “sociedade branca”, realizava-se sob argumento de civilizá-los, constituindo um genocídio, cujas violentas marcas alastram-se por séculos. Vaz Filho (2010b, p. 113) enfatiza que a negação de identidade foi alternativa de sobrevivência para indígenas no período colonial,

Para sobreviver, essa gente teve que assimilar vários costumes dos colonizadores, passando a negar sua história, identidade e parte da sua cultura indígena e a se comportar como civilizados. A história dos povos indígenas da Amazônia tem sido uma história de negação de si.

São marcas como estas que o processo de etnogênese<sup>10</sup> dos povos do baixo Tapajós tem superado, a fim de reconstruir a história dos povos dessa região, história cuidadosamente recontada a partir de estudos de pesquisadores indígenas e não indígenas, como o trabalho do antropólogo Florêncio Almeida Vaz Filho, indígena do povo Maytapu (rio Tapajós, Aveiro, Pará), fundador e ativista do Grupo Consciência Indígena (GCI). O pesquisador desenvolveu pesquisa que resultou na tese *A Emergência Étnica de Povos Indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia*, em que pesquisou a situação de quarenta comunidades ribeirinhas que, desde 1998, passaram a se identificar como indígenas, na região do baixo rio Tapajós, rio Arapiuns e rio Curuá-Una, nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, Oeste do estado do Pará: os nativos passaram a usar expressões como “assumir-se índio” e “resgate da cultura”, que estão entrelaçadas” (VAZ FILHO, 2010b, p. 125).

A partir da última década do século passado, povos indígenas do baixo Tapajós que eram tidos como extintos, passaram a se reassumir indígenas, resgatando sua condição histórica, reafirmando sua identidade étnica e, conseqüentemente, consolidando o movimento em direção à saída da invisibilização. Esse movimento envolveu, de um lado, a resistência à aceitação da denominação identitária de caboclo. De outro lado, para a preservação e manutenção enquanto grupo etnicamente diferenciado, envolveu a necessidade de revitalizar e consolidar seus próprios sistemas de representação política, social e cultural, seus próprios mecanismos de tomada de decisão, de controle e uso dos recursos dos territórios e do estabelecimento de canais próprios de interlocução com os poderes instituídos. (RODRIGUES, 2016, p.47)

No ano 2000, os indígenas criaram o Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiuns (CITA), que mobiliza os indígenas do baixo Tapajós e do rio Arapiuns constituindo-se na sua principal representação política. Atualmente, 55 comunidades reivindicam junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), a abertura de processo de demarcação territorial indígena. Ao todo, são doze povos (*Arara Vermelha-Tupaiu, Munduruku, Arapiun, Jaraqui, Tapajó, Borari, Munduruku-Apiká, Tupinambá, Munduruku-Cara Preta, Maitapu, Yawaretê, Kumaruara*), que se encontram em diferentes etapas de organização e mobilização pela garantia de seus territórios. Os líderes indígenas calculam que são sete mil os indígenas pertencentes a esses povos. Parte dessas comunidades está na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande.

A reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, com área estimada em 647.611,00 hectares, segundo dados do Instituto Sócio Ambiental (ISA), é uma das poucas unidades de uso sustentável com Plano

<sup>10</sup> O conceito de *Etnogênese* tem sido usado na antropologia para designar processos que envolvem os grupos étnicos e, mais recentemente, “processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação”, vistos como “definitivamente aculturados”, totalmente “miscigenados” ou “extintos” (BARTOLOMÉ, 2006). Ou seja, se refere à constituição de novos grupos étnicos onde antes, *aparentemente*, só existia a indiferenciação étnica. (VAZ FILHO, p.105, 2010b)



de Manejo consolidado; possui população estimada em 18.291 pessoas, concentrada ao longo das margens dos dois principais rios, distribuídas em 64 vilas. Cada comunidade tem, em média, 32,7 famílias, com cerca de 5,9 pessoas por casa. A arquitetura reflete a cultura indígena na utilização de materiais da floresta e da terra. As 67 comunidades estão organizadas em 37 associações comunitárias. Há escola em quase todas as comunidades, pois essa é condição fundamental para que os ribeirinhos formem uma comunidade. O nível de escolaridade é baixo, com 35,5% dos chefes de família analfabetos funcionais, sendo que 45,3% deles cursaram até a 3ª série; por outro lado, cerca de 67,6% das famílias tem filhos frequentando a escola<sup>11</sup>.

Na região Arapiuns, a TV e o rádio são disparadamente as fontes de informações mais utilizadas, todas as casas têm algum desses aparelhos. Na maioria das vezes, a compreensão do mundo e a formação de opinião vêm destes meios de comunicação. Como esses meios têm como ‘pano de fundo’ a fragmentação e a tendência sobre os mais variados assuntos, cria-se crença exacerbada e limitada, não permitindo outras formas de pensamento, outras possibilidades de entender política, cultura, educação. Em um espaço onde há limitações de informações, temos homogeneização de opiniões e um padrão e um limite de consciência. Exemplo disso é sobre leitura: sem dúvida, a bíblia é a maior referência de livro.

O Arapiuns, ao longo dos anos, tem sido alvo de grandes madeireiras e empresários (construção de hidrelétricas e do agronegócio). Aparentemente ainda há mais “árvores de pé” que derubadas, porém, o desmatamento desenfreado tem sido uma grande ameaça; durante o período de pesquisa, foi possível notar a “descida” mensal e tranquila de balsas carregando madeira, sem o menor pudor, durante o dia.

Nesta parte da Amazônia, problemas básicos de saúde, comunicação e educação não foram superados. Muitas aldeias não têm posto de saúde, não há energia elétrica (usam-se geradores), as escolas não têm salas para todas as turmas e há lugares que nem prédio próprio têm. No entanto, há realidades ainda mais complexas, relacionados ao abandono e desrespeito, principalmente com saúde e educação, de modo que a distância mais significativa não é a geográfica, mas a do Estado.

Os problemas com a promoção e circulação da leitura e conhecimento estão entrelaçados a problemas sociais, culturais resultados de um processo histórico de exploração e desigualdade,

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do site: <https://uc.socioambiental.org/arp/1353#pressoes>

Os problemas das grandes distâncias territoriais, negação dos direitos básicos à população, conflitos étnicos e territoriais colaboram para uma menor circulação no Oeste do Pará de cultura erudita (cultura formal escrita). O que circula é a cultura de massa, através dos meios eletrônicos. Isto não quer dizer que não existam livros na região, aliás, encontram-se milhares nas escolas, nas salas de diretoria das escolas, muitos livros de boa qualidade, desorganizados e acumulados em outros espaços das escolas públicas. Porém, não há preocupação com programas sólidos de promoção de leitura que levem formação aos professores, bibliotecários e a comunidade escolar. (SANTOS, 2016, p.57)

#### **2.4 Anama Arapiun: “de índio a tapuio, de tapuio a caboclo, de caboclo a indígena afirmado”**

Segundo dados do Instituto Sócio Ambiental (ISA), há no Brasil 256 povos indígenas<sup>12</sup> localizados nas mais diversas regiões brasileiras. Esses povos somavam 896.917 pessoas, correspondendo aproximadamente a 0,47% da população total do país de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. É possível que esse número tenha aumentado significativamente, uma vez que tem crescido o processo de etnogênese. Especificamente na região do baixo Tapajós, são doze povos distribuídos nas 55 aldeias. O povo *Arapiun* somava 2.204 indígenas em 2012, segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

O povo *Arapiun* tem um longo processo de luta em busca de sua afirmação étnica, na recuperação de sua identidade “desconhecida” por boa parte da sociedade que acredita que o indígena faz parte do imaginário, como figura folclórica, ‘dizimados’ que permanecem intactos no passado, como caracterizados sob o olhar do colonizador. A imagem do indígena está intrinsicamente enraizada a uma descrição equivocada, como que vai de gentio, “bom selvagem”, “exótico, a bárbaro, preguiçoso em caráter animalesco. O exemplo mais recente da “naturalização desse tipo de descrição” são declarações racistas de um procurador em uma atividade do Ministério Público, que argumentou não ter “dívida nenhuma com quilombolas” e que “índios não querem trabalhar”<sup>13</sup>.

Declarações como essa não são algo isolado, nem se limitam a palavras; há inúmeras formas de violências: desmatamento acelerado, invasões de territórios, exploração de recursos naturais e assassinatos, que, em 2018, teve aumento significativo, chegando a 135 casos<sup>14</sup>. Mais alarmante é

<sup>12</sup> [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_s%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F) acessado em: 20 de novembro de 2019

<sup>13</sup> <https://www.terradireitos.org.br/noticias/noticias/movimentos-quilombola-e-indigena-protocolam-representacao-contra-procurador-de-justica-do-para-por-racismo/23200>

<sup>14</sup> <https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>

a proporção com que se alastram esses crimes, num movimento em que o governo neoliberal-conservador declara a intenção de “não demarcar um centímetro de terra indígena”. E, mais que ambição pelos recursos naturais, minerais presentes nas reservas, difunde-se o discurso de ódio, o qual incentiva o preconceito e crimes contra os nativos.

A presença indígena incomoda ao se contrapor ao progresso baseado na exploração das florestas e dos rios. O protagonismo indígena luta hoje contra o fato de as demarcações de terra terem sido deixadas de lado, contra as intenções espoliativas do chamado marco temporal e contra os retrocessos políticos que pretendem restabelecer o curso linear da história. (PEIXOTO; PEIXOTO, 2019, p. 144)

Os indígenas da região do Arapuins buscam se autoafirmar diariamente. Sobrevivemos diariamente sob os olhares de uma sociedade desconfiada, que desconhece a própria história e que quer determinar “quem é mais ou menos índio”. É trivial o desconhecimento da diversidade dos povos indígenas na região; aliás, desconhece-se, em muitas situações, a existência dos indígenas, e a indagação sobre “assumir-se índio” vem carregada de indiferença e preconceito, como se as etnias dessa região quisessem ocupar um lugar de povos extintos. É constante a negação da existência indígena nesta região, errônea e violentamente chamada de “falsos índios”.

Exemplo não tão recente da negação da identidade indígena é sentença de um juiz da Justiça Federal de Santarém, em novembro de 2014<sup>15</sup>, que afirmava não haver indígenas na região, tentando negar aos Borari e Arapiun o direito de existir.

A sentença, alinhada com os interesses do “progresso”, no caso vinculado a exportações de madeiras tropicais, pretendeu reduzir os indígenas afirmados a uma condição prévia, questionando-os nos seguintes termos: “Qual o móvel para a assunção de uma identidade indígena e negação da qualificação “população tradicional”, ribeirinha ou cabocla?” (BRASIL, 2014). A ação que originou a sentença questionava os limites demarcatórios da Terra Indígena Maró. O juiz foi além e arbitrou quanto à identidade indígena, segundo seus próprios valores. (PEIXOTO; PEIXOTO, 2019, p.02)

Esse processo de anulação da identidade étnica dos povos Borari e Arapiun são práticas coloniais, que não se diferenciam do processo de invisibilização a que foram postos os indígenas há mais de quinhentos anos. Reafirmam-se os mesmos interesses, as mesmas cobiças, as mesmas estratégias de silenciá-los, a mesma ideia de ver a cultura do outro como inferior.

---

<sup>15</sup> BRASIL. Justiça Federal de Primeiro Grau no Pará: Segunda Vara da Subseção de Santarém. Sentença dos Processos: 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902 (ações civis públicas). 1º Autor: Associação Intercomunitária de Trabalhadores Agroextrativistas de Prainha e Vista Alegre do Rio Maró e outros. Réus: Fundação Nacional do Índio e União. Juiz: José Airton de Aguiar Portela. Santarém, 26 de novembro de 2014.

Transformados em caboclos, em mais uma tentativa de invisibilizá-los, pois, denota forte sentido pejorativo: matuto, rude e inculto. Sempre existiram lutas e o termo caboclo foi sempre recusado pelos indígenas.

Assim como os Kambeba, vários povos na Amazônia passaram por essa mesma situação de perseguição e negação, inclusive os Borari e os Arapium. Hoje, conscientes da história, eles não querem mais estar amarrados a nomes e definições dados por terceiros, com as quais eles não se identificam, pois tais palavras são incapazes de expressar o próprio ser. [...]. Não se reconhecendo caboclos, os indígenas afirmados se mobilizam na busca por reconhecimento e direitos. (PEIXOTO; PEIXOTO, 2019, p.16)

O fenômeno de ressurgimento indígena não está restrito ao Baixo Tapajós. Ele eclodiu no século passado: o “despertar étnico” e o “retorno do índio” são fenômenos que vem ocorrendo em diversos países desde 1980 (VAZ FILHO, 2010a, p.72). Especificamente na Amazônia, esses grupos de caboclos estão se “descaboclozando” e se “indianizando”, em um movimento que condiz com mais de 500 anos de luta e tenacidade.

Os indígenas foram, no processo de colonização, subservientes aos colonos portugueses, como não haveriam de ser, quando submetidos aos mais variados tipos de violências, ameaças e agressões? Porém, não se deixaram ser sucumbidos pela cultura eurocêntrica e, estrategicamente, refugiavam e mantiveram sua cultura, identidade e rituais. Quantificar as línguas e a quantidade de povos que resistiram é antes de tudo dimensionar os impactos e as transformações que os ‘invasores’ deixaram, reduzindo as milhares de línguas e etnias a quase nada. Se ainda há indígenas neste país, é porque não sucumbiram.

Atualmente, o indígena não está restrito nas aldeias, nas comunidades. Ele transita entre seu espaço de origem e o urbano, esse acontecimento foi ampliado pelas cotas nas universidades públicas, como é possível observar a experiência na Ufopa, que conta com 533 alunos indígenas de dezoito etnias. O indígena sai de seu lugar de origem pela necessidade de compreender sua realidade e agir sobre ela, uma vez que é recente essa entrada dos povos originários na universidade. Os indígenas do baixo Tapajós transformam Santarém e a Ufopa de meros “lugares de estudo” em “lugares de pensamento” (PEIXOTO; PEIXOTO, 2019).

O indígena não é um ser passivo diante das questões que lhes dizem respeito, é protagonista, “ donos de si” (VAZ FILHO, 2019), ocupando esses espaços; não somos objetos de pesquisas, somos aqueles que pesquisam, intervêm e reescrevem sua história sob sua ótica, moldado com o conhecimento científico, mas sem sobrepor-se ao conhecimento tradicional.

Estudiosos, especialistas em povos indígenas, como são considerados os antropólogos, até agora escreveram e falaram soberanos sobre estes povos, definindo o que são e o que pensam. Faziam isso de maneira confortável, sem a presença de indígenas com direito a réplica. Agora, estudantes indígenas de diferentes povos podem e estão fazendo suas próprias leituras sobre etnografias e teorias antropológicas bem estabelecidas sobre os povos indígenas. Podem, em outras condições, mostrar que seus professores não sabem tudo sobre a diversidade dos modos de ser indígena. (VAZ FILHO, 2019, p.04)

A universidade e a escola são mecanismos encontrados pelos indígenas para não serem novamente invisibilizados. Embora essas instituições reproduzam as relações sociais dominantes, contraditoriamente é, através delas que buscamos encontrar formas de ecoar nossas demandas: “a escola representa hoje uma resposta às necessidades reais das comunidades, nos seus diferentes momentos e contextos históricos” (LUCIANO, 2013, p.346-347). É pela universidade ou a própria escola que se entra em contato com conhecimentos formais, e são esses espaços que têm propiciado tensões, desconstruções e desmitificações.

Ao longo da história do Brasil, foram constantes os mecanismos de violência física e/ou simbólica criados para integração dos indígenas à sociedade nacional. Hoje, ironicamente, exigimos deles - e não de nós mesmos- constância cultural, ao acusá-los de não serem genuinamente indígenas. (WITTMANN, 2015, p. 15).

À medida que a sociedade evolui, tornou-se mais necessário aos povos originários apropriar-se de outras formas de conhecimentos, seja para se inserir em outras culturas, seja para questionar e transformar o que por muito tempo lhes foi imposto sob o argumento de sua incapacidade.

Os povos indígenas, além de serem classificados como pobres, são também indígenas (como se ser índio fosse ser inferior), o que muitas vezes lhes impede o acesso a serviços, bens e direitos. O próprio termo ‘indígena’ ou ‘índio’ é um termo excludente, pois reduz, generaliza e uniformiza uma enorme diversidade de povos e culturas espalhadas por todo o planeta Terra e que, só no Brasil, são 265 povos, falando 180 línguas. (LUCIANO, 2013, p. 351-352)

A formação dos povos indígenas, principalmente no ensino superior, está associada ao fortalecimento das lutas por melhorias das políticas públicas. É possível que grande parte dos universitários, ao se formar, contribua diretamente com sua comunidade, “a formação escolar e universitária é também almejada para o enfrentamento dos novos tempos difíceis da política indígena e indigenista difusa, confusa e ameaçadora dos direitos indígenas” (LUCIANO, 2013, p. 353).

A escola tem sido o lugar em que se originaram movimentos de resistência e de reivindicação de direitos sobre a terra, contra a discriminação e a falta de respeito. Professores e alunos hoje sabem se situar de forma diferente diante do Estado e da sociedade envolvente, graças aos conhecimentos vindos da escola. (MÉLIA, 1999, p.15)

O indígena, especificamente os *Arapiun*, mantém proximidade com a cultura ocidental, mas isso não significa que, ao nos apropriarmos de elementos exógenos a nossa cultura, produzido historicamente pela humanidade, reduzimos nossa identidade; ao contrário, nessa contradição, temos reconstruído e recuperado nossa identidade. Os povos indígenas dessa região não são contrários à escola, entretanto, têm buscado outros formatos para construir um modelo educacional em que sejam protagonistas e que transcenda a formação abreviada: “a escola indígena não exclui a perspectiva de formação para o mercado, mas também não prescinde da formação própria, humana, cultural, moral, espiritual, existencial” (LUCIANO, 2013, p.351).

Diante dessa sequência de fatores é possível afirmar que, embora próximos a esse mundo ocidental, estamos a margem, estamos em um “lugar distante” geograficamente e aos olhos do Estado, que adota constantemente políticas generalistas e indiferenciadas, violando incessantemente os direitos indígenas (LUCIANO, 2013).

### 3. A ALDEIA NOVA VISTA

A descrição da aldeia é importante para compreender a relação e a necessidade de um local que transcenda para além dela, mas respeitando a cultura e as pessoas do lugar. A biblioteca e o conhecimento dela nada mais é que um direito, um bem cultural que pode possibilitar mais formação intelectual, social, cultural e política.

A comunidade indígena Nova Vista está à margem esquerda do Rio Arapiuns. Na aldeia vivem cerca de 60 famílias e uma média de 230 pessoas que desenvolvem basicamente a produção agrícola familiar: produção de farinha de mandioca, a criação de pequenos animais, pesca, caça e extrativismo florestal. O local divide-se entre indígenas e não-indígenas e, de acordo com o censo local realizado em 2018, 34 famílias se declaram indígena, totalizando 118 pessoas.

A convivência entre indígenas e não-indígenas é pacífica, ainda que outrora tenha havido problemas. A comunidade tem duas associações: Conselho Indígena da aldeia Nova Vista (Coinova) e Associação dos Moradores Produtores Rurais e Pescadores de Nova Vista Rio Arapiuns (Asproniv); percebe-se aproximação em prol do coletivo, mas é inconstante. Vaz Filho (2010b, p. 116) menciona sobre esse problema entre indígenas e não indígenas nas aldeias:

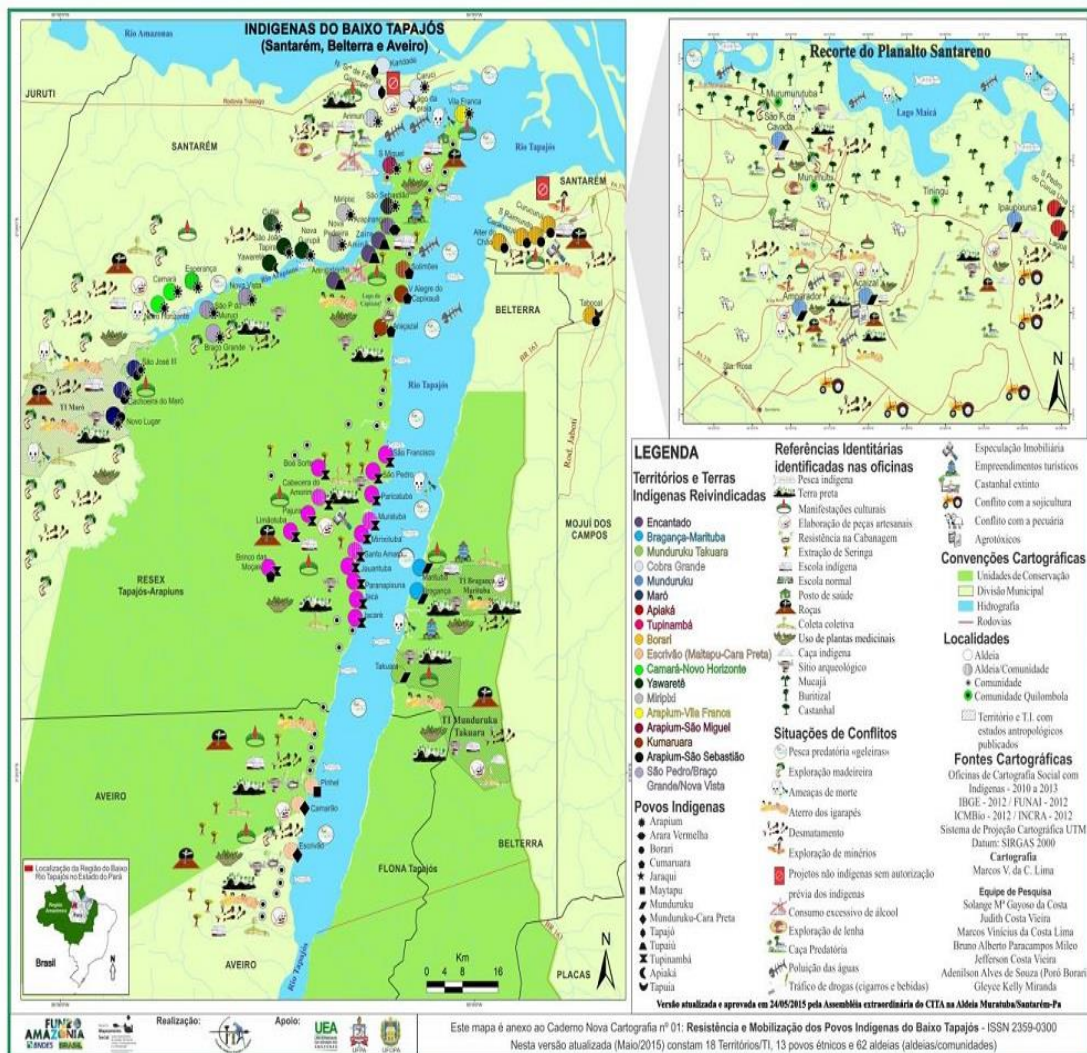
Esse “racha” foi provocado pela disputa sobre recursos financeiros entre “extrativistas” e indígenas e pelo temor que a área da Resex fosse toda transformada em Terra Indígena e passasse do controle do Ibama para o da Funai. Esse fato trouxe profundas consequências para o desenvolvimento do movimento indígena, ficando uma parte das comunidades dividida desde então entre indígenas e “contrários”.

A divisão entre as pessoas que se autodeclaram e as que não se declaram indígenas é comum na região Arapiuns. Há locais em que todos se declararam, em outros há divisão explícita; em algumas comunidades, como a aldeia Nova Vista, tem crescido o número de autodeclarados indígenas. No local pesquisado, embora haja essa divisão, a escola é reconhecida como indígena, mas recebe sem distinção estudantes indígenas e não-indígenas.

A escola é o centro dos acontecimentos da aldeia, funcionando como o “coração daquele lugar”, segundo consta no PPP da escola Nossa Senhora de Fátima, estabelecida em 1967, período este que, vendo a necessidade de alfabetizar as mais de vinte crianças do lugar, os moradores uniram-se e construíram um barracão turmas de 1ª a 4ª séries sob a orientação da primeira professora, Juvenina Sousa dos Anjos. Em 1986, passou a funcionar a modalidade multisseriada sob a orientação da professora Dalva Cardoso dos Anjos. Quem desejasse seguir estudando tinha de se deslocar para

as comunidades mais próximas – São Pedro e Bom Futuro –, o que exigia longas remadas e caminhadas. Em 2006, devido à necessidade e demanda dos moradores passaram a funcionar turmas de 5ª e 7ª séries, em 2007 abriu-se a primeira turma de 8ª série da qual fiz parte. Em 2008, após anos de mobilização e luta, a comunidade foi contemplada com a construção de uma nova estrutura para escola, a qual, contudo, já nasceu com salas insuficientes.

MAPA 1 – Localização da aldeia Nova Vista na região do rio Arapiuns



Fonte: [http://novacartografiasocial.com.br/relancamento-do-caderno-cartografia-social-1\\_resistencia-e-mobilizacao-dos-povos-indigenas-do-baixo-tapajós-com-mapa-atualizado-em-2015/](http://novacartografiasocial.com.br/relancamento-do-caderno-cartografia-social-1_resistencia-e-mobilizacao-dos-povos-indigenas-do-baixo-tapajós-com-mapa-atualizado-em-2015/) (Mapa atualizado em maio de 2015)

A escola é a única instituição pública na aldeia, movimentando todo o local, além de ser a perspectiva de (emprego) para grande porcentagem de moradores. Atualmente, recebe alunos in-



dígenas e não-indígenas. Em 2010, quando da introdução nas escolas indígenas em Santarém, passou a trabalhar, além dos componentes convencionais, os componentes Notório Saber e *Nheengatu*<sup>16</sup>, ministrados por professoras da aldeia.

Tendo em vista que a legislação sobre a educação indígena assegurava o direito à alfabetização em língua materna e considerando que nas memórias históricas dos Borari e Arapium esta seria o *Nheengatu*, conquistaram o direito de ministrá-la. Para tanto, pressionaram a SEMED a ofertar capacitação. Esta ocorreu durante o segundo semestre de 2012 na cidade de Santarém aos finais de semana, ocasião em que foram ofertadas capacitações em *Nheengatu* e Munduruku. O Notório Saber, em tese, seria ministrado pelos mais velhos e ficaria responsável pelo ensinamento dos saberes históricos ainda preservados e que conformam a etnia e dão sentido à sua diferenciação cultural em relação à sociedade hegemônica. Para tanto, não seria exigida formação acadêmica para compor o quadro docente dessa disciplina. (RODRIGUES, 2016, p.143).

De acordo com PPP da escola Nossa Senhora de Fátima, que não é atualizado desde 2012:

A Educação Escolar Indígena, na escola, procura valorizar a cultura, tradição e língua de seu povo consoante a realidade da comunidade. Assim, buscamos assegurar aos alunos uma educação escolar diferenciada específica e intercultural. No intuito de resgatar a cultura indígena perdida na interação entre índios e não índios. Essa educação é trabalhada desde as séries iniciais até as séries finais do Ensino fundamental. (p.7)

Em uma das observações e registros feitos durante a pesquisa, notei certa divergência entre alguns pais não-indígenas quanto às disciplinas *Nheengatu* e Notório Saber, não permitindo que seus filhos assistissem às aulas dessas disciplinas. Na fala da professora: *nos dias que a aula inicia com a disciplina Nheengatu, a criança só entra quando termina, a mãe já disse que não são indígenas* (Diário de campo, abril de 2019). Porém, em sua grande maioria, as crianças não autodeclaradas indígenas acompanham normalmente.

Atualmente, a escola Nossa Senhora de Fátima atende cerca de 63 alunos, com oito professores, sendo quatro da própria aldeia, totalizando dezesseis funcionários. A escola funciona como polo de nove anexos de aldeias diferentes: Anama Julieta dos Santos, na aldeia Murucy, com 41 alunos; Santo Antônio, na aldeia Camará, com 70 alunos; Santa Cruz, na aldeia Arapiranga, com 35 alunos; Nossa Senhora da Saúde, na aldeia Zaire, com 30 alunos; São João, na aldeia Tapirá, com 18 alunos; Maria José Marques, na aldeia Novo Horizonte, com 11 alunos; Santa Terezinha,

---

<sup>16</sup> A resolução Nº 001, de 25 de janeiro de 2019, que cria a categoria Escola indígena no sistema Municipal de Ensino de Santarém, determina no art. 14.º, parágrafo 3º, “Na parte diversificada, deve constar na Matriz Curricular”, componentes referentes à Língua Materna da comunidade indígena atendida, o Notório Saber que deve ser trabalhado interdisciplinarmente, desde a educação infantil aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, uma Língua estrangeira e um componente de Estudos Amazônicos a partir do 6º ano.

na aldeia Braço Grande, com 30 alunos; Sorriso de Maria, na aldeia Aningalzinho, com 45 alunos, além de uma sala externa na aldeia Esperança, com 45 alunos.

A distância entre as escolas é enorme, e todas as instituições ficam a cargo de apenas uma gestora, que faz “visitas”; segundo a diretora, é necessário um dia inteiro para visitar uma porcentagem de escolas, sendo o transporte responsabilidade da gestora, já que a secretaria de educação do município arca apenas com o combustível.

As condições estruturais da escola polo, considerando outras na região, é razoável, porém, insuficiente (algumas escolas anexas funcionam em espaços improvisados). O prédio é em alvenaria, com três salas de aula; como não há sala para todas as turmas, o espaço destinado às atividades extraclasse foi ocupado como sala de aula; além disso, uma casinha de madeira ao lado da escola funciona como sala de aula para as turmas do fundamental II (6º ao 9º ano).

O próprio espaço da biblioteca é adaptado na sala dos professores. Quando a escola foi construída não se pensou em um lugar para biblioteca (embora haja contradição, pois o PPP da escola afirma que, na construção da estrutura, haveria sala para biblioteca).

É necessário ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação (Semed) sempre esteve informada das ações que aconteciam nas escolas da região do Arapiuns, inclusive, por inúmeras vezes foram procurados por meio de ofícios, mas nunca se obteve progresso nesses diálogos. Abaixo uma foto retirada da parte frontal da escola.

Foto 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima



Fonte: arquivo pessoal da autora

Na escola, funciona o Ensino Médio Modular Indígena, que recebe alunos de outras comunidades e não-indígenas, porém, não havia nenhuma estrutura (espaço). As mínimas estruturas foram concretizadas pelos professores, que se uniram com os moradores locais e construíram um barracão. Tal situação, demonstra o descaso com a educação pública por parte do Estado que “obriga” professores a construir seu próprio local de trabalho, além da falta de compreensão por parte dos moradores que não dimensionam a força que têm, pois, não denunciam episódios como o mencionado, o que acarreta a naturalização desses acontecimentos. Santos (2016, p. 34) indaga o porquê da perpetuação desse silenciamento das massas:

Existe uma escola em frangalhos, livros didáticos como único material escrito, ausência de bibliotecas, falta de livros de literatura e bons dicionários, etc., mas parece que tudo isso não existe, pois não temos um levante das massas. Pergunta-se por quê? Porque o único sentido de leitura que atravessa a nossa sociedade é a da classe que manda e que jamais dá a oportunidade para que a contrapalavra dos mais frágeis se manifeste e reconheça que os seus direitos são furtados.

Na região, é recorrente a ideia de biblioteca como amontado de livros didáticos; os livros de literatura, que anteriormente ao projeto “camuflavam-se” nas prateleiras em meio a desorganização, não eram notados para quem os buscassem. O interesse para ler cabia a cada aluno, uma vez que não havia organização para empréstimos ou um trabalho voltado para promoção da leitura. No PPP da escola, está o projeto *Casinha de Leitura*, entretanto, não se explica se ele esteve em funcionamento ou como funcionou. Entre outros, anexados ao PPP constam quatro projetos: *Os primeiros habitantes do Brasil*; *A ludicidade no ambiente escolar*; *A concordância verbal e a nominal na EJA e a escrita* e *Bola pra frente*, porém, não se sabe quais desses projetos vigoraram.

Em 2019, em função da redução do número de alunos, houve estruturação na escola, com a organização do ensino na modalidade de multisseriada; a escola já passou por este processo anteriormente, mais especificamente na década de 80 e 90.

Nota-se crescente fluxo migratório para a cidade, pela esperança de emprego e maiores perspectivas de vida<sup>17</sup>. A maioria das pessoas que emigram tem característica semelhante: concluíram apenas o ensino fundamental, são jovens e constituíram família recentemente. Na cidade, passam a residir em bairros periféricos, em casa de familiares ou aluguel, sobrevivendo de pequenos serviços. A média de permanência dessas famílias na cidade é de dois anos e o retorno se dá

---

<sup>17</sup> Estas informações são baseadas nas observações e anotações do diário de campo realizadas no período da pesquisa.

pelo mesmo motivo que as levou para cidade: inviabilidade financeira. Esse movimento dentro da aldeia vem causando um “esvaziamento” na escola e, por conseguinte na própria aldeia.

## 4 ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### 4.1 Os desafios e as perspectivas da pesquisa-ação na aldeia Nova Vista

A atual pesquisa se configura como uma pesquisa-ação crítica, possuindo características formativo-emancipatório. Pretende-se ser formativa, “pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo”. Almeja ser emancipatória, “pois mediante a participação de sujeitos conscientes passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos.” (FRANCO, 2005, p.486)

Quando aventada a possibilidade de, por meio da pesquisa-ação, instituir um lugar de ler **com** os moradores e não **para** os moradores, foi necessária a compreensão do tipo de trabalho que estávamos prestes a desenvolver, os processos que buscaríamos construir com a comunidade e o tempo que teríamos para a pesquisa. Foi um processo de estudo, imersão e apropriação desta metodologia que, sobretudo, é desafiadora, que constitui uma pesquisa complexa e exige longo tempo de reflexão em torno das situações que emanam no trabalho.

É no papel de pesquisadora que vivenciei intensamente todos os processos da pesquisa, que se entrelaça com minha história de vida, perpassando a trajetória acadêmica. Foi necessário sabedoria e sensibilidade para compreender as situações na aldeia e no ambiente escolar e tenacidade para continuar uma caminhada contraditória a todos as imposições da atual conjuntura política.

Segundo Franco (2005, p. 485-486) há três conceituações diferentes sobre pesquisa-ação:

- a) quando a busca de transformação é solicitada pelo grupo de referência à equipe de pesquisadores, a pesquisa tem sido conceituada como pesquisa-ação colaborativa, em que a função do pesquisador será a de fazer parte e cientificizar um processo de mudança anteriormente desencadeado pelos sujeitos do grupo;
- b) se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica;
- c) se, ao contrário, a transformação é previamente planejada, sem a participação dos sujeitos, e apenas o pesquisador acompanhará os efeitos e avaliará os resultados de sua aplicação, essa pesquisa perde o qualificativo de pesquisa-ação crítica, podendo ser denominada de pesquisa-ação estratégica.

A pesquisa-ação é, sem dúvida, instigante, na medida em que se adentra determinada realidade e se compartilha o desejo de transformação, possibilitando não apenas a produção coletiva de

pesquisadores e participantes, mas também a construção de pessoas dispostas a aprender, ensinar e a partilhar. Os reflexos desse processo de mudança alcançam de maior ou menor grau os participantes, porém, significativamente é o pesquisador que absorve o desafio e o desejo de mudança – o que pode ser um risco: ao assumir sozinho funções que devem partir do coletivo, “igualmente não só os indivíduos e as comunidades se modificam diante do pesquisador, como também o pesquisador modifica a si mesmo e a sua atuação, dependendo da empatia e do envolvimento que cria com os interlocutores.” (MINAYO, 2013, p.1106)

Diferentemente de outras pesquisas, que contam com um agente externo, nesta, o agente está inserido no contexto pesquisado, desempenhando duplo papel, de participante e pesquisadora. Tal situação instiga os seguintes questionamentos: Um trabalho elaborado por alguém pertencente ao local, torna-se mais fácil? A comunidade adere às ações mais facilmente?

É evidente que desenvolver uma pesquisa em local conhecido, com pessoas com que se mantém vínculos traz segurança quanto ao acolhimento e aceitação do trabalho, o que gera autoconfiança e autonomia para desenvolver a pesquisa; porém, o desafio é fazê-los parte integral do trabalho, participando das ações, não intitulando o projeto como do pesquisador. O sucesso de pesquisas de intervenção está associado à adesão das pessoas do lugar; para que se obtenha continuidade das ações, é imprescindível que as pessoas se sintam parte integral de todo processo.

Além disso, à medida que o pesquisador entra em imersão, faz-se necessário observar-se, refletir sobre suas ações, principalmente quando o que se busca é produção e transformação coletiva. “Faz parte da ética, a necessidade de o pesquisador observar-se a si mesmo e a seu comportamento no campo, visando a uma postura de respeito para com seus interlocutores, num movimento conhecido como “reflexividade” (MINAYO, 2013, p. 1106).

O afastamento torna-se necessário, pois, além dos vínculos de origem e pertencimento, que podem emaranhar a capacidade de estranhamento dos fatores que se apresentam, pode ocorrer confusão quanto ao papel que o pesquisador deve desempenhar, com risco de sobreposição de papéis, fixando predominantemente à ação e esvaziando a complexidade da análise.

O que importa deixar delimitado é que a pesquisa-ação sugere sempre a concomitância entre pesquisa e ação e ação e pesquisa. (...) Desde sua origem, a pesquisa-ação assume uma postura diferenciada diante do conhecimento, uma vez que busca, ao mesmo tempo, conhecer e intervir na realidade que pesquisa. Essa imbricação entre pesquisa e ação faz com que o pesquisador, inevitavelmente, faça parte do universo pesquisado, o que, de alguma forma, anula a possibilidade de uma postura de neutralidade e de controle das circunstâncias de pesquisa. (FRANCO, 2005, p. 490 e p.496)

Também se faz importante o “afastamento” para a comunidade assumir a postura de protagonista das ações, já que é com a “ausência” do pesquisador que se verifica o quão desprendido e consciente estão. Franco (2005, p. 494) elenca algumas das atitudes essenciais ao pesquisador:

- Estabelecer uma comunicação de igual a igual com os atores, reconhecendo-lhes a capacidade de dar sentido aos acontecimentos, de organizar e de planificar;
- Ser capaz de descobrir que suas ações têm significado diferentes para cada ator social;
- Conhecer e trabalhar com os vieses de comunicação e de sentido: para tanto devem permitir integrações decorrentes dos mecanismos da abordagem dialética que fundamenta os trabalhos de pesquisa-ação;
- Aceitar que as coisas podem mudar, que elas podem ser reconstruídas;
- Ser capaz de se colocar disponível aos atores de modo a permitir-lhes observar e compreender a lógica das ações;
- Manter o rigor científico do trabalho e zelar por uma interpretação justa dos fatos e das práticas;
- Estar sempre a serviço de um objetivo e não de um cliente, de modo a tornar-se militante de uma causa e não serviçal de um projeto imposto (Pirson, 1981);
- Participar de cada etapa da evolução do projeto, juntamente com os sujeitos participantes.

A flexibilidade de papéis deve ser dividida com os participantes da pesquisa para que sejam coautores. Para isso, se fez necessário um cronograma de reuniões e encontros, para discutir sobre o projeto e criar estratégias de organizar a intervenção. Para (FRANCO, 2016) a preparação do tempo e espaço é necessária para que pesquisadores e sujeitos da prática sejam, ao mesmo tempo, participantes e protagonistas em processos mútuos de aprender-ensinar; de estranhar-compreender.

Não há participação, não há diálogo, não há reflexão, não há pesquisa-ação, se não houver um mínimo universo cultural comum entre os pesquisadores e sujeitos da prática. Criar um universo cultural coletivo é uma tarefa fundamental do pesquisador em pesquisa-ação; no entanto, precisa fazê-lo na perspectiva de construção coletiva, de buscar participação, permitindo a contribuição de todos. (FRANCO, 2016, p.516)

Franco (2005) chama a atenção da importância da coletividade e do processo dialético na pesquisa-ação, sendo imperativo o adentramento do pesquisador no contexto a ser pesquisado, fator que fortalece a confiança e a cumplicidade na construção de um “de agir comunicativo”, de modo que os participantes cheguem a um saber compartilhado que vai tecendo uma estrutura interacional de confiança e comprometimento. Para a autora, “é o mergulho na práxis do grupo social em estudo, do qual se extraem as perspectivas latentes, o oculto, o não familiar que sustentam as práticas, sendo as mudanças negociadas e geridas no coletivo”. (FRANCO, 2005, p.486)

Compreender a dinâmica de participação e reflexão de professores, lideranças, alunos e comunidade é importante para que se sintam parte de toda essa construção e assim assumam postura ativa e consciente no processos de pesquisar, planejar e refletir, definindo-se como sujeitos protagonistas e não passivos e inconscientes aguardando uma espécie de “assistencialismo mensal”. Para Franco (2005, p. 486), “a pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação”.

É característica da pesquisa-ação a utilização das espirais cíclicas para avaliação da produção e socialização de conhecimentos. As espirais cíclicas são um contínuo processo de reflexão sobre a ação, devendo seus componentes estar articulados: planejamento; ação; reflexão; pesquisa; ressignificação; replanejamento possibilitam uma reformulação as ações sempre que necessário, analisando o objeto e o processo da pesquisa continuamente.

A presença das espirais cíclicas potencializa os mecanismos formadores implícitos na pesquisa-ação. A dinâmica das espirais funciona quer como instrumento de reflexão/ avaliação das etapas do processo, quer como instrumento de autoformação e formação coletiva e, mais ainda, funciona como uma incubadora que amadurece e potencializa as apreensões individuais e coletivas, especialmente no aspecto afetivo-emocional. O rigor da pesquisa-ação encontra-se fundamentalmente nas interpretações e reavaliações dessa dinâmica coletiva. Uma pesquisa-ação que caminha linearmente, entre objetivos e metas cronometricamente elencadas e seguidas, não pode ser considerada uma pesquisa-ação; talvez uma ação planejada. (FRANCO, 2010, p.12)

Nessa construção coletiva em que se pensa, se age e se reflete, é possível maior flexibilização às situações que emanam no contexto. Trabalhar coletivamente não é tarefa fácil, encontrar formas para a permanência dos sujeitos cujas práticas são confrontadas, exige um nível de maturidade e organização para que os efeitos se concretizem em ações cada vez mais ajustadas às necessidades coletivas.

Para o presente trabalho, primeiramente, foi realizado um encontro com comunitários e a equipe escolar para ‘diagnosticar’ e refletir estratégias pedagógicas, sugestões de elaboração de um plano de intervenção e, principalmente, averiguar o “problema” e as possibilidades de mudança com relação à prática da leitura. Foi realizado levantamento de informações, incluindo: como os professores utilizavam a biblioteca desde sua inauguração; quais as contribuições e as dificuldades; se estavam contribuindo na organização e manutenção daquele espaço e, principalmente, como incentivavam os alunos a frequentarem-na.



Após esse encontro, organizaram-se todas as sugestões em plano de intervenção a ser aplicado no mês posterior (outubro de 2018). Todas as descrições das atividades serão sequenciadas adiante. O terceiro momento consistiu na reflexão das estratégias de leitura.

Abaixo apresento desde a gênese deste estudo, datada de dezembro de 2016 até o momento atual. Descrevo os processos que levaram à consolidação estrutural da biblioteca, à constituição de seu acervo, à realização das atividades de leitura, alternando entre reflexões e desafios de concretizá-las. Os processos estão episodicamente organizados, como forma de compreender as relações com a pesquisa anterior.

## **4. 2 Os caminhos que levam a uma biblioteca**

### **4. 2.1 Episódio I: Então, foi assim... traçando a linha do tempo**

O projeto *Espaço de leitura Aldeia Nova Vista: Formando Leitores no Rio Arapiuns* (2016) coincidiu com minha entrada no grupo Lelit. A pesquisa desenvolvida na aldeia Nova Vista, rio Arapiuns, resultou no trabalho final de conclusão de curso de Letras. O trabalho adveio do meu compromisso de dar retorno para o povo dos conhecimentos adquiridos na universidade e da inquietação com não existir na comunidade uma biblioteca.

A proposta de pesquisa tinha como objetivo investigar os desafios e as possibilidades de instituir uma biblioteca na aldeia Nova Vista; o trabalho foi dividido em cinco etapas, distribuídas durante um ano, incluindo atividades de ação e reflexão: reuniões com comunitários e equipe escolar, arrecadação de livros de literatura, levantamento de material, catalogação, classificação, organização, análise sobre os desafios da pesquisa, sobretudo, da adesão parcial da aldeia.

A primeira etapa consistiu em reunir os moradores e pais de alunos, lideranças da comunidade para compartilhar a ideia de instalação da biblioteca (reunião em 16 de dezembro de 2016). Durante janeiro a março de 2017, foi realizado levantamento bibliográfico necessário a elaboração do projeto e cronograma de atividades que seriam desenvolvidas durante o ano.

Em 20 de maio de 2017, aconteceu a segunda etapa, que consistiu em outra reunião com comunitários, com a finalidade de decidir o local (onde seria instalado o espaço) e a divisão de materiais (para estrutura), que a aldeia ficaria responsável. Poucas pessoas compareceram nessa reunião, e os que estiveram presentes comprometeram-se com a doação de dezesseis prateleiras de

madeira e sua instalação (retirada, mão de obra, transporte e deslocamento da mata até o local). O fato de poucos moradores comparecerem as reuniões impediu de amadurecer a ideia de um local próprio, que, neste caso, dependeria não apenas de doações, mas de voluntários para construir.

No dia 23 de junho de 2017, houve encontro dos moradores da aldeia com o professor orientador da pesquisa, Zair Henrique Santos. O objetivo era discutir estratégias de desenvolvimento do trabalho, a necessidade de uma biblioteca escolar, esclarecendo dúvidas acerca do envolvimento e colaboração das pessoas, além de fortalecer o prosseguimento do trabalho. Neste momento, foram formulados os termos de anuências para órgãos, associações e lideranças responsáveis da aldeia.

A terceira etapa, no dia 16 de julho de 2017, foi destinada à organização, conferência e levantamento do material de que a escola dispunha. O acervo encontrado em meio a bagunça contava com uma variedade literária razoável, com cerca de cem livros, além de jogos educativos guardados em armários. Os livros estavam desorganizados, empoeirados, espalhados pelas salas de aula (fotos 2 e 3), sem nenhum controle de empréstimos – por conta disso, dezenas de livros foram perdidos (essa informação veio de depoimento de funcionários da escola e da observação direta).

Fotos 2 e 3: Livros desorganizados retratam como era a biblioteca



Fonte: arquivo pessoal da autora

Diante dos problemas identificado, foi realizada organização provisória dos livros, colocando-os da forma adequada, separando literários e didáticos, classificando os literários (o processo foi todo manuscrito, pois o computador da escola estava com problemas). Conversei com a gestora sobre a manutenção e saída dos livros, ressaltando a necessidade de organização e envolvimento do corpo docente nas atividades no empréstimo dos livros, evitando perdas.

A falta de espaço já é um problema permanente da escola, de modo que a sala que a princípio comportaria a biblioteca tornou-se uma sala de aula e a ideia de construir um prédio próprio para biblioteca progrediu, pois, a adesão por parte dos comunitários foi parcial. Em vista disso, propus que adaptássemos a sala dos professores; como foram usadas prateleiras, haveria espaço adequado e, o mais importante, a biblioteca estaria sob observação dos funcionários.

O mês de agosto e setembro – quarta etapa do trabalho – foram destinados à elaboração de ofícios com a finalidade de arrecadar livros e materiais para a biblioteca. A busca por apoio foi uma das etapas mais burocrática. A maioria dos órgãos a que nos dirigimos (Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Estadual de Educação; Conselho Indígena Tapajós Arapiuns; Organização das associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), alegou falta de recursos para negar nossa solicitação.

Neste mesmo período, o projeto começou a ganhar proporção, com a chegada da bolsista Jamile Castro dos Santos para desenvolver o Projeto de Extensão *Entre o compromisso e a realidade: Levar leitura a lugares distantes – Arapiuns*. Em 17 de outubro de 2017, foi realizada a quinta etapa do projeto, que teve como objetivo ampliar e desenvolver ações de leitura e constituição da biblioteca na aldeia Nova Vista.

No final de outubro de 2017, fizemos uma mudança no cronograma, com o adiamento da inauguração da biblioteca para o primeiro semestre de 2018, em função da seleção do Programa de Pós-graduação em Educação da Ufopa, ao qual me submeti com o projeto *Leitura e formação: as possíveis contribuições da biblioteca no rio Arapiuns*. A investigação propunha dar prosseguimento a pesquisa iniciada em 2016, de forma mais densa, aprofundada e com a já biblioteca consolidada. Seu objetivo principal era investigar como a circulação de leitura se manifesta, se ocorre de modo participativo entre os cidadãos de uma comunidade indígena.

Depois de um ano de encontros, arrecadação de livros, classificação, atividades que fizeram parte do trabalho desenvolvido na graduação, a biblioteca foi inaugurada no dia 20 de abril de 2018, com a presença de moradores, lideranças locais, professores, alunos, acadêmicos e professores da Ufopa (fotos 4 e 5). Foi um momento alegre, com programação planejada pelos professores da escola, incluindo leitura de poemas, apresentação de teatro, discursos de lideranças locais (professores, diretora e cacique) e, por fim, abertura da biblioteca para o público conhecer o acervo e a estrutura.

A biblioteca foi inaugurada com cerca de oitocentos livros de literatura, incluindo classificados nas seguintes categorias: Afro (contos ou histórias que falam da cultura afro); Amazônicos (contos ou histórias da cultura amazônica); Poesia; Teatro; Juvenil; Infantil; Clássicos; Imagem; Quadrinhos; Informativos; Religiosos; Apoio docente; Obras de referências; Revistas científicas; Livros didáticos. A organização dos livros segue como referência os procedimentos de classificação usados na Biblioteca Bartolomeu Campos de Queirós (Lelit), a qual, por sua vez, se apoia nas orientações da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Foto 4: Dia da inauguração da biblioteca



Foto 5: A biblioteca atualmente



Fonte: arquivo pessoal da autora

O acervo conta com obras de literatura brasileira e grandes clássicos mundiais. Além dos livros que já se encontravam na escola enviados pelo Plano Nacional Biblioteca da Escola – PNBE e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), outros livros foram doados pela Imprensa Oficial do Estado por meio do projeto *Livro Solidário*, pelo autor da trilogia *Guerreiros da Amazônia* Ronaldo Barcelos e doações independentes. Os livros estão comportados em onze prateleiras de madeira, número insuficiente, pois a biblioteca tem recebido livros ao longo do ano; o espaço de ler não conta com mesas e cadeiras apropriadas, de modo que as crianças se acomodam no chão para ler.

Anteriormente à instalação da biblioteca, havia pilhas de livros didáticos e dezenas de livros de literatura, revistas científicas e jogos educativos que em meio a desorganização em armários velhos, empoeirados e tortos pela quantidade de livros que comportavam. Não parecia uma sala de professores, nem sala de aula e tampouco uma biblioteca, mas um local onde se despejavam livros

de qualquer maneira; não havia controle nem estimativa de entrada e saída desses livros. Sabe-se que a escola recebeu, por vários anos, livros do PNBE. A escola ainda tem grande número de livros didáticos, alguns muito antigos, que acumulam poeira, insetos, além de ocupar espaço. Este acúmulo se deu porque a escola recebeu, ao longo dos anos, doações de entidades que não tomam o cuidado de selecionar livros. Faz parte do senso comum acreditar que todo livro é bom, que qualquer livro tem qualidade.

Meu aprendizado na elaboração desse trabalho está relacionado principalmente com a flexibilidade, a postura diante da pesquisa, a imaturidade de exercer protagonismo exacerbado movida pela insegurança da pouca adesão comunitária. Ao longo da pesquisa, foi-me necessário compreender que o trabalho implicava amadurecimento como pesquisadora, permitindo uma dinâmica que buscasse não apenas dados, notas ou resultados, mas vivenciar, conhecer e interagir com a localidade. Os desafios que foram emanando permitiram-me buscar compreender para além da escola, para entender as dificuldades; era necessário olhar com outros olhos aquela realidade.

Muitos foram os produtos dessa pesquisa inicial, incluindo apresentações em encontros nacionais, seminários regionais, constituição e ampliação de acervo. Entretanto, várias foram as questões que necessitariam de análise aprofundada, de mais tempo de convivência, observação e ponderação. Dentre as questões que mais implicariam esforço, dedicação e reflexão está, sem dúvida, a participação dos moradores e o fato de vincularem a biblioteca como um produto meu. Essas reflexões só foram possíveis ao final do primeiro ano de pesquisa.

#### **4.2.2 Episódio II: inauguramos, e agora?**

A biblioteca foi um marco para a comunidade, especialmente para a escola e a vida das crianças, que todos os dias movimentam o pequeno espaço atrás de experiências literárias, alguns em fase inicial da leitura e descoberta da literatura, outros movidos pela curiosidade, aproximam-se e olham, e, assim que nos distanciamos, pegam, folheiam o livro. Anteriormente ao projeto não havia programa regular de leitura na aldeia, havia cantinhos de leitura descompromissados nas salas de aula com o intuito de entreter as crianças, com livros e revistas sem organização ou cuidado, alguns rasgados, riscados e sujos, aparentando ter sido bastante utilizados.

Em um dos encontros para discutir estratégias de leitura, foi possível compreender, pelas falas de alguns professores, que a tarefa de ensinar a ler era responsabilidade do professor de Língua Portuguesa. Já havia se constituído um rótulo de não-leitores para os alunos e a ideia de que o desinteresse dos alunos com a leitura era constante.

Esses alunos têm muitos problemas para ler e escrever, são muitos desinteressados, não gostam de ler e tampouco sabem produzir um texto, além de atropelarem as palavras, não respeitam as pontuações escrevem muito errado também. (Depoimento de uma professora – Diário de campo, agosto de 2018).

Após a inauguração da biblioteca, iniciaram-se as atividades de intervenção, em outubro de 2018. Nesse curto período de cinco meses entre a inauguração e intervenção, a biblioteca esteve em pleno movimento e com encontros e reuniões com professores e lideranças para o planejamento da intervenção e as atividades que a constituiriam.

O fato de a biblioteca estar localizada no espaço escolar permite certo controle dos livros, e, ao menos a tentativa, de uma organização de horários. Desde que a biblioteca começou a funcionar nunca houve uma pessoa específica para responder por ela, o secretário da escola dividia-se entre sua função e a de registrar empréstimos, porém ficou inexecuível controlar a demanda. A questão acarretou intensa desorganização do lugar, com os livros sempre bagunçados, professores enviando as crianças à biblioteca sem acompanhá-las, empréstimos sem registro.

Todavia, havia já uma movimentação necessária, demonstrando vida naquele local (a princípio, a bagunça não havia sido vista como positiva, mas, após reflexões com orientador e professores da aldeia, entendeu-se esse fator com bons olhos). Contudo, era importante manter o espaço organizado, questão mencionada em todos os encontros com professores, lideranças, diretora e equipe escolar. A ideia do trabalho voluntário para manutenção da biblioteca ainda é uma barreira, os professores não têm dado importância à questão e, embora saibam das dificuldades, não aderem ao compromisso de organizar o espaço.

Um ano após a biblioteca iniciar suas atividades, foram selecionadas pelo Programa Novo Mais Educação<sup>18</sup> duas pessoas para trabalhar com leitura na escola, sendo que uma delas caberia trabalhar diretamente na biblioteca. Porém, não deu muito certo, por não haver entrosamento ou esforço para compreender formas de melhor funcionamento da biblioteca. Por vezes, convidei-os

---

<sup>18</sup> O Programa Mais Educação, do MEC, propunha ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes do Ensino Fundamental para melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

para vir ao grupo de estudo Lelit, para que aprendessem a gerir a biblioteca, mas não foi possível. Diante disso, foi levado o material para aldeia e ensinado o processo de organização.

Durante a minha estadia na aldeia, o trabalho progredia, mas, ao retornar no mês seguinte, percebia que pouca coisa havia avançado na classificação, embora houvesse organização do espaço. A ideia de orientar ou trabalhar conjuntamente não funcionou, o programa referido deixou de enviar recursos e, por conseguinte, essa colaboração foi encerrada em agosto do mesmo ano, implicando ainda mais descontrolo da organização.

Há que mencionar a problemática em torno do assunto: ainda prevalece na localidade a concepção de que “a biblioteca pertence a pesquisadora”; sempre houve sugestões de que “era melhor alguém só para isso”, de fato, é necessário. A escola Nossa Senhora de Fátima tem turmas com pouquíssimos alunos, os professores raramente trabalham em dois períodos e há número razoável de funcionários. A comunidade é pequena e tudo é próximo, ou seja, não implicaria gastos nem esforços, embora não quisessem permanecer como voluntários da biblioteca, daria para acompanhar as crianças quando as atividades concentratessem neste espaço.

A leitura realizada pelos professores das séries iniciais e Língua Portuguesa é limitada, não se promove a leitura de uma ótica formativa, buscando despertar o pensamento crítico e ler literatura (que ocorre de forma fragmentada). As aulas consistem estritamente no ensino de gramática para alunos do 6º ao 9º ano e a leitura tem fim estritamente pragmático para responder questões, sempre encerrando na obtenção das notas. Castrillón (2012, p. 13-14) reflete bem sobre esse modelo:

Por um lado, a preocupação atual da escola, em termos institucionais, é muito distante da abertura de espaços para uma leitura que se apresenta como busca de sentido. A escola responde à pressão da sociedade que espera dela pessoas profissionalmente competentes e cidadãos obedientes. O atual modelo educacional requer um leitor de acordo com esses princípios. Nada que o distraia dessas preocupações é bem-vindo, a menos que seja necessário oferecer pausas que permitam recuperar o estímulo para continuar. Sua proposta é desenvolver as competências básicas de comunicação: ensinar a decodificar e compreender um texto escrito – principalmente um texto informativo ou chamado *científico* – e, como recompensa pelo esforço, oferecer *o prazer de ler* através da leitura de entretenimento, com o qual se acredita criar o mal designado *hábito*.

A avaliação é única motivação para aprender a ler e a escrever e para o professor certificar-se da leitura dos alunos atribui nota para que, assim, leiam. Em um determinado mês em que organizamos os leitores para a roda de leitura, dirigir-me a um aluno do sétimo ano para que lesse um conto e ele, disparadamente, perguntou quantos pontos valeria sua leitura. O episódio foi crucial para eu entender o quanto a ideia de ler é desvinculada de prática significativa, não se lê para obter

conhecimento, para se informar, entender as coisas ou por curiosidade, lê-se para ter pontos ou passar nas provas, situação que não é exclusivo a essa escola.

Sobre os livros mais lidos pelos alunos, os professores mencionaram que os alunos têm preferência por gibis e livros com ilustrações/ imagens, o que é verificado ao analisar o acervo e constatar que livros como *Primo Basílio* de Eça de Queirós e *Dom Casmurro* de Machado de Assis aparentam nunca terem sido lidos ou lidos por poucas pessoas, enquanto nas séries iniciais o livro de literatura (história) serve como fonte de entretenimento.

Para compreender a leitura na aldeia, é necessário considerar o contexto social e cultural desse lugar e dos lugares afins, nos quais se estabelecem uma ordem de prioridades emergenciais (e que não deixam de ser). Nos planos emergenciais da aldeia constam: posto de saúde, água encanada e maloca para guardar remédios naturais; não aparecia biblioteca. Porém, o diálogo sobre a biblioteca tem mudado e as lideranças de dentro da aldeia estão prevendo construir um lugar próprio para ela, reconhecendo que a sala dos professores tem limitado a leitura efetiva das crianças.

Torna-se imprescindível citar o papel da escola como a maior responsável pela sistematização de conhecimento formal dentro da aldeia. É na escola que as crianças da aldeia têm acesso a esse conhecimento, é onde aproximam-se da biblioteca, pois escola e biblioteca estão interligadas, esta última tornou-se parte fundamental na vida das crianças do local. Essa informação é nitidamente compreendida quando se verifica que no livro de registro da biblioteca 95% usuários são crianças. Dessa forma, a escola deve assumir-se como meio de promoção e ampliação de conhecimento capaz de proporcionar experiências que possibilite a apropriação da cultura. A escola e a biblioteca devem ser lugares nos quais se compartilham conhecimentos que, junto com o conhecimento adquirido no meio social, proporcionem a criança e ao jovem desenvolver-se de forma completa, num processo de apropriação omnilateral.

A ideia de intervir com ações de leitura dentro da aldeia implica conhecer o que se oferece sobre leitura e literatura e, em seguida, buscar de maneira coletiva identificar problemas como os constantemente narrados por professores. Assim, a biblioteca passa a ser o centro das atenções, afinal, é o único ambiente que concentra e organiza objetos da cultura escrita na localidade; necessariamente, as ações de intervenção têm a finalidade de impulsionar a circulação do conhecimento.



### 4.2.3 Episódio III: Projeto de intervenção “A leitura que nos aproxima, a literatura que nos transforma”

O projeto de intervenção *A leitura que nos aproxima, a literatura que nos transforma* (apêndice A) faz parte do Projeto de Pesquisa *Leitura e formação: as possíveis contribuições da biblioteca no rio Arapiuns*, cuja proposta é desenvolver ações que movimentem a biblioteca, proporcionando aos moradores e o público escolar atividades que possibilitem a experiência da leitura, com destaque do texto literário. Buscamos de maneira coletiva constituir essas ações, as quais pretendemos que a comunidade amplie, reflita e ressignifique.

A leitura, principalmente a literária pode contribuir com a formação humana, por entender que ser leitor é ou deveria ser parte das pessoas. Formar leitores, aliás, pessoas, intelectuais em meio a Amazônia é um passo a consolidação de direitos básicos diante do pragmatismo da vida e a luta pela ‘manutenção da sobrevivência’ (ao trabalho diário, que para muitos é extremo, não permitindo tempo para o homem pensar sequer a sua própria condição).

No quadro a seguir está o cronograma de atividades elaborado com os professores da escola e as lideranças da comunidade.

**Quadro 1: cronograma de organização das atividades do projeto de intervenção**

ATIVIDADE	2018					2019									
	ago	set	out	nov	dez	fev	mar	abr	mai	jun	ago	set	out	nov	dez
Elaboração do Projeto de Intervenção	X														
Apresentação do projeto para aldeia		X													
Aplicação do Projeto de Intervenção			X				X	X	X	X	X	X	X	X	
Mostra literária			X												
Roda de leitura				X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
Palestras/Formações para professores				X				X	X	X	X				
Vídeos de literatura e leitura pública							X			X			X		
Indicação Literária/Painel							X	X	X	X			X		
Contação de histórias, roda de histórias											X		X		
Professores: discutir as ações									X			X	X	X	X
Intercâmbio entre aldeias					X			X			X				
Empréstimos de livros	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
Sarau literário															X
Censo do Livro															X

Elaboração da autora.

O Projeto de intervenção teve início no segundo semestre de 2018 e se estendeu por todo o ano letivo de 2019, com duração de mais de um ano e parte contínua do PPP da escola. As ativida-

des programadas eram flexíveis, podendo sofrer alterações conforme os encontros com os professores. Uma das atividades, por exemplo, que não estava prevista e que deu certo foi o intercâmbio entre as aldeias “Travessia do conhecimento”, implicando compartilhamento muito significativo de conhecimento entre as aldeias vizinhas. Porém, a indicação do painel literário é uma atividade que precisa ser revista, é necessário que a indicação literária seja feita pelos professores, alunos e usuários da biblioteca; a princípio pensou-se em uma atividade para ser constantemente movimentada com novas sugestões, mas permaneceu intacta.

As atividades de intervenção se adaptam à programação da comunidade e ao calendário letivo determinado pela Secretaria Municipal de Educação, que dissemina nas escolas das aldeias os padrões das escolas urbanas, com duzentos dias letivos e atividades comemorativas. Esse modelo de calendário ignora as especificidades da região e logística necessária para os professores realizarem suas ações pedagógicas.

São triviais na região festividades de santos, indígenas, quermesses, encontros. As comunidades entendem a participação nesses eventos como “ganhar visitas”, ação que significa contribuir e participar das festividades da comunidade vizinha. Exemplos de festividades são: semana catequética, semana dos povos indígenas, encontro de mulheres, torneios, assembleias. Diante disso, é natural que faça parte da cultura que todos se envolvam direta ou indiretamente nesses eventos.

A situação não é um caso específico na região do Arapiuns; em outros trabalhos, inclusive citados nesta pesquisa, notou-se a mesma questão. A atenção exacerbada dada a esses tipos de eventos envolve diretamente a escola, demandando um tempo enorme de preparação, ensaios, execuções e muitos gastos. Ressalta-se que a crítica é quanto os riscos de a escola secundarizar o que deve ser essencial: o ensino, os processos formativos, a reflexão das práticas, como os professores lidam com as dificuldades, como criar estratégias de melhorias para suas aulas.

Algumas atividades, como a Semana dos Povos Indígenas e projeto *Tarubá*<sup>19</sup> são importantes momentos para escola e aldeia refletirem, e fortalecerem sua identidade, de fato, pelas especificidades locais é evidente a relevância dessas ações. Posto isso, se faz importante mencionar que, uma educação emancipadora pressupõe experiências com as mais diversas manifestações humanas.

---

<sup>19</sup> O projeto *Tarubá* tem como objetivo fortalecer a cultura local, os costumes, as narrativas orais. As professoras responsáveis são acadêmicas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (graduação vinculada ao Núcleo de Formação Indígena da Uepa, que visa garantir aos povos indígenas formação superior, realização de pesquisas, atividades de extensão e formação continuada.

É fundamental que a escola cumpra com o seu papel de “instituição cujo o papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2015, p.03), e não contornar duzentos dias letivos com atividades simplórias e superficiais, que tem como função distrair os alunos.

O secundário pode tomar o lugar daquilo que é principal, deslocando-se, em consequência, para o âmbito do acessório aquelas atividades que constituem a razão de ser da escola. Não é demais lembrar que esse fenômeno pode ser facilmente observado no dia-a-dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a semana da revolução; em seguida, a semana santa, depois, a semana das mães, as festas juninas, a semana do soldado, semana do folclore, semana da pátria, jogos da primavera, semana da criança, semana do índio, etc., semana da asa... e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. (SAVIANI, 2015, p.04)

Atualmente, as escolas indígenas de Santarém têm demonstrado maior autonomia, principalmente em relação ao calendário escolar, conforme a resolução nº 001, de janeiro de 2019, que cria a categoria Escola Indígena no sistema de Ensino de Santarém. Na aldeia, por exemplo, não se comemora o dia do índio. Para esse momento, são preparados encontros, reuniões e discussões entre comunidade e escola denominada de Semana dos Povos Indígenas. Dessa forma, a experiência proporcionada as crianças possibilitam reflexão em torno da constituição de fortalecimento de sua identidade, compreensão de seus direitos e amplia as relações entre escola e comunidade.

No mês de setembro de 2018 o projeto de intervenção e o cronograma foram apresentados à aldeia, sendo também estabelecidas as datas de realização das atividades, para não coincidirem com outras ações. As atividades desenvolvidas foram as seguintes:

### **Mostra literária**

A mostra literária foi a primeira atividade no ano e aconteceu em único momento. A ideia foi sugestão dos professores, que mencionaram que os alunos só se interessavam por livros com pouco texto e muita imagem, os livros preferidos eram aqueles que não demandavam tanto esforço intelectual. A ideia foi retirar todo o acervo de dentro da biblioteca, apresentar a variedade de autores e obras da biblioteca e fazê-los entrar em contato, circular, pegar, tocar, abrir o livro e lê-los, em suma, proporcionar a experiência de entrar em contato com outras obras enriquecedoras que possam possibilitar o conhecimento e despertar a imaginação (fotos 6 e 7).

Nesta manhã de outubro, estiveram presentes os professores, alunos, diretora, secretário, vigias e serventes. Foi um momento produtivo, a movimentação da escola se concentrando na atividade. A mostra se organizou da seguinte forma: os livros foram separados em categorias: clássicos, imagens, teatro, poemas, afro, quadrinhos, revistas, informativos, juvenil e infantil, em seguida, os livros foram distribuídos em varais, mesas e cestos de palha na área da escola, as crianças podiam pegar quaisquer livros de seu interesse, além de nossas indicações e iam sentar nas cadeiras, calçadas, em um canto improvisado com almofadas para ler ou pediam para as professoras lerem.

Foto 6: “Varais de livros”



Foto 7: Alunos participando da Mostra Literária



Fonte: arquivo pessoal da autora

## Rodas de leitura

A roda de leitura é uma atividade mensal que vem acontecendo desde outubro de 2018, sendo a atividade que mais tem dado certo nesse período de intervenções. As rodas de leitura sempre contam com número grande de participantes, alunos, professores, além dos serventes e vigias, que “discretamente aproximam-se para ouvirem as leituras” (ênfasis que todos são convidados). Tornou-se um momento de encontro, de apreciação, de escuta, os quais se compartilharam através da leitura pública/leitura em voz alta, inúmeros textos lidos pelas pesquisadoras, alunos e professores. Sobre essa forma de leitura em voz alta, Bértolo (2014, p. 33) argumenta:

O “leitor”, na leitura oral, é um leitor coletivo: escuta com os outros, lê com os outros, e esse fato modifica sua apreensão das palavras. Numa leitura desse tipo, o leitor tende a ouvir de maneira quase inevitável os significados comuns. O leitor sabe que o texto não se destina a ele e sim a um nós do qual ele é e se sente parte: o público. E lê a partir dessa posição.

A atividade funciona da seguinte forma: todo mês são lidos livros selecionados, havendo duas rodas de leitura mensais, uma para crianças da educação infantil ao quinto ano e outra para as turmas do sexto ano ao ensino médio. Porém, não se restringe o público e todos podem participar; inclusive, observei que, na maioria das atividades, crianças e jovens participam de forma efetiva das duas, chegam cedo e saem apenas quando não resta mais ninguém. A estratégia de dividir foi pensada com os professores, que gostariam que fossem feitos diálogos e interpretações acerca das leituras, sendo que, as crianças das séries iniciais ficavam inquietas e se retiravam.

Os livros dessa atividade são da biblioteca da escola Nossa Senhora de Fátima e biblioteca Bartolomeu Campos de Queirós-Lelit. Desta última são levados de dez a trinta livros do gênero literário que será trabalhado; os livros são organizados em japás<sup>20</sup>, cestos ou tapetes no meio da roda para que todos possam pegar e ler. Algumas das obras lidas foram: *O pato pacato*, de Bartolomeu Campos de Queirós; *O coelho que não era de páscoa*, de Ruth Rocha; *A casa sonolenta*, de Audrey Wood; *O gato do mato e o cachorro do morro*, de Ana Maria Machado; *Apólogo*, de Machado de Assis; *O homem que espalhou o deserto*, de Ignácio de Loyola; *Um, dois, três, agora é sua vez*, de Ana Maria Machado; *A cura da terra* de Eliane Potiguara; *O invisível* de Alcides Vilaça; *Ideias de Canário* de Machado de Assis; *Cem anos de perdão* de Clarice Lispector; *Quadri-lha*, *Poema de sete faces*, *O jardim*, de Carlos Drummond de Andrade.

Em novembro de 2019, foi realizada uma roda de leitura na qual estavam presentes outras aldeias. Foi a atividade mais numerosa que tivemos. As leituras foram realizadas pelos estudantes da aldeia Nova Vista. Observei que os estudantes tinham dificuldades para ler, alguns liam baixo demais, sendo impossível entender, outros liam rápido demais, alguns tinham dificuldades em pronunciar as palavras, e havia ainda os que estavam aprendendo a ler, “arrastando” as palavras. A princípio, imaginei que fosse porque estivessem tímidos, mas, ao longo dos meses, notei que se tratava de dificuldades na fluência, principalmente com textos mais complexos. Cabe mencionar que a leitura é uma atividade complexa, que exige dedicação, esforço e disciplina. Para Britto (2015a, p.138), “ler coisas interessantes e que transcendam o prosaico cotidiano é mais difícil. Ler arte e percebê-la é mais difícil. E é isso que faz da leitura um gesto encantador”.

Ler um texto não é tarefa fácil, requer competência. Requer atenção, memória, concentração, capacidade de relação e associação, visão espacial, certo domínio do léxico e sintático da língua, conhecimento dos códigos narrativos, paciência, imaginação, pensamento lógico, capacidade para formular hipóteses e construir expectativas, tempo e trabalho. Um

---

<sup>20</sup> Esteira de palha

texto é um construto que é preciso desconstruir e reconstruir e isso exige esforço, embora não signifique que seja isento de prazer. (BÉRTOLO, 2014, p. 48).

Dessa forma, buscamos formas de melhorar as rodas de leitura. Reunimos com os professores no grupo de pesquisa e analisamos a situação. As rodas de leitura passaram a ter um formato diferente: trabalharíamos em cada mês um gênero literário: fábulas, contos, crônicas, poemas, iniciando as atividades com questões norteadoras: O que é um poema? Uma narrativa? Já leram esse tipo de texto? Mostrávamos no livro a estrutura, líamos com todo o cuidado para que observassem a pontuação, o ritmo, as pausas, demonstramos como ler o gênero abordado, explicando que não estávamos a passar receita, mas que era importante ler com eloquência e de forma compreensiva.

Foto 8: Roda de leitura com presença das escolas anexas



Fonte: arquivo pessoal da autora

Foto 9: Roda de leitura



Foto 10: Professora lendo para crianças



Fonte: arquivo pessoal da autora



Outra maneira que se encontrou para melhorar a leitura foram os professores trabalharem os mesmos gêneros nas aulas. Ressalto que na roda de leitura que aconteceu posteriormente identifiquei que alguns professores tinham as mesmas dificuldades dos alunos.

### Indicação literária

A indicação de obras e autores é uma atividade permanente que consiste em um painel localizado na área principal da escola com a indicação do mês ou da semana de autores nacionais, regionais e estrangeiros. No decorrer das rodas de leitura, fizemos a leitura de algumas das obras indicadas, assim, os alunos tinham a oportunidade de conhecer antecipadamente o livro a ser trabalhado e poderiam recomendá-los aos colegas. As indicações seriam por professores ou alunos, que poderiam fazer uma sinopse do livro. Esta atividade não progrediu, vinculou-se totalmente à pesquisadora. Pretendemos, no decorrer do ano letivo vigente, melhorar a atividade, principalmente por parte dos alunos, para que assim, esta seja melhor movimentada.

Foto 11: Painel literário exposto na entrada principal da escola



Fonte: arquivo pessoal da autora

### Exposição de vídeos de literatura

A atividade consiste na exposição de vídeos de literatura produzidos pelo Lelit<sup>21</sup>. A proposta é apresentar outros formatos, adaptações e releituras das obras lidas, ressaltamos que esses formatos não superam o livro, de modo que buscamos levar o livro correspondente como forma de despertar a curiosidade e o interesse das crianças e jovens. Essa atividade atrai um público de criança de todas as idades, que ficam fascinadas pelas histórias, sendo uma possibilidade de ver e

<sup>21</sup> Disponíveis no canal do Lelit <https://www.youtube.com/channel/UC2h6RY2btzWnr8evM4cG2zg>

ouvir outras formas de se contar histórias, dos personagens “ganharem vida”. é uma das atividades mais aguardada pelas crianças (foto 12 e 13).

Outra razão de exibir os vídeos é a ausência de outros suportes de compartilhamento de conhecimento que normalmente se apresenta pelos livros didáticos e aulas mecanizadas. A escola dispõe de recursos como tv, data show e computador; porém, é necessário combustível para o funcionamento do motor. Como nossos recursos são limitados para que sejam produzidos os vídeos pelas crianças e jovens, fazemos nesta atividade a leitura pública e as discussões do livro exibido. Porém, há interesse dos alunos e professores para produzirem seus próprios vídeos, seja lendo obras, seja com a impressão de leitura, a ideia poderá ser amadurecida posteriormente.

Fotos 12 e 13: Crianças assistindo os vídeos de literatura



Fonte: arquivo pessoal da autora

### **Palestras, encontros e oficinas**

Mensalmente, foram oferecidas aos professores palestras ou oficinas ministradas por pesquisadores e especialistas na área da educação, leitura, literatura, alfabetização e escrita. O objetivo é contribuir para que melhorem suas práticas de leitura em sala de aula e tenham formação e reflexão leitora efetiva.

São enviados convites para todas as escolas. A primeira palestra abordou o tema “Biblioteca e leitura na Amazônia”, sendo ministrada pelo professor Dr. Luiz Percival Leme Britto, referência na área da leitura, alfabetização e escrita (foto 16). Outro momento com professores abordou o tema “Leitura para jovens” e “Reflexões sobre direitos indígenas”, ministrado pelo professor Dr. Zair Henrique Santos, estudioso na área da leitura e bibliotecas em “lugares distantes”.



Na sequência, houve a primeira oficina, como trabalhar a leitura, mais especificamente os textos literários, apresentando propostas que possibilitam o uso frequente da biblioteca, buscando interação entre professores e as turmas. A oficina foi ministrada pelas professoras e colaboradoras do Lelit, Célia Curbani e Juçara Cardoso (foto 14). A segunda oficina trouxe como proposta a produção de fichas de leitura, com textos dos livros didáticos, saída encontrada para aproveitamento da grande quantidade de livros estocados (foto 15). Como a escola possui número elevado de livros didáticos e como o acervo não conta com diversidade suficiente de livros, as fichas de leitura são uma possibilidade de os estudantes conhecerem gêneros literários variados e autores, além de elaborarem suas próprias fichas de leitura e, dessa forma, ler para selecionar o texto.

Foto14: Oficina para professores



Foto 15: Oficina Produzindo Fichas de leitura



Fonte: arquivo pessoal da autora

Foto 16: Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Percival Britto



Fonte: arquivo pessoal da autora

### **Intercâmbio entre aldeias: “Travessia do conhecimento”**

O intercâmbio entre aldeias foi uma atividade que a princípio não estava programada; foi durante a execução das primeiras atividades de intervenção que se atentou que a escola Nossa Senhora de Fátima era polo de outras nove escolas e, dessa forma, o projeto e as atividades deveriam envolvê-las, ainda que, o foco dessa pesquisa seja a aldeia Nova Vista.

Desde novembro de 2018, as atividades foram estendida para outras escolas; foi nesse período que se iniciou a construção da biblioteca da escola Anama Julieta, na comunidade indígena Murucy, que faz parte do projeto *Entre o compromisso e a realidade: Levar a ler a lugares distantes*, pela bolsista de iniciação científica (Pibic) Suzan Michele Nogueira, indígena, moradora da aldeia Braço Grande, que desenvolveu os trabalhos juntamente com os comunitários.

A iniciativa de, mensalmente, a escola indígena da comunidade de Murucy participar das intervenções de leitura parte diretamente dos comunitários, assim como a iniciativa de construir uma biblioteca. É possível afirmar que o empenho e a coletividade que exercem sobre as ações em prol da comunidade têm impulsionado o desenvolvimento da leitura, pois as práticas ocorrem para além da bolsista e da pesquisadora, ou seja, professores e comunidade são protagonistas. Deste modo, a escola indígena destaca-se das outras aldeias convidadas para participar das atividades, estando sempre presente. O que chamamos de “ganhar visita” ganha um novo significado: trocar conhecimento, aprender, ler, ouvir e apreciar os gêneros literários, uma “travessia do conhecimento” nas águas do rio Arapiuns (foto 17).

Foto 17: Crianças retornando para aldeia após o encontro na comunidade São Murucy



Fonte: arquivo pessoal da autora

### **Contaçon de histórias - Compartilhando narrativas**

A atividade Contaçon de história / roda de histórias ocorreu no mês setembro. A proposta trouxe os moradores para lerem livros e compartilharem histórias locais. A atividade estava no cronograma, porém, em julho de 2019, acabou ganhando maior visibilidade, após a participação no 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina, em Brasília, em 3 a 5 de julho de 2019. Após a apresentação de uma comunicação oral sobre minha investigação, uma pesquisadora indígena sugeriu que uma forma de aproximar a aldeia ainda mais do trabalho seria convidando-os para ler e contar suas histórias, já que faz parte da nossa cultura as narrativas orais. Segundo a professora, isso desencadearia a valorização da cultura e o engajamento dos comunitários e que, muito além, para as crianças são ocasiões válidas, a partir do momento em que entram em contato com experiências que vão desde os contos machadianos (cultura escrita) às histórias de “Seu Valico”, exímio contador de história daquela aldeia (cultura oral).

A atividade aconteceu concomitantemente ao projeto *Tarubá*. A junção das atividades foi uma ideia minha e dos professores, com a intenção de fortalecer os vínculos com a comunidade. Para essa ação, contamos com o apoio direto dos moradores, que protagonizaram a contaçon das narrativas, auxiliaram na produção de bebidas típicas em formato de oficinas conjuntamente com os alunos. Tal ação permite diversidade, composição e ampliação de repertório cultural, possibilitando a criação e a fruição. A participação dos comunitários, especialmente “os mais velhos”, estabelece relações e reforça a identidade local, colaborando para o “fazer com a comunidade”, e não para a comunidade.

### **Empréstimo de livros**

A movimentação na biblioteca é constante, principalmente por que os usuários são 95% crianças das mais variadas idades, em suma, o público escolar. É evidente que este valor varia, pois o fato de não ter um responsável fixo acarretou perdas de alguns livros, falta de registro de saída e devolução e pouco cuidado com o acervo. Ainda assim, os empréstimos de livros funcionam regularmente e, no mês de maio, foram confeccionadas carteirinhas para os usuários, numa tentativa de organizar os empréstimos. O uso das carteirinhas foi implementado no segundo semestre do ano de 2019, porém, não houve adesão, pois haveria de ter acompanhamento e simplesmente distribuíram aos estudantes não os incentivando a usá-las.

Através do livro de registro, é possível fazer uma análise sobre a quantidade de usuários que a biblioteca movimentou durante os meses do ano de 2018 e o ano de 2019. Enfatiza-se que as intervenções começaram no mês de outubro de 2018 e a inauguração aconteceu em abril de 2018.

Quadro 2: Número de usuários da biblioteca após a inauguração e no período de intervenção (2018/2019)

USUÁRIOS	ALUNOS	PROFESSORES	MORADORES	TOTAL
<b>Antes da intervenção</b>				
Abril	15	3	-----	
<b>Maio</b>	38	5	-----	
<b>Junho</b>	08	-----	-----	
<b>Agosto</b>	11	4	-----	
<b>Setembro</b>	10	1	1	
<b>Período de intervenção 2018</b>				
<b>Outubro</b>	14	1	-----	
<b>Novembro</b>	42	1	-----	
<b>Dezembro</b>	18	-----	4	
<b>Nº de usuários 2018</b>	156	15	5	<b>176</b>
<b>período de intervenção 2019</b>				
<b>Março</b>	3	1	2	
<b>Abril</b>	3	-----	-----	
<b>Maio</b>	9	-----	-----	
<b>Junho</b>	-----	-----	-----	
<b>Agosto</b>	6	-----	-----	
<b>Setembro</b>	4	-----	-----	
<b>Outubro</b>	27	5	1	
<b>Nº de usuários 2019</b>				<b>61</b>

Elaboração da autora.

Todas as informações do Quadro 2 estão contidas no livro de registro. Averiguar os dados se faz importante para que, a partir disto, professores possam planejar atividades sistematizadas de leitura, priorizando a biblioteca como espaço de circulação de conhecimento, de pesquisa e formação.

Desde a sua inauguração em abril e até meados de setembro de 2018, é possível fazer um balanço da quantidade de obras emprestadas. Assim que começa o período de intervenção observou-se crescimento razoável nos empréstimos. As alunas são as que mais leram, os alunos também tiveram boa quantidade de livros emprestados, porém, professores e moradores (não estudantes) frequentaram minimamente a biblioteca.

Em 2019, houve um declínio nos empréstimos, não motivados pela falta de usuários, mas por negligência da pessoa encarregada de organizar a biblioteca. A biblioteca funciona simultaneamente ao horário da escola, entretanto, nos dias em que não ia ou estava ocupada, a biblioteca continuava em pleno funcionamento e os empréstimos não eram anotados; além disso, o livro de registro era levado para casa, impossibilitando de anotar os que eram retirados e devolvidos.

Mesmo após o encerramento do Programa Novo Mais Educação, em agosto de 2019, a mediadora continuou de forma voluntária até meados de novembro, e o livro de registro continuou em sua residência, sendo necessário ir buscá-lo. Porém, já haviam sido perdidos dezenas de registros e controle do acervo (não há registros dos meses de novembro e dezembro). As mínimas descrições foram feitas somente no expediente da mediadora.

Deste modo, como saberíamos se os empréstimos continuaram de forma crescente? Através de conversas com os professores e funcionários da escola, que afirmaram que todos os dias crianças transitam no espaço escolar com livros nas mãos, os levam pra casa, mas não devolvem no prazo estabelecido de sete dias. Assim, vão-se acumulando os livros nas residências, como será analisado posteriormente no censo do livro.

O livro de registro é um importante documento de análise e deve permanecer na biblioteca, pois agrega informações quanto a circulação e movimentação das obras, usuários, livros, gêneros e autores mais lidos. É importante ressaltar que é preciso compromisso dos usuários para não deixar passar despercebido o registro e, para isso, devemos insistir na educação das crianças, considerando que são os que mais frequentam este espaço.

Durante esses quase dois anos, é sensato mencionar que não foram registrados sequer 50% dos empréstimos. Fica o questionamento: Como melhorar essa situação diante da realidade objetiva? Talvez já tenhamos a resposta: educando e conscientizando os usuários, sim, pertinente e desafiador. Precisamos encontrar formas de fazê-los, estabelecendo este fator como prioridade.

#### **4.2.4 Episódio IV: I Sarau literário da aldeia Nova Vista**

O I Sarau literário aconteceu no dia 6 de dezembro de 2019, toda a organização do evento sendo protagonizada pelos funcionários da escola Nossa Senhora de Fátima. A atividade estava no calendário da escola desde o mês de outubro, de forma que os funcionários estavam articulados.

Prova disso é que já vinham ensaiando, dividindo tarefas e mobilizando alunos um mês antes. A proposta do Sarau Literário foi iniciativa nossa e dos professores como maneira de celebrar as atividades de leitura que desenvolvemos durante o ano.

Toda a atividade de leitura desenvolvida na aldeia tinha a iniciativa da pesquisadora, de maneira que a equipe escolar participava como coautora. Uma vez que tínhamos um cronograma a desenvolver, mas esta atividade ocorreu de forma diferente, os papéis foram invertidos; é evidente que participamos indiretamente, sugerindo, levando material.

Percebi o quanto estavam articulados desde o momento da ornamentação do espaço. Havia equipes, cada uma liderada por um professor: equipe da confecção do painel do evento, feito com palha (tecido pelas alunas e professoras); equipe responsável pela alimentação, que foi motivo de orgulho presenciar o aproveitamento dos produtos naturais, como castanha de caju para paçoca, “chocolate” e suco da mesma fruta, tarubá feito ali em conjunto com as crianças e bolo; equipe da “tirada da palha”, que consistia em ir a mata e transportar até a escola (essa equipe foi composta por meninos e professores). Ressalto o quanto foi interessante a articulação de todos, desde as crianças da educação infantil ao vigia da escola.

Penso ser necessário explicitar como se sucedeu o evento nos mínimos detalhes pois, considero o Sarau a nossa atividade de maior proporção e, especialmente, porque foi realizada pela comunidade. Demonstrar como se constituiu o evento é demonstrar que não fez em um momento, mas se construiu durante trinta dias, exigindo dedicação e criatividade, representando o quanto o trabalho coletivo possibilita o fortalecimento de um local, instigando cada vez mais líderes, além de ser possível identificar inter-relações com o que desenvolvemos durante todo o ano.

Neste evento, a gestora não estava presente, algo trivial levando em consideração nossa frequência na escola. Durante os trabalhos para o evento, fui observando e ouvindo as conversas, entre essas observações venho notando que, quando a gestora não está na escola, os professores aparentam melhor desenvoltura para interagir uns com os outros, mantêm comportamento diferenciado. Nesse dia, observei o quanto estavam empolgados - é uma observação que precisaria de maior atenção e imersão na rotina escolar, entretanto, foi algo recorrente no período de pesquisa.

Após a ornamentação do espaço, organização dos últimos detalhes, foi dado início à programação, às 18h30min, com um roteiro bem estruturado (fui convidada a mediar as apresentações). A abertura foi realizada pelas crianças da educação infantil, que apresentaram a música “Esse



rio é minha rua”, de Ruy Barata e Paulo André; em seguida, recitaram um poema. A segunda apresentação foi a dos alunos do fundamental I, que recitaram e dramatizaram cordel; a professora responsável pela apresentação deixou à disposição do público um “varal de cordel”, alguns de autoria dos próprios alunos. Seguindo a ordem de apresentação, as turmas do 6º e 7º ano leram e dramatizaram a lenda do “Uirapuru” e, em seguida, a turma do 8º ano leu e dramatizou a história de “Chapeuzinho Vermelho”; a turma do 9º ano dramatizaram a gênese da aldeia Nova Vista. Ainda no decorrer do evento, houve declamação de poemas e interpretações de músicas.

O público que prestigiou o evento era diversificado: pais, estudantes, moradores (mesmo aqueles que não têm filhos na escola); os “mais velhos” eram grande parte do público. Atividades como essa chamam a atenção dos moradores, como mencionado neste trabalho, a escola e comunidade são indissociáveis, tendo aproximação diferente das escolas da cidade. O evento proporcionou apreciação, algo diferente do que costumamos ver, os pais demonstravam felicidade ao verem os filhos lendo e declamando; serventes, vigias e alunos interagiam com os professores – eles não apenas montaram, também participaram ativamente das apresentações.

Foto 18: Organização do Sarau Literário



Fonte: arquivo pessoal da autora

Outro ponto a destacar é a leitura, a espontaneidade e desenvoltura das crianças. Como estamos acompanhando durante dois anos as crianças nas rodas de leitura, é possível afirmar quão desenvolvida se tornaram nesse período, não exclusivamente pelas atividades de leitura organizadas pelo plano de intervenção, entretanto, a biblioteca e a movimentação dos professores em relação a leitura vêm mudando.

A princípio fiquei um pouco desconfiada com o formato das apresentações, minhas experiências com esse tipo de evento, sarau, era especificamente de declamações de poemas e leitura de livros. A ideia divulgada na aldeia seria apenas de um sarau. Assim, ao chegar em Santarém, resolvi pesquisar um pouco mais sobre o termo: a palavra sarau significa reunião festiva para ouvir música, conversar, podendo envolver uma série de manifestações artísticas, inclusive ler, declamar poemas, trechos de livros – nesse caso, pode ser específico, um sarau literário.

Fotos 19 e 20: Apresentações dos alunos no Sarau



Fonte: arquivo pessoal da autora

#### 4.2.5 Episódio V: O censo do livro da aldeia Nova Vista

O I censo do livro da aldeia Nova Vista ocorreu em 7 de dezembro de 2019 e contou com a participação de alunos, professores, serventes e vigias da escola Nossa Senhora de Fátima. A ideia do censo era a de realizar um levantamento dos livros para conhecer e responder questionamentos levantados por esta pesquisa, como: O que há de cultura literária em circulação nesse ambiente? Quais os livros que as pessoas possuem em suas casas? Qual a origem? Onde guardam? Quantos são? Empréstam livros na biblioteca?


As inúmeras perdas no acervo da biblioteca, decorrente de uma série de problemas já mencionados também foram cruciais para pensar esta ação. O censo era composto por cinco perguntas básicas com alternativas fechadas, além de uma ficha para listagem de livros presentes na casa dos moradores. A atividade foi planejada em novembro de 2019, de maneira que houve mobilização para a participação de funcionários e alunos.

Primeiramente, foi explicado aos “recenseadores” voluntários como o censo funcionaria: preenchimento das fichas, anotação dos dados corretamente e divisão das residências por equipe.



No total, foram organizadas sete equipes, compostas por professores, alunos, um vigia ou servente. Tanto alunos quanto funcionários estavam devidamente identificados com crachás e pastas.

Figura 1: Modelo da ficha do Censo de leitura – aldeia Nova vista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 GRUPO DE ESTUDOS LEITURA E INTERVENÇÃO EM LITERATURA INFANTIL E JUVENIL NA ESCOLA – LELIT  
 PROJETO “LEVAR A LER” EM “LUGARES DISTANTES”  
 CENSO DO LIVRO – 2019

**LOCAL:** \_\_\_\_\_ **DATA:** \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

1. DADOS GERAIS:  
 A) QUANTAS PESSOAS MORAM NESTA CASA:  
 B) HÁ QUANTAS PESSOAS EM IDADE ESCOLAR NESTA CASA:

2. QUANTOS LIVROS VOCÊ TEM EM CASA:  
 LITERATURA                  DIDÁTICOS                  BIBLÍA                  AUTOAJUDA  
 REVISTAS ( \_\_ ENTRENIMENTO, \_\_ CIENTIFICA, \_\_ RELIGIOSAS)  
 GIBIS                          TEÓRICOS

3. COMO VOCÊ ADQUERIU ESSES LIVROS?  
 COMPROU                  GANHOU (PRESENTE)                  TROUXE EMPRESTADO                  DOAÇÃO

4. ONDE VOCÊ COSTUMA GUARDAR OS LIVROS?  
 SALA      QUARTO      COZINHA      CAIXAS      NÃO HÁ UM LUGAR ESPECÍFICO

5. SEUS FILHOS COSTUMAM TRAZER OS LIVROS DA BIBLIOTECA PARA CASA?  
 SIM                  NÃO

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Elaboração da autora.

Ressaltei que todas as casas deveriam ser visitadas, inclusive, aquelas que não havia pessoas em idade escolar. Há na aldeia cerca de 60 famílias, totalizando 253 pessoas, entre estas as que se

autodeclararam indígenas e as que não se declaram indígenas. Foram visitadas 41 residências, algumas casas estavam fechadas, não sendo possível realizar a atividade. Das casas pesquisadas, 25 moradores afirmaram que têm filhos em idade escolar e 16 não; de fato, o número de alunos têm diminuído consideravelmente. No quadro a seguir, é possível visualizar a quantidade de livros encontrados nas 41 casas pesquisadas, a origem desse material e local onde são guardados.

Quadro 3: Demonstrativo dos livros encontrados nas residências dos moradores da aldeia

QUANTIDADE DE LIVROS ENCONTRADOS NA ALDEIA						
Literatura	Didáticos	Bíblia	Autoajuda	Revistas*	Gibis	Teóricos
64	418	57	28	148	16	17
COMO ADQUERIRAM OS LIVROS						
Comprou	Ganhou	Trouxe emprestado	Doação	mais de uma opção		
3	19	20	15	13		
LOCAL ONDE SÃO GUARDADO OS LIVROS						
Sala	Quarto	Cozinha	Caixas	Não há um lugar específico		
21	12	-----	6	1		

Elaboração da autora.

\* entretenimento, científica, religiosas.

Ao analisar o quadro, percebe-se que a quantidade de livros didáticos na aldeia é imensa e, levando em consideração que nem todas as casas participaram do levantamento, esse número tende a ser ainda maior. Esses livros didáticos presentes nas residências dos moradores são antigos, foram acumulando aos longos dos anos, geralmente não têm utilidade, porém há forte apego da população local a eles; na própria escola a quantidade de livros didáticos tornou-se um problema.

Outra questão relevante é a quantidade de bíblias e revistas religiosas. Em todas as casas, sem exceção, havia pelo menos uma bíblia, outras possuíam até três exemplares; as pessoas enfatizam firmemente o orgulho por possuir um exemplar do livro sagrado, fazendo jus à realidade da aldeia, que possui duas igrejas, uma católica (mais antiga) e outra evangélica. A quantidade de revistas religiosas aparece com destaque: das revistas encontradas na comunidade, 50% são de cunho religioso; as demais são entretenimento e pouquíssimas científicas. Os livros de autoajuda, gibis e teóricos estão em menores quantidades, os livros teóricos encontram-se predominantemente nas casas dos professores; os de autoajuda estão na residência dos professores e funcionários da escola, lideranças religiosas e comunitárias.

O que há de cultura literária em circulação nesse ambiente? O quadro aponta 64 livros de literatura encontrado nas casas e 23 moradores afirmaram ter livros de literatura. É um número

significativamente pequeno, principalmente quando se considera que grande parte desses livros são oriundos da biblioteca da escola. É provável que algumas pessoas nunca leram um livro de literatura. Como nos lares não há diversidade de livros, principalmente literários, as crianças e adolescentes, os estudantes, levam o livro da biblioteca para casa, talvez uma das principais razões para serem frequentadores assíduos da biblioteca. Mesmo nas casas em que não havia ninguém em período escolar se encontraram livros da biblioteca. Para entendermos essas razões, teríamos que aprofundar a pesquisa verificando que querem e o que buscam os usuários da biblioteca.

No decorrer do censo, foram recuperados 60 livros de literatura da biblioteca, alguns desaparecidos há mais de ano. A quantidade de livros recuperados surpreendeu, primeiramente porque a ideia do censo era fazer um levantamento, para mais tarde realizar uma campanha para recuperá-los. Porém, a ideia do censo foi interpretada diferentemente por alguns moradores. Ao chegarmos em algumas residências, já haviam separados os livros para devolver, outros aproveitavam o momento e perguntavam se podíamos levar os livros que ali estavam emprestados. No decorrer do censo, fiquei analisando se não o transformamos inadvertidamente em uma ação repressora, indo às casas “tomar os livros” ou os objetos da escola. Mas é válido mencionar que a atitude de devolver os livros partiu dos próprios moradores.

A justificativa dos moradores sobre os livros era que, os filhos, em idade escolar, levam o livro e esquecem de o devolver e, principalmente, não os leem todos. A quantidade de livros da biblioteca encontrados nas residências variava, sendo que, em apenas uma casa, encontramos dez livros; nesta casa, reside um dos adolescentes que é um dos que mais frequenta a biblioteca, além disso, descobrimos que ele frequenta outra biblioteca, inclusive em sua casa haviam sete livros da biblioteca da escola Anama Julieta, na aldeia Murucy. Essa observação sugere que os pais estão conscientes dos livros que chegam em suas casas, pois foram eles que nos receberam.

Eis alguns questionamentos: Por que, mesmo sabendo que os livros são da escola, não devolveram? Por que os livros estavam bem conservados, guardados na sala e com cuidado para não sujar ou rasgar? Por que os pais não educam as crianças a devolver os livros? Para que serve esse objeto em suas casas? Enfeite, para estudo, pesquisa ou fetiche?

Vasconcelos (2018), em pesquisa na zona rural, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Dátis Lima de Oliva, identificou a dificuldade de recuperar livros. A partir disso, o autor reflete sobre um tipo de fetichismo de leitura no contexto escolar, principalmente no âmbito literário. As

crianças, de alguma forma, querem a posse do livro: a ideia de possuir aquilo não tem, neste caso específico, o livro, “também é uma maneira de preenchimento de uma ausência dos bens culturais em sua vida”, (VASCONCELOS, 2018, p. 108). Entretanto, a ideia de tomar para si, um objeto público prejudica o fluxo e o direito de outras pessoas acessá-lo, algo que se estende dos professores-alunos-moradores.

Ressalto que os livros recuperados estavam em perfeito estado, alguns com marcas de uso e riscos de lápis, caneta. Essa questão está associada com a concepção do livro ser uma espécie de objeto, o qual sacralizado, passa a ter um valor e lugar especiais nas casas, embora não o leiam.

O fetichismo da leitura consiste num aspecto cultural característico do interior da Amazônia, mas não exclusivo dela. Assim, ao admitir a escrita como um instrumento de domínio, o livro é visto pelas classes mais baixas como um acessório de erudição importante para ser exibido em suas estantes, por mais que não o leia. O fetiche por livros se resume à sua presença física nas residências. (Vasconcelos, 2018, p.109)

Na aldeia, os moradores, trivialmente organizam os livros na sala, outros nos quartos, a minoria em caixas. Mesmo nas casas mais simples, esse objeto encontra-se suspenso e organizado. O entendimento é que, cedo ou tarde, os livros terão utilidade e, sobretudo, que exibir livros está associado a *status*, de modo que a mera representação física desse objeto “retrata prestígio de quem o tem, sinônimo de erudição, sabedoria, posição social” (VASCONCELOS, 2018, p.110).

O censo me surpreendeu de diversas formas. Primeiramente, pela adesão efetiva dos professores, alunos e funcionários. Outro ponto foi descobrir que há alunos que frequentam outras bibliotecas me deixou admirada, sempre mencionamos que as duas bibliotecas estão interligadas, uma vez que pertencem a um único território e a escola Nossa Senhora de Fátima é polo da escola Anama Julieta. Em terceiro lugar, a quantidade de livros recuperada. A comunicação com os moradores permitiu que obtivéssemos êxito, pois grande maioria dos moradores estavam em suas residências, as pessoas sabiam que de uma atividade relacionada com a biblioteca, mas não sabiam como ocorreria. Além do mais, o censo foi muito bem orquestrado, levando em consideração o dia (um sábado), o horário (iniciamos às 07h30min da manhã e encerramos por volta das 10h30min). Ver serventes, vigias e crianças participando ativamente na ação, indo de casa em casa aplicando o censo, inclusive em suas próprias residências, demonstrou-me que é possível integramos uma escola em prol de um objetivo. A demonstração das famílias em nos receber, responder as questões, mostrar seus livros/acervo e se propor a doar todos para a biblioteca, mesmo sendo livros didáticos deu passagem para compreender que precisamos de mais ações como essas, que mobilizem o local,

que coloquem comunitários como protagonistas. As pessoas se sentem contentes em participar, em contribuir, mesmo com uma visão equivocada de biblioteca e livros.

Compreendo a partir dessa atividade que é imprescindível informar as pessoas para que possam tomar para si aquilo que se propõe. Andar de casa em casa talvez seja um sacrifício do qual não devíamos ter nos isentado a princípio: as pessoas nos escutam, param para nos ouvir. É evidente que, como em todo lugar, há quem diga que estava ocupado, outros enquanto descascam a mandioca disponibilizam tempo para conversar e tirar suas dúvidas, outros enfatizam que seus filhos trazem muitos livros e leem muito, seja sob a luz da lanterna ou da lamparina, quando não há mais energia do gerador.

## 5 “OS EFEITOS DE LEVAR A LER”

Este trabalho foi expressão de um processo. É o relatório de um tempo de pesquisa e formação, sendo o fechamento de um ciclo – o de minha pós-graduação. Entretanto, não é a etapa final: o projeto de intervenção tem fluxo contínuo, inclusive já estão programadas atividades de 2020. Com o desenvolvimento desse trabalho, que já soma mais de dois anos e meio, é possível fazer alguns apontamentos acerca dos efeitos de levar a ler na aldeia Nova Vista, que possui especificidades culturais, mas tem características comuns de centenas de outros locais, principalmente por estarmos à margem, a uma distância não apenas geográfica, mas também de oportunidades, de direitos básicos, como posto de saúde, melhores estruturas da escola, meios de comunicação.

As conclusões que apresento são baseadas nas observações durante a pesquisa, no diário de campo, registros fotográficos, conversas informais e atividades realizadas no período de intervenção. Serão consideradas as observações sobre os efeitos em torno dos livros, a circulação da leitura e a participação da aldeia, isto é, “os modos de ser”, como a aldeia se organizou em torno disso, embora seja feita uma demonstração da circulação do acervo na comunidade (quadro 2).

Busquei compreender os modos de sociabilidade, os compromissos que as pessoas assumem, as relações de cultura e das atitudes. Que mobilização aconteceu em torno disso? O que a comunidade tem feito em torno da biblioteca? Como lida com esse espaço? Entretanto, é necessário adiantar sobre os dilemas e limites que se encontram neste lugar distante, as contradições objetivas da vida real, que inclusive restringem tanto as possibilidades de uso da biblioteca, quanto as compreensões das obras que se propõem.

É importante mencionar o sucesso das atividades. Avalio-as positivamente, houve forte participação de professores e estudantes, que mensalmente encontravam-se para ler, ouvir e apreciar literatura. As atividades de leitura aconteceram de forma gradual; iniciamos com a leitura pública de contos, crônicas, poemas, fábulas, os primeiros textos não eram longos, priorizamos a apreciação e a escuta dos textos, era impressionante como as crianças permaneciam atentas ao que líamos. Posteriormente, foram incrementadas, nas rodas de leitura, algumas discussões; se, no começo, havia timidez dos estudantes para fazer a leitura e comentários, com o passar dos meses a desenvoltura, os comentários e associações com outros textos avançaram. A seguir trago um exemplo das discussões que fazíamos após as leituras.

No mês de maio de 2019, foram lidos contos indígenas e africanos nas rodas de leitura. Um dos contos africanos “O acordo entre o leão e o homem” despertou bastante o interesse

das crianças e adolescentes ali presentes. Ao terminamos a leitura, começamos a conversar sobre o texto. Uma adolescente comparou o acordo narrado entre o homem e o leão, que era recheado de más intenções, com a política, neste caso, ela se referia ao agente político e aos inúmeros acordos que deixam de cumprir com a população, além do mais, é provável que ela tenha associado a esperteza daqueles que pleiteiam um cargo político e fazem promessas que não são cumpridas após se elegerem. (Diário de campo, maio de 2019)

Aproximo as observações realizadas sobre os efeitos da leitura em lugares distantes, com o que Santos (2016, p. 147) analisa:

Foi possível ocorrer nesses lugares distantes a descoberta de novos conhecimentos com a leitura dos livros de literatura que oportunizaram a professores e alunos chegar à conclusão de que a leitura deles também é conhecimento de qualidade. Provaram de um tipo de leitura diferente, que foi o exercício de ler um texto de literatura e saber que os significados não estão na superfície, mas nas camadas profundas. Assim, cada vez que o leitor teve o poder de mergulhar mais e mais nas profundezas do texto, mais significados brotaram da tessitura textual que passaram a significar o mundo.

Nos estudantes, especialmente as crianças, são mais evidentes alguns efeitos relacionados com as ações, principalmente por movimentarem diariamente a biblioteca, sendo os usuários mais frequentes, os alunos do fundamental I e II. Para mais, observei crescimento progressivo de melhorias da leitura pública dos estudantes, no sarau literário ficou explícita sua desenvoltura, especialmente dos alunos das séries iniciais (é evidente que isso é resultado não apenas das ações de leitura, mas de atividades organizadas pelos professores).

Durante todo o período de pesquisa foi possível observar que crianças e jovens leem, e leem bastante. É evidente que, para que leitura se constitua como exercício contínuo, é preciso que se criem formas e atividades sistematizadas que estreitem a relação estudantes e livros, seja leitura literária ou outra. Além disso, a realidade concreta da maioria dos jovens é uma barreira firme para que seja superada, sendo essencial a articulação entre escola e família.

Após a organização da biblioteca e as atividades de leitura, a procura por livros aumentou significativamente. Se anteriormente não era possível ver alunos lendo de forma constante, e é provável que a falta de organização da biblioteca contribuisse para isso, atualmente, com melhorias no acervo e na estrutura (mínimas), é outra a realidade. A biblioteca é o lugar mais movimentado da escola, as crianças mantêm frequência assídua, atentas às novidades, que desaparecem pouquíssimo tempo após serem colocadas nas prateleiras. Observei que a estrutura influencia que crianças e jovens permaneçam mais tempo na biblioteca e, mesmo, que estudem, leiam e pesquisem.

No decorrer de atividades, identifiquei que não apenas alunos têm dificuldades para ler, principalmente a leitura pública, alguns professores também as manifestam. Essa questão instigou

a averiguar a constância dos professores na biblioteca, e a análise dos registros aponta que os professores mantem frequência menor em relação aos alunos.

A autonomia dos professores em relação as práticas de leitura foi ocorrendo de forma gradual, os docentes demonstraram disponibilidade de participar e pensar as ações de intervenção. Alguns (a minoria), no decorrer do ano, passaram a assumir atividades de leitura para além do planejado. Como estruturamos um cronograma, já sabiam previamente as atividades e, dessa forma, trabalhavam os gêneros antecipadamente.

Como estamos com um cronograma organizado, os professores estão buscando trabalhar anteriormente as práticas de leitura. Uma das professoras enfatizou que vinha trabalhando poemas e parlendas anterior a atividade que ainda aconteceria. (Diário de campo, março de 2019).

Considero um desafio, um dos mais complexos, constituir uma pesquisa de forma coletiva, na qual haveria de aprender a ser protagonista e, ao mesmo tempo, respeitar as demais pessoas, produzindo conhecimentos com os professores, e não para eles. Mas, como torná-los participantes ativos? Primeiramente, optei por escutá-los, respeitando suas sugestões, acatando as críticas, problematizando a realidade, a fim de instigá-los a encontrar alternativas para se sentirem parte integral do processo (FRANCO, 2016).

Ao longo do ano de 2019, fui-me ajustando às ações e ajustando as ações, principalmente por entender o quanto concentrava a função de organizar, instigar, participar – tarefa que exigia fôlego e que não estava em conformidade com o que planejamos nos encontros. Ressalto que no primeiro ano de atividades, havia grande dependência dos professores na realização das ações. Assim, buscamos alternar as responsabilidades: se, em um mês, caberia a mim organizar as ações, no mês seguinte incumbia aos professores organizar as leituras e o que seria realizado; no final do ano, professores e funcionários assumiram totalmente as atividades de leitura juntamente com os alunos.

A mudança na postura de alguns docentes pode ser reflexo das ações desenvolvidas na aldeia, porém, é imprescindível os professores terem formação continuada, principalmente pela especificidade do modelo de educação no qual a escola está inserida. Os professores da escola Nossa Senhora de Fátima são oriundos de uma formação aligeirado na região Oeste do Pará.

Apesar de o Oeste do Pará estar afastado dos grandes centros urbanos, o poder econômico também dita a vida do homem dessa região, espoliando as riquezas naturais e alinhando a existência das pessoas à nova ordem mundial. A força do capital obriga o Estado a formar os professores aligeiramente, desconectados dos bens culturais de primeira ordem.



Também são desconhecedores de parte dos aspectos culturais produzidos pela sociedade da sua própria região, por sua vez, após essa instrução rarefeita, os professores passam a formar as novas massas consumidoras, certamente, este é o ponto crucial que limita o levar a ler no Oeste do Pará. (SANTOS, 2016, p.146)

A relação constituída ao longo desses anos oscilava bastante, ao final tínhamos não apenas professores, mas todos os funcionários colaborando nas atividades de intervenção, acima de tudo, havia reciprocidade de respeito. As atividades finais foram planejadas e discutidas entre todos nós, mas o trabalho de base foi organizado rigorosamente por eles. É arriscado afirmar que houve transformação coletiva, principalmente porque todo processo de transformação é longo, lento e, por vezes, aparece individualmente em cada professor. Para isso, teríamos de ter dedicado essa pesquisa em torno dessa questão. Da mesma forma com os moradores e crianças: só poderemos mensurar quão profunda foi essa transformação daqui a anos.

No entanto, posso apontar os efeitos das ações, reuniões, leituras e o conhecimento compartilhado, das formações, das problematizações e buscas de alternativas para melhorar a circulação do conhecimento. Uns dos efeitos mais relevantes observado foi: alguns docentes passaram a refletir e a falar, inclusive em reuniões, sobre a secundarização das atividades escolares em prol de outras dentro aldeia, como torneios e festas; questionaram a falta de debate e desatualização do Projeto Político Pedagógico da escola, que será discutido e atualizado antes de iniciar o ano letivo de 2020; refletiram sobre o estreitamento com os pais para melhorar o espaço da biblioteca, concluindo que este assunto está muito restrito à escola. Por fim, os funcionários da escola demonstraram comprometimento e participação nas ações, ainda que parcialmente, demonstrando interesse sobre que será feito no ano seguinte.

Em contraste, nenhum professor aderiu ao trabalho voluntário na biblioteca, persiste entre os docentes a opinião da necessidade de haver um funcionário exclusivo para a biblioteca – é válida a necessidade de um funcionário para esse espaço, mas isso não implica na não contribuição de cada professor para mantê-lo organizado. Durante todo o tempo de pesquisa, a organização da biblioteca foi realizada por mim e, em curto período, pela pessoa vinculada ao Programa Mais Educação. Alguns professores não acompanhavam as crianças na biblioteca, gerando desorganização e ocasionando perdas do acervo por falta de registro e acompanhamento do empréstimo.

Partindo do princípio de que ler é um direito (BRITTO, 2015a; CASTRILLÓN, 2011a), não há como vincular que o que vem se constituindo na aldeia com a biblioteca e as atividades de leitura seja confundido com assistencialismo ou caridade. Ainda assim, é possível analisar que esse

pensamento é muito forte, implicando desde o princípio desse trabalho a necessidade de desconstruir a ideia de fazer para comunidade, e pôr em seu lugar a ideia de fazer com a comunidade. Por isso, a participação reduzida dos moradores nas atividades inquieta, principalmente por conta da comunidade ser pequena, na qual circula informações rapidamente.

Essa questão demandou autocrítica ao concluir as ações de intervenção, ao focar estritamente no público escolar. Não atentei à importância da informação circular na aldeia, seja com informativos, cartazes ou qualquer outro meio, o que significaria um convite para a ação, esperei pela atitude dos moradores. Esse problema refletiu nas últimas atividades, Contação de histórias, o Sarau Literário e o Censo do livro: a mobilização/informação em torno dessas ações, o dia escolhido e até mesmo o horário, resultaram em forte adesão por parte dos comunitários.

A militância em prol da biblioteca na aldeia tem repercutido de maneira que se construiu uma identidade, carinhosamente nomeada de “biblioteca ou projeto da Luanna”. Porém, há um agravante em torno disso: ao designarem um “dono” para este lugar, as pessoas se isentam da responsabilidade pelo espaço. A situação é tão fixa que em todas as reuniões tenho que mencionar que esse lugar é da comunidade e da escola, o que significa que, para continuar existindo, as pessoas terão que assumir responsabilidades ou, com o afastamento da “pesquisadora”, o espaço desaparecerá e os livros se desorganizarão.

Embora haja esforço para compreender que a leitura é mais que decodificação e performance, ainda é forte a crença na leitura utilitarista e pragmática, uma concepção que se estende dos moradores aos professores: compreende-se que ler sem atropelar palavras e escrever certo são critérios suficientes para definir “bons leitores”; leitor seria simplesmente aquele capaz de demonstrar o que pode fazer. Tal concepção é resultado de um modelo educacional que estipula resultados educativos que se espera que os alunos alcancem (CASTRILLÓN, 2011b).

Observei, por exemplo, através de um cartaz, o Leiturametro (foto 21), que contabiliza mensalmente a quantidade dos livros e a qualidade da leitura, pode ser constrangedora. A intenção pode ser a melhor e mais ingênua, mas uma “organização” das obras lidas pelos alunos não pode ser a única finalidade da leitura em sala de aula, a nota. (CASTRILLÓN, 2011b).

A leitura em sala de aula deve ser gradualmente ampliada para obras complexas, que instigando a compreensão e a crítica, possibilitem ao aluno inter-relações com meio, agucem as significações e expandam seu repertório cultural. Sem dúvida, os textos literários, por sua capacidade

de concentrar as mais distintas áreas do conhecimento, é uma alternativa para a produção de significações e saberes, especialmente de contribuir para a formação da pessoa e, sendo assim, deveriam ter espaço privilegiado nas aulas. Infelizmente isso não ocorre: se ensina sobre literatura, não a ler literatura (COLOMER, 2007).

Foto 21: Leiturametro

The image shows a handwritten table titled 'LEITURAMETRO/6º ANO DESEMPENHO'. The table has seven columns: 'Nº Alunos', 'L/NL', 'Bom', 'Regular', 'Ótimo', 'Péssimo', and 'TOTAL DE LIVROS'. Three students are listed in the first column: 1º Anderson, 2º Jean, and 3º Vaneize. The 'TOTAL DE LIVROS' column has checkboxes for each student, with the first one checked.

Nº Alunos	L/NL	Bom	Regular	Ótimo	Péssimo	TOTAL DE LIVROS
1º Anderson						<input checked="" type="checkbox"/>
2º Jean						<input type="checkbox"/>
3º Vaneize						<input type="checkbox"/>

Fonte: arquivo pessoal da autora

A escola, como único local público em que circula o conhecimento formal na aldeia, juntamente com a biblioteca, único espaço que é organizado materialmente esse conhecimento, deveriam ser indissociáveis. No entanto, percebi que não há empenho da gestão escolar em expor aos pais ou comunidade a importância de melhoria desse espaço. Isso ficou evidente em uma reunião em 6 de dezembro de 2019, quando, dentre tantas prioridades enumeradas, não houve sequer menção da compra de um armário para organizar o local, embora a gestora pedisse aos pais que se posicionasse para apontar o que seria comprado com recursos da escola, e a biblioteca faz parte da escola. Não houve um comentário sequer, ainda que, na manhã desse mesmo dia, a gestora demonstrasse ciência dos problemas da biblioteca, principalmente os relacionados com a estrutura.

Na reunião, estavam presentes pais, a equipe escolar e as lideranças. Mencionei a necessidade de melhorar ou construir um espaço maior, mais confortável, mas não foi dada importância, as pessoas estavam focadas em outros assuntos. É válido observar, contudo, que o plano de construir um lugar apropriado para a biblioteca vem sendo amadurecido e está agendada uma discussão sobre isso no início do ano letivo de 2020, com as lideranças locais e comunitários.

Diante do exposto, as experiências da aldeia Nova Vista e a constituição de uma biblioteca, serviu de ponto de reflexão para que a aldeia Murucy, localizada nas proximidades e parte do mesmo território indígena, iniciasse a construção de uma biblioteca conjuntamente com o projeto

*Entre o compromisso e a realidade: Levar a ler a lugares distantes.* Com certeza, houve adesão e iniciativa dos comunitários, aliás, como pesquisadoras (eu e minha colega de pesquisa Suzan Michele Nogueira) apenas contribuimos com orientações e com a organização e intervenções de leitura. Contudo, o protagonismo foi exclusivamente dos moradores, professores e alunos.

A escola da aldeia Anama Julieta tornou-se referência de união e participação comunitária em prol de um interesse coletivo. Trago no bojo deste estudo a seguinte questão: os efeitos dessa ação podem ser vistos em outra aldeia? Não são efeitos desta pesquisa, mas estão conectados por várias razões: partem da mesma temática, se constituem no mesmo território indígena e compõem projeto *Entre o compromisso e a realidade: Levar a ler a lugares distantes*. Portanto, não só se verificaram efeitos da ação na aldeia Nova Vista, como foi possível observar a superação dos problemas encontrados na primeira aldeia. Baseada nas dificuldades e reflexões que aconteceram na primeira aldeia, a comunidade indígena Murucy constituiu uma das bibliotecas mais bonitas da região, inaugurada no dia 17 de agosto de 2019, com mais de setecentos livros em seu acervo.

É importante mencionar a despreocupação do poder público, durante todo o processo de organização da biblioteca. Mesmo sabendo da realidade – eram comunicados através de ofícios –, não houve suporte da secretaria, com exceção de algumas caixas de livros do Pnaic. Atualmente, há a demanda para que a Secretaria de Educação do Município contrate um funcionário para a biblioteca; porém, há previsão e, com a atual conjuntura da educação e sem uma gestão escolar que privilegie os interesses coletivos, dificilmente avançaremos.

Diante do exposto, ainda se faz necessário mais tempo de pesquisa e intervenção na aldeia Nova Vista, principalmente, estratégias que consigam abranger o coletivo, levando-os a compreender a biblioteca como parte crucial para ampliação de conhecimento, cultura, informação e formação. Objetivamos um futuro auspicioso em relação a biblioteca: leitura e formação na aldeia, especialmente, quando os futuros cidadãos e lideranças estão se constituindo não apenas como leitores, mas como pessoas melhores, críticas, políticas e emancipadas.

Importante lembrar que, melhorar as condições de leitura não significa melhorar as desigualdades sociais, assim como o livro não pode ser visto como objeto sagrado capaz de curar os males do mundo. Pretendo seguir investigando as ressonâncias da leitura de forma efetiva. Ao entender que o público de usuários em sua grande maioria são crianças e adolescentes, compreende-se a necessidade de continuação das práticas de leitura e acompanhamento, e isso implica

longos anos de pesquisa. Mas, além disso, e os pais? E os professores, os quais esta pesquisa apontou que frequentam minimamente a biblioteca? O que querem e o que buscam os usuários da biblioteca? E por que os demais não vão até este espaço?

Enfim, foram quase três anos de pesquisa dentro da aldeia, cada minuto percebido, cada reação dos participantes captada por nossas câmeras e diários que nem sempre entra nos relatos finais. Ao iniciar o trabalho, tinha algumas perguntas ou inquietações. Ao respondê-las, percebo o quão simples são à frente de outras indagações que surgem. Entretanto, os apontamentos realizados refletem um determinado momento, um espaço e grupo de pessoas, o que implica dizer que estão em constante mudança e transformação, e isso é extraordinário.

As pessoas que vivem nesse lugar não “são as mesmas” de treze anos atrás, quando eu ainda era uma criança. Tudo que acontece no mundo, afeta a todos, direta ou indiretamente, da flecha à escrita nunca fez tanto sentido para nós, indígenas, como ultimamente.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. In: **Primeira Versão**, Porto Velho. Ano IV, n. 191, Volume XIII, maio /agosto, 2005.
- ADORNO Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Valdiane Costa. **Biblioteca escolar na formação de leitores: um triste caso**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciência da Educação. Santarém: UFOPA, 2014.
- ARAÚJO, Andria Arcanjo da Silva; MEIRELES, Sandra Elena Couto. **Criando um Espaço para promover a formação de leitores na Escola Municipal de Ensino Fundamental PA 254 KM 11**. Trabalho de conclusão de curso, UFOPA, Monte Alegre, PA, 2015.
- BÉRTOLO, Constantino. **O banquete dos notáveis: sobre leitura e crítica**. Tradução Carolina Tárrio. São Paulo: Livros da Matriz, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 set. 2018.
- BRASIL, Lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm). Acesso em: 12 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Programa Nacional Literatura na Escola (PNLN)**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 18 de abril de 2019.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Ao revés do avesso - Leitura e formação**. São Paulo: Pulo do Gato, 2015a. 144p.
- \_\_\_\_\_. **No lugar da leitura - Biblioteca e formação** [recurso eletrônico]; Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015b.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura como direito**. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CARDOSO, Juçara. **Bibliotecas escolares: uma cartografia**. Dissertação de Mestrado, UFOPA, Santarém, PA, 2018.

CARDOSO, Juçara dos Santos. **A biblioteca na formação escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciência da Educação. Santarém: UFOPA, 2013.

CARMO, Simone Inêz Correa. **Resgate histórico da biblioteca pública Henry Ford**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciência da Educação. Santarém: UFOPA, 2014.

NEVES, Alzenora Ferreira Carvalho; GARCIA, Jonadabe de Araújo. **Relato de experiência Espaço Isanildes Silva das Neves: formando leitores na várzea**. Trabalho de conclusão de curso, UFOPA, Monte Alegre, PA, 2015.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011a.

\_\_\_\_\_. Escola, leitura e escrita: a necessidade de um olhar externo. **Revista Emília**, nov. 2011b. Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/escola-leitura-e-escrita-a-necessidade-de-um-olhar-externo/>. Acesso em: 22 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **Qual é o lugar da leitura e da biblioteca na sociedade atual?** Revista Emília, ago. 2012. Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/qual-e-o-lugar-da-leitura-e-da-biblioteca-na-sociedade-atual/>. Acesso em: 22 de março de 2019.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: A leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

CME, Conselho Municipal de Educação. **Resolução N° 001/2019**: Criação da categoria Escola Indígena no Sistema Municipal de Ensino de Santarém. Santarém-PA. CME/SEMED, 2019.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si (Contribuição a uma Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo)**. Campinas, Autores Associados, 1993.

\_\_\_\_\_. Luta de Classes, Educação e Revolução. **Germinal: Marxismo e Educação**. Londrina, v. 3, n. 1, p. 128-138, fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.

EVARISTO, Lourivânia da Silva. **Biblioteca e formação: uma análise de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso, Ufopa. Santarém, 2014.

FELIPE, Eliana da Silva. **Entre campo e cidade: infâncias e leituras entrecruzadas – um estudo no assentamento Palmares II, Estado do Pará**. Tese de Doutorado, FE-Unicamp, Campinas, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, 2005. v. 31, n. 3, p. 483-502.

\_\_\_\_\_. Pesquisa-ação: a produção partilhada de conhecimento. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, 2010.v. 11, n.1, p.05-14.

\_\_\_\_\_. Pesquisa ação-pedagógica: práticas de empoderamento e participação. **Educação Temática Digital**, 2016.v.18, n.2, p. 511-530.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler: O que faço?** São Paulo: Cefiel, 2002.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 345-357, jul./dez. 2013.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. **A criança e a leitura literária: livros, espaços, mediações**. Curitiba: Positivo, 2012.

MELIÁ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. **Caderno Cedes**, ano XIX, n. 49, p. 11-17, dez. 1999.

MESQUISTA, Alessandra Maria de. **Leitura e biblioteca escolar: uma proposta de levar a ler em “lugares distantes”**. Dissertação de Mestrado, UFOPA, Santarém, PA, 2018.

MÉZSÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.



- MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como *éthos* da pesquisa qualitativa**. Ciênc. Saúde coletiva, vol.19, n.4, p.1103-1112, abr. 2013.
- MORAES, Eliana Nascimento; TELES, Maria Rita Alexandre de Lima. **Relato de experiência: promovendo a formação de leitores na Escola Dr. Dátis Lima de Oliva**. Trabalho de conclusão de curso, UFOPA, Monte Alegre, PA, 2015.
- NOGUEIRA, Geane Rocha; PESSOA, Rosania da Cruz. **A revitalização da biblioteca da EEEFM Madre Imaculada**. Trabalho de Conclusão de Curso, Ufopa. Santarém: UFOPA, 2014.
- NUNES, Benedito. Ética e Leitura. In: BARZOTTO, V. H. (org). **Estado de Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 193-215.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acessado em: 18/05/2019.
- PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Os Borari e os Arapium: história do tempo presente. **Revista Ciências da Sociedade**, Vol. 3, n. 5, p.140-168, Jan/Jun 2019.
- PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental ‘Nossa Senhora de Fátima’. Santarém: SEMED, 2012.
- RABÊLO, Jairzinho. **Leitura em comunidades indígenas: a identidade e a leitura na Comunidade Boca da Mata**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2012.
- RIBEIRO, Raiana Tavares. **Refazendo os sonhos: a revitalização do projeto de biblioteca comunitária em Belterra**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciência da Educação - Ufopa. Santarém, 2014.
- RODRIGUES, Gilberto. **Surara Borari, Surara Arapium - a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró**. Gilberto Cesar Lopes Rodrigues. Campinas, SP: [s.n.], 2016.
- SANTOS, Zair Henrique. **Entre o compromisso e a realidade: Relato e análise de uma ação de levar a ler no Oeste do Pará**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – Unicamp. Campinas, 2016.
- SANTOS, Jucimar Pereira dos. **Leituras e leitores: as práticas de leitura dos professores indígenas Kiriri Cantagalo**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SAVIANI, Dermeval; Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, p. 422-590, set. /dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Sobre a natureza e especificidade da Educação. **Germinal: marxismo e educação em debate. Salvador**, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015;

SILVA, Ezequiel Theodoro. **De olhos abertos: Reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Leitura na escola e na biblioteca**. São Paulo: Ática, 2005

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. **Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações**. Em *Questão UFRGS*, v. 16, p. 203-217, 2010.

SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago. **“Ainda não sei ler e escrever”**: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas em dourados. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

VASCONCELOS, Raimundo Edivandro Alves. **Para além do espaço de leitura: criação e reflexão das possibilidades de ler literatura em uma escola rural do município de Monte Alegre**. Dissertação de Mestrado, UFOPA, Santarém, PA, 2018.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Povos Indígenas e Etnogêneses na Amazônia**. In: LUCIANO, G. J. dos S.; OLIVEIRA, J. C. de; HOFFMANN, M. B. Olhares indígenas contemporâneos. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2010b. p.104-59.

\_\_\_\_\_. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Salvador. Tese (Doutorado em Pós-graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, 2010a.

\_\_\_\_\_. A rebelião indígena na Ufopa e os desafios da interculturalidade no ensino superior. **Revista do PPGCS-UFRB – Novos Olhares Sociais**. Vol. 2, n. 1, p.79-98, 2019.

WITTMANN, Luísa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZILBERMAN, Regina. **Sociedade e Democratização da Leitura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

ZILBERMAN, Regina. **O papel da literatura na escola**. *Via Atlântica*, n. 14, p. 11-22, Dez/2008.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A- PROJETO DE INTERVENÇÃO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**LUANNA CARDOSO OLIVEIRA**

**A LEITURA QUE NOS APROXIMA, A LITERATURA QUE NOS TRANS-  
FORMA**

**SANTARÉM-PARÁ  
2018**

LUANNA CARDOSO OLIVEIRA

**A LEITURA QUE NOS APROXIMA, A LITERATURA QUE NOS TRANS-  
FORMA**

Projeto de Intervenção apresentado como parte do  
Projeto de Pesquisa para o Mestrado Acadêmico em  
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Zair Henrique Santos.

SANTARÉM-PARÁ

2018

## **INTRODUÇÃO**

Este projeto de intervenção *A leitura que nos aproxima, a literatura que nos transforma* faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado *Leitura e formação: as possíveis contribuições da biblioteca no rio Arapiuns*. A proposta é desenvolver ações que movimentem o espaço de leitura proporcionando moradores e o público escolar atividades que possibilitem o contato e o acesso com a leitura, em destaque do texto literário.

A leitura é muito importante para formação humana, entendendo a partir disso como uma possibilidade de ampliação do mundo e participação social. Formar leitores em meio a Amazônia é um passo a consolidação de direitos básicos que diante do pragmatismo da vida e a luta pela ‘manutenção da sobrevivência’ (ao trabalho diário, que para muitos é extremo, não permitindo o homem pensar sequer a sua própria condição) passa despercebido.

Devido a relevância da criação de um espaço de leitura na aldeia Nova Vista rio Arapiuns, em abril deste mesmo ano, o projeto ampliou-se. Partindo da organização deste local de ler serão realizadas movimentação neste espaço de leitura com atividades previstas para um ano.

## **2. OBJETIVOS:**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Promover a circulação de livros através de ações que visam movimentar o espaço de leitura por infantes e moradores da aldeia.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Desenvolver ações de ler a partir de encontros com lideranças e professores da aldeia;
- Suscitar aos infantes e moradores o acesso e o interesse aos livros literários que compõem o acervo do espaço de leitura;
- Instigar os docentes a participação efetiva nas ações de leitura;
- Propiciar às crianças contato com a variedade literária;

## **3. JUSTIFICATIVA**

O projeto *Leitura e formação: as possíveis contribuições da biblioteca no rio Arapiuns*, vem sendo desenvolvido na aldeia Nova Vista acerca de um ano e meio que consolidou com a adaptação de um espaço de leitura. Sabendo da importância que o espaço de leitura possa vir a representar na vida do povo, é essencial que haja o desenvolvimento de ações para que assim desperte o interesse em solidificar a proposta. Dessa forma, contrário a muitos projetos de leituras, que buscam no ativismo relâmpago de suas atividades méritos e beneficia-se em prol de um discurso messiânico, o projeto propõem atividades que visam emancipação dos sujeitos daquela localidade, possibilitando o contato com o conhecimento mais elaborado.

O objetivo deste projeto é desenvolver ações de leitura que proporcione a formação de leitores, além de fazer com que as pessoas da aldeia compreendam a ação como parte efetiva de suas vidas, que mantenham a proposta, promova, reflita e ressignifique o conhecimento produzido através da leitura.

#### **4. METODOLOGIA**

A proposta se desenvolverá na aldeia Nova Vista rio Arapiuns, que atualmente consta com 56 famílias e uma média de 230 pessoas. As ações acontecerão no espaço da Escola Nossa Senhora de Fátima, que atende alunos da pré-escola ao ensino Médio Modular somando 74 alunos no polo e totaliza 281 nas 09 escolas anexas.

O Projeto de Intervenção será aplicado no 1º semestre de 2019 e 2º semestre de 2019 coincidindo com o período letivo da escola, terá duração de um ano e com possibilidade de ser parte contínua do PPP- Projeto político pedagógico da escola, as atividades serão alternadas entre: Mostra literária, rodas de leitura, exposição de vídeos de literatura, indicações de obras e autores, contações de histórias, oficinas e palestras com professores, lideranças e moradores.

Neste primeiro momento realizaremos uma mostra literária, que consiste em apresentar a variedade de livros e autores que compõem o acervo da biblioteca, a sugestão foi dada pelos professores que mencionaram que os alunos desconhecem as obras e têm buscado apenas uma variedade. A ideia é proporcionar a experiência de entrar em contato com leituras enriquecedoras determinadas pela pesquisadora e professores, que sejam capazes de ampliar conhecimentos, despertar a imaginação e a “inter-relação com seu cotidiano” como: os clássicos universais, nacionais e locais, revistas científicas, documentários e etc.

A atividade será realizada no início do mês de março, acontecerá no espaço da escola a qual serão organizados “varais de livros” e exposição em mesas à disposição dos alunos para apreciar, analisar e ler. Será organizado cadeiras, almofadas/colchonetes para as crianças se sentirem confortáveis. Somado a esta atividade será desenvolvido roda de leitura, os quais os livros já pré-selecionados serão lidos aos participantes, que terão a oportunidade de compartilhar suas leituras e experiências literárias. As rodas de leitura serão atividades que acontecerão mensalmente e terá como foco alunos do ensino fundamental.

Em abril serão realizadas palestras sobre leitura com os professores e moradores que deverá ser ministrada por um pesquisador ou professor que venha discutindo a temática, preferivelmente da universidade. A proposta é fazer com que a cada dois meses os professores e moradores possam ter acesso a esse tipo de ‘formação’, para que reflitam sobre a importância de manter a continuidade das atividades, assumindo-as.

Ainda no mês de abril será realizado uma exposição de vídeos de literatura produzidos pelo grupo de pesquisa Lelit, a proposta é apresentar outros formatos, que vão além do livro, como forma de despertar a curiosidades dos alunos de se chegarem até as obras. Outra razão de exibir os vídeos é por conta da ausência de outros suportes para compartilhamento de conhecimento que normalmente se apresenta pelos livros didáticos e aulas mecanizadas. Dessa forma, como nossos recursos são limitados para que sejam também produzidos os vídeos pelas crianças e jovens, faremos nesta atividade a leitura pública e as discussões acerca do livro divulgado.

A indicação de obras e autores será uma atividade permanente que consistirá em um painel localizado na área principal da escola com a indicação do mês ou da semana. No decorrer das rodas de leitura faremos a leitura de algumas das obras indicadas, assim, os alunos terão a oportunidade de conhecer antecipadamente o livro a ser trabalhado e poderão fazer recomendações aos colegas. Ressalta-se que essas indicações poderão ser feitas por professores e moradores que poderão fazer uma sinopse do livro sugerido.

A atividade ‘Contação de história’ terá previsão para ocorrer no início de maio, e será desenvolvida por um contador de história que vem desenvolvendo trabalhos na área, junto a esta atividade serão realizadas a palestra/formação para professores e moradores e roda de leitura.



Ao término desse semestre de 2019, será realizado um momento com os professores e moradores sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para que assim possamos verificar o que está funcionando, o que precisa ser incrementado e o que precisa ser melhorado para fortalecê-las para o próximo ano. Ressalto que os empréstimos dos livros acontecerão constantemente, e com expectativas das atividades em andamento impulsionarem os empréstimos.

Para o próximo semestre as ações acontecerão mais frequentemente, pois haverá maior disponibilidade para desenvolver e observar as ações que estão sendo desenvolvidas. Espera-se que através destas atividades o espaço de leitura possa vir a ser um lugar mais frequentado e que os moradores se sintam parte integral de sua manutenção e significação, que a suas motivações para o conhecimento e a possibilidade de transformação transcendam ‘um singelo espaço de leitura’ e se consolide a uma biblioteca, como menciona a lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010<sup>22</sup>.

## 5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2018					2019						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago
Elaboração do Projeto de Intervenção												
Aplicação do Projeto de Intervenção							X	X	X	X	X	X
Mostra literária												
Roda de leitura							X	X	X	X	X	X
Palestras/Formações para professores							X		X		X	
Exposição de vídeos de literatura e leitura pública							X			X		
Indicação Literária/Painel							X	X	X	X	X	X
Contação de histórias									X			X
Encontro com professores para discutir sobre as ações									X			X
Empréstimos de livros	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X

<sup>22</sup> Lei nº 12.244/2010 que dispõem sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm)>. Acesso em: 01 jun 2017

BRITTO, Luiz Percival Leme. **No lugar da leitura - biblioteca e formação.** Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015. ISBN 978-85-69889-00-7 (recurso eletrônico).

SILVA, Ezequiel Theodoro. **A produção da leitura na escola: Pesquisa X Propostas,** São Paulo: Ática, 1995.

GIROTTI, Cyntia Graziela Simões; SOUZA, Renata Junqueira de. **Estratégias de leitura: uma alternativa para o início da educação literária.** Revista de la Universidades Lectoras, 2014.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática.** São Paulo: Pontes, 2002.

SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari. **Leitura Literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento.** São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

## APÊNDICE B- TERMO DE ANUÊNCIA CONSELHO INDÍGENA NOVA VISTA

CONSELHO INDÍGENA DA ALDEIA NOVA VISTA (COINOVA)

### Termo de Anuência

O Conselho indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA) está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulada **“Quais os efeitos de levar a ler uma aldeia com pouca circulação literária e científica?”**, desenvolvida pela pesquisadora *Luanna Cardoso Oliveira* em conjunto com o orientador *Zair Herinque Santos* da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

O Conselho indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA) assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados no período de agosto de 2018 a março de 2020.

Declaramos que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 14 de agosto de 2018

  
 13.098.527/0001-67  
 COINOVA  
 CONSELHO INDÍGENA DA ALDEIA NOVA VISTA  
 Com. Aldeia Nova Vista - Rio Arapiuns  
 CEP 68.000-000 - Santarém-PA

Presidente do Conselho Indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA)

## APÊNDICE C- TERMO DE ANUÊNCIA CONSELHO INDÍGENA NOVA VISTA

### CONSELHO INDÍGENA DA ALDEIA NOVA VISTA (COINOVA)

#### Termo de Anuência

O Conselho indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA) está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulada “**Quais os efeitos de levar a ler uma aldeia com pouca circulação literária e científica?**”, desenvolvida pela pesquisadora *Luanna Cardoso Oliveira* em conjunto com o orientador *Zair Herinque Santos* da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

O Conselho indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA) assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados no período de agosto de 2018 a março de 2020.

Declaramos que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 14 de Novembro de 2018

Lucinete Pereira (cacica) *Lucinete Pereira*  
 CACICA  
 Aldeia Nova Vista  
 Rio Arapiuns  
 Santarém - Pará

Presidente do Conselho indígena da aldeia Nova Vista (COINOVA)

## APÊNDICE D- TERMO DE ANUÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANTARÉM (SEMED)

### Termo de Anuência

A Secretaria Municipal de Santarém está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulada **“Quais os efeitos de levar a ler uma aldeia com pouca circulação literária e científica?”**, desenvolvida pela pesquisadora *Luanna Cardoso Oliveira* em conjunto com o orientador *Zair Herinque Santos* da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

A Secretaria Municipal de Santarém assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados no período de agosto de 2018 a março de 2020.

Declaramos que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 08 de novembro de 2018

  
Secretária Municipal de Educação  
Delegada Zaira Xavier Belo  
Secretaria Municipal de Educação - SEMED  
Delegada Zaira Xavier Belo

## APÊNDICE E- TERMO DE ANUÊNCIA ESCOLA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTAREM- (SEMED)  
 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA DE  
 FÁTIMA

### Termo de Anuência

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulada **“Quais os efeitos de levar a ler uma aldeia com pouca circulação literária e científica?”**, desenvolvida pela pesquisadora *Luanna Cardoso Oliveira* em conjunto com o orientador *Zair Herinque Santos* da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados no período de agosto de 2018 a março de 2020.

Declaramos que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 14 de agosto de 2018.

*Francivalda Magalhães de Souza*

Francivalda Magalhães de Souza

Diretora

E. M. E. L. E. F. NOSSA SRA. DE FÁTIMA  
*Francivalda Magalhães de Souza*  
 Francivalda Magalhães de Souza  
 Esp. em Gestão Escolar - Diretora - Reg. n.º DE 157  
 Portaria n.º 138-2011 - SEMED - SIM - PA

## APÊNDICE F- DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)



Ministério da Justiça  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
Coordenação Regional do Tapajós  
Coordenação Técnica Local de Santarém

Santarém-PA, 21 de novembro de 2018.

### Declaração de Anuência

Pelo presente, em vista da prévia autorização do cacique da aldeia Nova Vista, confirmo a anuência dessa Coordenação Técnica Local de Santarém, para realização do projeto de pesquisa “Quais os efeitos de “levar a ler” em uma aldeia com pouca circulação de cultura literária e científica?”, conforme Ofício nº 022/2018 – PPGE/Ufopa.

Reitero, contudo, a necessidade de observar as orientações constantes na Instrução Normativa nº 001/PRES/1995, no endereço <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena> no que tange aos documentos a serem encaminhados à presidência dessa Fundação.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Geraldo de Almeida Dias', is written over a horizontal line.

Geraldo de Almeida Dias  
Chefe da CTL de Santarém  
PORTARIA Nº 652/PRES, DE 08 DE MAIO DE 2018

## APÊNDICE G -TERMO DE ANUÊNCIA CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS- ARAPIUNS (CITA)

### CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS (CITA)

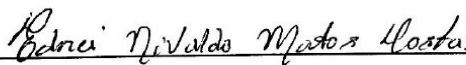
#### Termo de Anuência

O Conselho indígena Tapajós Arapiuns (CITA) está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulada “**Quais os efeitos de levar a ler uma aldeia com pouca circulação literária e científica?**”, desenvolvida pela pesquisadora *Luanna Cardoso Oliveira* mestranda do Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA em conjunto com o orientador *Zair Herinque Santos* docente desta mesma instituição.

O Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados no período de agosto de 2018 a março de 2020.

Declaramos que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 20 de novembro de 2018



Presidente do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)

07.106.314/0001-12  
Conselho Indígena Tapajós  
Arapiuns - CITA  
Rod. Santarém Cuiabá n.º 3180  
Esperança - CEP 68.040-400  
Santarém - Pará



## **ANEXOS**

## ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO CONEP

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** OS EFEITOS DE “LEVAR A LER” EM UMA ALDEIA COM POUCA CIRCULAÇÃO DE CULTURA LITERÁRIA E CIENTÍFICA

**Pesquisador:** LUANNA CARDOSO OLIVEIRA

**Área Temática:** Estudos com populações indígenas;

**Versão:** 5

**CAAE:** 03833118.3.0000.5168

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Oeste do Pará

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.222.630

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO \_1256010.pdf de 13/02/2019 ) e/ou do Projeto Detalhado (projeto\_2.pdf, de 13/02/2019).

#### INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem por finalidade indagar os efeitos produzidos pela recente circulação de cultura literária e científica na aldeia Nova Vistario Arapiuns, propondo investigar as transformações sociais e percepções que ocorreram e ocorrerão da relação do povo com as novas dimensões culturais implantadas e as contribuições da recente circulação de leitura. O projeto Os efeitos de “levar a ler” em uma aldeia com pouca circulação de cultura literária e científica vem sendo desenvolvido na aldeia Nova Vista rio Arapiuns. O prosseguimento deste projeto surgiu da necessidade e indagações que foram surgindo durante o desenvolvimento de um trabalho anterior que consolidou atividades na adaptação de uma biblioteca. Durante o decorrer do trabalho supracitado percebemos que para produção de dados consistentes, e dimensionar a importância e os possíveis efeitos do projeto dentro da aldeia, o tempo seria insuficiente. Dessa maneira, o funcionamento do espaço de leitura e toda a movimentação que ocorreria e ocorrerá dos moradores para com essas novas dimensões e as possibilidades de discussões conjuntas para a

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

**Bairro:** Asa Norte

**CEP:** 70.719-049

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3315-5877

**E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

concretização deste projeto é um desafio do qual espera-se uma transformação decorrente das ações que serão desenvolvidas. A metodologia que se pretende adotar é a pesquisa-ação que tem como característica um tempo prolongado para a produção de dados, sabemos que as possíveis transformações das ações de leitura poderão aparecer gradualmente, e para isso estruturamos um projeto de intervenção que durará cerca de um ano, porém o plano de intervenção não é fixo, podendo se ajustar de acordo com as situações que emanarem em um processo contínuo de planejamento, ação e reflexão. O maior objetivo desta pesquisa é a leitura como formação, capaz de emancipar e fazer com que os comunitários passem a discutir este projeto como algo fixo e permanente pela busca de consolidação de direitos, em suma, o de uma biblioteca. Por fim, será proposto aos moradores da aldeia, escola e associações locais um projeto de intervenção (em anexo). Esta parte do projeto se consolidará com atividades que serão realizadas dentro da escola e aldeia, buscando envolver o corpo docente da escola tornando-o parte das atividades escolares e comunitárias, algumas das atividades serão: Rodas de leitura com infantes, contações de histórias, mostras do acervo e exposição de vídeos de literatura, oficina de leitura e palestra para professores e lideranças e etc.

### HIPÓTESE

A aldeia Nova Vista, localizada a margem esquerda do rio Arapiuns, tem como primeira língua o português, entretanto está afastada dos meios de produção cultural erudita. Dessa maneira, não convém como justificativa dada pelo Estado a distância geográfica aos incontáveis problemas que se perpetuam ao longo dos anos. Nesta situação, um espaço de leitura é a possibilidade de ampliação de conhecimento, posicionamento e inquietação, além de ser um passo para consolidação de um direito, ou seja, uma educação de qualidade. É importante lembrar que é dever do Estado proporcionar uma educação de qualidade a qualquer cidadão, assim como dispor de uma política de leitura 'minimamente' consistente de formação e difusão de conhecimento. Tais ações não deveriam ser vistas como atos de heroísmomessiânico- "levar luz aos pobres", realizados por qualquer pessoa, ong ou empresa que na maioria das vezes não dispõem do mínimo de formação para desenvolver ações que de fato preocupem-se com a formação humana, intelectual e social de seus participantes. Trabalhos de incentivo à leitura exigem comprometimento, porém observa-se atualmente intermináveis projetos com falsos ativismos, que reluz aos olhos daqueles com tão pouca esperança, e que intitula "grandes heróis" na mídia por engajarem mata a dentro da então "Selva Amazônica", tal ato embeleza país a fora, mas não deixam de ser, com exceções é claro, ativismo relâmpago que não formam leitores, que não fazem

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

as pessoas refletirem e nem sequer a tentativa de voltar anos depois para observar o que aconteceu. É imprescindível esclarecer às pessoas, às comunidades que educação de qualidade é um direito necessário, que leitura não é uma doação ou uma troca caridosa, mas sim uma prática que exige organização e condições objetivas para sua efetivação quanto formação crítica e participativa. Em um país de infinitas diversidades e “lugares distantes”, a deficiência em educação entre outros direitos básicos é comum a todos, e a leitura, está inclusa. Em lugares como a aldeia Nova Vista as pessoas ainda são alvo do preconceito e da prepotência, além disso, por terem tão pouco, as promessas da “chegada do futuro” ainda são manipuladas. Um espaço de leitura dentro de uma aldeia tem um valor muito significativo, de tal modo, diálogos poderão ser criados dentro da própria aldeia, que ao sentir a necessidade não mais de uma adaptação, mas de uma biblioteca (o espaço de leitura foi adaptado na escola, na sala de professores) verificar-se-ia o reconhecimento da importância da leitura por parte dos moradores e busca para a concretização de uma biblioteca com estrutura adequada. Todo este processo poderá contribuir para autoafirmação de identidade que já há algum tempo vem sendo motivos de intensos conflitos, a preocupação com o espaço onde vivem, reflexão sobre o existir, consciência de classe social, eterna busca pelos seus direitos e a luta por melhores condições de vida. Diante dos problemas supracitados, anteriormente elaborou-se um projeto para construção de um local para leitura, todo o processo do trabalho teve o acompanhamento da aldeia, mobilizando ações internas como: doações de materiais para estrutura e mão de obra; externamente: campanhas para doações de livros entre outras formas de apoio.

### METODOLOGIA

O projeto de pesquisa “Os efeitos de levar a ler em uma Aldeia com pouca circulação de cultura literária e científica” Será desenvolvido na Aldeia Nova Vista no rio Arapiuns. As discussões da pesquisa que serão levantadas pelo projeto têm como coautores moradores da aldeia e toda a equipe escolar, enfatizando que escola e aldeia são indissociáveis dentro, o espaço funciona como o ‘centro’ para discussões, aprendizados e demais manifestações. Para o desenvolvimento deste projeto, utilizaremos o método investigativo pesquisa-ação. Optou-se por este tipo de pesquisa devido a abrangência das discussões que o projeto levantará, do tempo que este tipo de pesquisa permite, além das possíveis transformações que as intervenções poderão trazer ao público, neste caso, a aldeia participante. A ideia é fazer com os moradores sintam-se parte da construção da pesquisa totalizando no reconhecimento do possível problema e a intenção de transformação não como sujeitos participantes, mas como pesquisadores que assim como o investigador assume

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br



## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

“dois papéis” pesquisador-participante. Como neste trabalho, a pesquisadora é egressa dentro da aldeia, buscar investigar, observar e analisar sobre os efeitos da circulação de cultura literária e conhecimentos gerais no próprio meio e a possibilidade de compartilhar a experiência de moradora e pesquisadora, como já supracitado assumindo “dois papéis” será um desafio que exigirá flexibilidade e amadurecimento que visa muito mais que o ato de investigar, mas, desempenhar ativamente ações que transformem, que modifiquem politicamente e culturalmente dando a possibilidade para o pesquisador (que faz parte deste local de unir a seu povo como morador para investigar e dialogar, e de ‘distanciar-se’ para analisar como investigador, ‘um outro olhar’) para assim, refletir sobre suas ações, e toda sua a complexidade. Em primeiro momento será realizado um encontro com comunitários e a equipe escolar voltados para ‘diagnosticar’ e refletir estratégias de realizações pedagógicas, sugestões para elaboração de um plano de intervenção e principalmente averiguarmos o “problema” que temos e quais as possibilidades de mudança que podemos fazer em relação a leitura. Essa primeira fase do projeto ocorreu em agosto por conta do retorno dos professores (muito deles precisam estudar nas férias), nesse dia foi realizado um levantamento de informações sobre como os professores estão utilizando o espaço de leitura, as contribuições, as dificuldades e principalmente como eles têm incentivado os alunos a frequentarem-na, foram registrados através de fotografias e observações no diário de campo da frequência e o número de visita ao longo destes cinco meses após a inauguração. Quanto as lideranças, será encaminhado todo o plano de trabalho, projeto, documentação para submissão ao comitê de ética mais termos de anuências para que estejam permanentemente em consonância com a pesquisa. O segundo momento consistirá na aplicação das estratégias de leitura que iniciarão a partir de outubro sendo realizadas a princípio mensalmente com previsão de intensificação das atividades a partir do primeiro semestre de 2019. As propostas de atividades serão: Rodas de leitura com infantes, contações de histórias, indicações de obras e autores, mostras do acervo e exposição de vídeos de literatura, oficina de leitura e palestra para professores e lideranças, porém, tais propostas podem ser alteradas, ajustadas ao longo do processo de intervenção. Em um terceiro momento será para descrever sobre as ações realizadas, seus efeitos e as possíveis transformações que se concretizaram ou/não a partir das ações. Essas descrições serão baseadas através de observações, registros do ‘diário de campo’, depoimentos de moradores, professores e alunos, análise da biblioteca que inclui: livros, registro de visitantes, perdas, conservação do material.

### METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS:

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

Para o desenvolvimento desta pesquisa optei por utilizar o método de pesquisa-ação, para análise dos dados produzidos observaremos as intervenções de leitura que serão aplicadas durante o ano, verificarei possíveis transformações que ocorrerão, além da análise do livro de empréstimo que quantificaremos os livros lidos mensalmente. Analisarei os registros anotados em um diário de campo e os diálogos/entrevistas realizadas com professores e lideranças e etc.

### DESFECHO PRIMÁRIO:

Espera-se ao final desta pesquisa uma formação de leitores, um número maior de crianças e jovens frequentadores da biblioteca e uma maior reflexão por parte dos professores e lideranças quanto ao incentivo a leitura, principalmente as do texto literário.

### Objetivo da Pesquisa:

#### OBJETIVO PRIMÁRIO

- Investigar como é que a circulação de leitura e conhecimentos gerais participa ou não participam em uma aldeia indígena. E como determinado projeto pode interferir em uma comunidade indígena.

#### OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Detectar de que forma as pessoas que lá vivem percebem a cultura, especialmente a literária e a científica e como nas suas vidas relacionam-se com isso;
- Examinar as possíveis contribuições do espaço de leitura na vida dos comunitários;
- Observar como docentes e alunos passaram a conviver com o espaço de leitura e o material que este proporciona;
- Propor e desenvolver junto ao corpo docente estratégias de leitura;
- Refletir a partir da intervenção sobre possibilidades de determinados tipos de realizações pedagógicas juntamente com os docentes da escola.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

#### RISCOS

Os alunos: Estes entrarão em contato com diversas obras e as leituras das mesmas poderão induzi-lo a reflexões sobre a realidade, sobre a vida e a possibilidade de transformá-la, ou seja, pode interferir na construção de sua formação quanto aluno, cidadão e morador.

Os professores:

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

- a) questionamentos e indagações sobre suas práticas pedagógicas adotadas nas aulas
- b) Mudança quanto à rotina da escola e 'impacto' com as novas dimensões culturais apresentadas neste projeto.

### BENEFÍCIOS

No caso dos professores, cooperar com esta pesquisa para ampliação do conhecimento sobre a formação de leitor. Além disso, esta pesquisa poderá ter ser estudo divulgado para outros profissionais da área que estudam leitura, literatura e formação de leitores. Para os alunos, a leitura pode ser uma possibilidade de entender mundo, de ampliação de conhecimento da realidade e da sociedade, é fonte de informação, e dá a capacidade de criticar, argumentar e de emancipar, pois, dá maior autonomia, dá voz para questionar e indagar sobre tudo.

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto será orientado pelo Prof. Dr. Zair Henrique Santos no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará. O projeto será desenvolvido pela pesquisadora Luanna Cardoso Oliveira. O projeto de pesquisa tem a finalidade de Investigar como é que a circulação de leitura e conhecimentos gerais participam ou não participam em uma aldeia indígena, e como determinado projeto pode interferir em uma comunidade indígena. Secundariamente, detectar de que forma as pessoas que lá vivem percebem a cultura, especialmente a literária e a científica e como nas suas vidas relacionam-se com isso, bem como Examinar as possíveis contribuições do espaço de leitura na vida dos comunitários. O estudo será realizado na aldeia Nova Vista no rio Arapiuns.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

### Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de respostas ao parecer pendente nº 3.183.742 emitido pela Conep em 07/03/2019:

1. Nos documentos do projeto, existem referências exclusivamente à Resolução CNS nº 466 de 2012. Considerando que é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais, recomenda-se estar em conformidade com à Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especialmente nas declarações e no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (quando houver).

RESPOSTA: Segue em anexo Projeto modificado 1. TCLE modificado 1 e TCLE modificado 2.

ANÁLISE: pendência atendida.

2. Quanto ao "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1256010.pdf" (gerado no dia 13/02/2019, na Plataforma Brasil), o arquivo em tela informa que participará no estudo um total de "80 oitenta" pessoas, porém na página "1" do documento "folha.pdf" (gerado em 27/11/2018) encontra-se a afirmação de que a amostra total do estudo será composta por "8 oito" participantes. Solicita-se esclarecer quantas pessoas participarão da pesquisa ou se não for possível prever esse número, explicitar como a pesquisadora definirá quantos participantes serão incluídos na pesquisa. Será necessário também realizar as devidas adequações nos documentos pertinentes.

RESPOSTA: Segue em anexo a folha de rosto com a modificação.

ANÁLISE: pendência atendida.

3. Quanto aos arquivos, "TCLE1.pdf" e "Tcle2.pdf", submetidos à Plataforma Brasil em 17/01/2019:

3.1. O Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deve informar os meios de contato com a CONEP (endereço, E-MAIL e TELEFONE nacional). Também é necessário apresentar, em linguagem simples, uma breve explicação sobre o que é a Conep (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Incisos IX e X). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Segue a alteração no documento em anexo TCLE 1 modificado e TCLE 2 modificado.

ANÁLISE: pendência atendida.

3.2. Solicita-se que as informações DE USO DE VOZ sejam incluídas no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, inserindo opções excludentes ("sim, autorizo a divulgação da minha imagem e voz" e "não, não autorizo a divulgação da minha voz").

RESPOSTA: Segue a alteração no documento em anexo TCLE 1 modificado e TCLE 2 modificado.

ANÁLISE: pendência atendida.

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

**Bairro:** Asa Norte

**CEP:** 70.719-049

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3315-5877

**E-mail:** conep@saude.gov.br



COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

3.3. De forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas, recomendando-se ainda que esta seja inserida de forma a indicar, também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 2 e 2 de 2. Neste sentido, recomenda-se a adequação.

RESPOSTA: Segue as alterações nos anexos TCLE 1 modificado, TCLE 2 modificado e TALE 1 Modificado e TALE 2 modificado.

ANÁLISE: pendência atendida.

4. Quanto ao arquivo, "TALE2.pdf", submetido à Plataforma Brasil em 12/02/2019:

4.1. O Registro do Assentimento Livre e Esclarecido deve ser elaborado pelo pesquisador em linguagem acessível à compreensão dos participantes da pesquisa, EM SUAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS. Não é adequado apresentar somente uma única forma de Registro de Assentimento para todos os participantes menores de 18 anos. Sugere-se considerar qual a melhor forma de realizar o Registro deste Processo (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigos 2º, 3º e 15). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Segue alterações nos anexos TALE 1 modificado e TALE 2 modificado.

ANÁLISE: pendência atendida.

4.2. No momento em que a criança está sendo convidada a participar da pesquisa, ela tem o direito de saber que seus pais/responsáveis já foram consultados a respeito, mas ela tem autonomia de concordar ou não em participar. Solicita-se incluir trecho "se você concordar em participar, também pediremos autorização aos seus pais".

RESPOSTA: alteração realizada nos documentos em anexo TALE 1 e TALE 2.

ANÁLISE: pendência atendida.

4.3. Solicita-se que as informações DE USO DE VOZ sejam incluídas no Registro de Assentimento Livre e Esclarecido, inserindo opções excludentes ("sim, autorizo a divulgação da minha imagem e voz" e "não, não autorizo a divulgação da minha voz").

RESPOSTA: informação incluída nos documentos em anexo TALE 1 e TALE 2.

ANÁLISE: pendência atendida.

4.4. De forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas, recomendando-se ainda que esta seja inserida de forma a indicar, também, o número total de

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

páginas, por exemplo: 1 de 2 e 2 de 2. Nesse sentido, recomenda-se a adequação.

RESPOSTA: Todos os documentos foram devidamente enumerados nas páginas.

ANÁLISE: pendência atendida.

### Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1256010.pdf	22/03/2019 22:40:31		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.doc	22/03/2019 22:39:04	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1tale.docx	22/03/2019 22:35:48	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO2.docx	15/03/2019 21:22:45	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO1.docx	15/03/2019 21:21:58	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	resposta.docx	15/03/2019 21:18:05	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2tale.docx	15/03/2019 21:03:08	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2_2tale.docx	15/03/2019 21:02:35	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

**Bairro:** Asa Norte

**CEP:** 70.719-049

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3315-5877

**E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1_1tale.docx	15/03/2019 21:00:59	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2_1.doc	15/03/2019 20:40:13	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle1_2.doc	15/03/2019 20:39:24	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle1.doc	15/03/2019 20:38:32	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	15/03/2019 20:37:59	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_2.pdf	13/02/2019 07:02:30	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	cronograma2.pdf	12/02/2019 22:47:56	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE2.pdf	12/02/2019 22:47:18	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	recurso.pdf	17/01/2019 17:53:24	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	entrevista.pdf	17/01/2019 17:49:22	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3078551.pdf	17/01/2019 17:47:52	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle2.pdf	17/01/2019 17:33:33	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	17/01/2019 17:32:01	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	justificativa_sobre_docs.pdf	30/11/2018 12:36:56	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	documento_1.pdf	27/11/2018 21:36:05	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	semed.pdf	27/11/2018 20:53:09	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

**Bairro:** Asa Norte

**CEP:** 70.719-049

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3315-5877

**E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE  
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.222.630

Outros	funai.pdf	27/11/2018 20:50:34	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	cita.pdf	27/11/2018 20:48:29	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	francivalda.pdf	27/11/2018 20:45:53	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito
Outros	cacique.pdf	27/11/2018 20:43:34	LUANNA CARDOSO OLIVEIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

BRASILIA, 27 de Março de 2019

---

**Assinado por:**  
**Jorge Alves de Almeida Venancio**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar  
**Bairro:** Asa Norte **CEP:** 70.719-049  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br